

Relatório anual de execução do objetivo Investimento no Crescimento e no Emprego
PARTE A

IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO

CCI	CCI
Título	PO Capital Humano
Versão	2018.1
Data de aprovação do relatório pelo comité de acompanhamento	11/jun/2019

IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO.....	1
2. PANORÂMICA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (artigos 50.º, n.º 2, e 111.º, n.º 3, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	5
2.1. Informações principais sobre a execução do programa operacional no ano em causa, incluindo sobre os instrumentos financeiros, com base nos dados financeiros e indicadores.....	5
3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	8
3.1. Apresentação geral da execução	8
3.2. Indicadores comuns e indicadores específicos dos programas (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	12
Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 1 / 10i.....	12
Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ.....	14
Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 1 / 10i	15
Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 1	17
Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 1 / 10iv.....	18
Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ.....	19
Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 1 / 10iv	20
Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 1	22
Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 2 / 10ii.....	23
Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ	24
Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 2 / 10ii	25
Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 2.....	27
Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 3 / 10iii	28
Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ.....	29
Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 3 / 10iii	30
Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 3.....	32
Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 4 / 10i.....	33
Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ.....	34
Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 4 / 10i	35
Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 4.....	37
Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 5	38
Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 5.....	39
Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 5 / 2.5.2	40
Quadro 5: Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho	41
3.4 Dados financeiros (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	43
Quadro 6: Informações financeiras a nível do eixo prioritário e do programa	43
Quadro 7: Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.os 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013),	44
Quadro 8: Utilização de financiamento cruzado	55
Quadro 10: Despesa incorrida fora da União (FSE).....	56
4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES.....	57
6 QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	62

7. RESUMO PARA O CIDADÃO	65
8. RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	66
IF-EES2020.....	66
9. Facultativo para o relatório a apresentar em 2016, não aplicável aos restantes relatórios simplificados: AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES ex ante.....	71
10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (artigo 101.º, alínea h), e 111.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	73
10.1. Grandes projetos	73
10.2. Planos de ação conjuntos	76
11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	79
11.1. Informações da parte A e realização dos objetivos do programa (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	79
11.2. Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspetiva do género nos programas operacionais e nas operações (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea e), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	91
11.3. Desenvolvimento sustentável (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	93
11.4. Informações sobre o apoio utilizado para os objetivos relativos às alterações climáticas (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	94
11.5. Contributo dos parceiros para a execução do programa	95
12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A) E B), PRIMEIRO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013).....	97
12.1. Progressos realizados na execução do plano de avaliação e seguimento dado aos resultados das avaliações	97
12.2. Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação	108
13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES ex ante (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013) (podem ser incluídas no relatório a apresentar em 2016 - ver ponto 9 supra - Obrigatórias no relatório a apresentar em 2017) Opção: relatório intercalar.....	111
14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS (artigo 111.º, n.º 4, alíneas a), b), c), d), g) e h), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	112
14.1. Progressos realizados na execução da abordagem integrada ao desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, investimentos territoriais integrados, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento local de base comunitária, ao abrigo do programa operacional.....	112
14.2. Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do Estado- Membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos.	112
14.3. Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais.....	113
14.4. Se apropriado, a contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas;.....	114
ATLSBS.....	116
14.5. Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, se for caso disso	118
14.6. Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados.....	118
15. INFORMAÇÃO FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA (artigos 21.º, n.º 2, e 22.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	120
16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (opção: relatório intercalar)	121
17. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS — QUADRO DE DESEMPENHO (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	124

Documentos.....126

Resultados da validação mais recente127

2. PANORÂMICA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 2, E 111.º, N.º 3, ALÍNEA A), DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

2.1. Informações principais sobre a execução do programa operacional no ano em causa, incluindo sobre os instrumentos financeiros, com base nos dados financeiros e indicadores.

O POCH mobiliza uma despesa pública total (DPT) de 3 642 milhões de euros (M€), correspondendo a 3.096 M€ de FSE.

Até 31 de Dezembro de 2018 o PO abriu 43 concursos para apresentação de candidaturas, sendo que apenas 1 se encontrava aberta nessa data (concurso Assistência Técnica). Os concursos lançados envolveram uma dotação indicativa de 3 053 M€ (FSE), a qual representa 99% da dotação do POCH (FSE).

Neste âmbito foram submetidas 5 013 candidaturas que se traduziram num pedido de apoio público de 3 985 M€ (DPT) que se traduziu em 3 224 candidaturas aprovadas, que representam 3 192 M€ de investimento total aprovado (2 706 M€ FSE), tendo sido validado um montante de despesa de 1 942 M€/DPT, correspondendo a 1 650 M€ de FSE.

Em termos globais, o PO regista uma taxa de compromisso de 87%, uma taxa de execução de 53%, uma taxa de realização de 61% e uma taxa de pagamento de 65%, tendo sido pago a beneficiários o montante de 1 757 M€/FSE. Para este relatório considera-se a despesa realizada até 31 de dezembro de 2018, sendo que a validação dessa despesa pela AG decorreu até 15 de abril de 2019, o que justifica as diferenças que se podem registar nos indicadores financeiros face aos últimos boletins trimestrais do Portugal 2020 e do POCH, reportados face à situação no último trimestre de 2018 e no 1º trimestre de 2019.

Este nível de implementação do PO está concentrado maioritariamente no eixo 1, em particular na prioridade de investimento 10.iv, fruto da aposta central, e reforçada com o processo de reprogramação do Programa, nos Cursos Profissionais como via principal do ensino secundário de certificação escolar e profissional para jovens. O investimento no eixo 1 ascende a cerca de 2 008 M€ (DPT) nas 2 457 operações aprovadas, correspondendo a uma taxa de compromisso de 100%.

No eixo 2, o investimento aprovado ascende a 671 M€ (DPT), correspondendo a 109% da dotação prevista (fruto da reprogramação), apoiando Bolsas no Ensino Superior a alunos carenciados, Formação Avançada (Bolsas de Doutoramento e Pós doutoramento), Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e o Instrumento Financeiro do Ensino Superior.

No eixo 3, que apoia a aprendizagem ao longo da vida, através dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, Cursos de Aprendizagem e Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional/Centros Qualifica, as 570 operações em execução implicam uma DPT aprovada de 412 M€, implicando uma taxa de compromisso de 49%, devendo contudo ter-se em consideração que este eixo foi reforçado no processo de reprogramação do Programa em mais de 216 M€ FSE.

O investimento no eixo 4, orientado para elevar a qualidade do Sistema de Educação e Formação

Profissional, regista, até ao momento, 61 M€ (DPT) nas 107 operações aprovadas, correspondendo a 50% da dotação prevista, distribuídas por ações diversas, com destaque para apoio à implementação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), reforço da rede de psicólogos ao serviço dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO); Formação de Docentes e outros agentes de educação; Inovação Social.

O Eixo 5, com uma dotação total de 59 802 M€ (50 832 M€ FSE), após reprogramação, teve, até ao final de 2018, 4 operações aprovadas. Essas operações representam um total de 39 M€ (32 M€ FSE), o que corresponde a uma taxa de compromisso de 65%. A taxa de execução do Eixo situou-se nos 23%.

No que concerne à evolução dos indicadores específicos do PO, a AG reporta-os em função das operações ainda em execução e encerradas. Registam-se, até 31 de dezembro de 2018, 473 445 participantes apoiados, assumindo um peso superior dos participantes do género feminino com 255 906 mulheres (54%) face a 217 539 homens (46%).

Existem duas tipologias que contribuem significativamente para este número total de participantes: os cursos profissionais, com 170 103 participantes e as bolsas de ensino superior a alunos carenciados, com 116 526 bolsiros apoiados. De sublinhar a relevância que o apoio a estas duas tipologias assumem para, no primeiro caso, a prossecução da trajetória de redução do abandono escolar precoce e, no segundo caso, para o aumento da proporção da população entre os 30-34 anos com o ensino superior.

Regista-se uma performance positiva face aos objetivos intermédios para 2018 definidos no quadro de performance do Programa ao concluir-se o cumprimento do mesmo em todos os eixos do programa em que esse quadro de performance se aplica.

Quanto aos indicadores específicos de resultado, estes referem-se fundamentalmente à verificação das conclusões com sucesso (diplomados/certificados), no tempo próprio, das ações de formação apoiadas. Considerando que o método de cálculo desses indicadores implica que os participantes tenham iniciado o ciclo formativo já no contexto do PT2020 (ou seja, a partir de 2014) e que as principais modalidades formativas apoiadas pelo POCH abrangem 3 anos ou mais – caso dos cursos profissionais (eixo 1), dos bolsiros do ensino superior (eixo 2) e dos cursos de aprendizagem, (eixo 3) este constitui o primeiro relatório que tal apuramento pode ocorrer para a generalidade desses indicadores.

Na sequência das conclusões do exercício de avaliação *ex-ante* dos instrumentos financeiros (IF) para empréstimos a estudantes do ensino superior, o POCH procedeu à elaboração da estratégia para aplicação desse instrumento. A estratégia foi aprovada, o aviso/convite foi lançado em 2018 e a candidatura já se encontra em execução.

A aplicação dos princípios horizontais está presente nos critérios de seleção das candidaturas. No âmbito da monitorização são recolhidos os indicadores referentes ao género dos participantes e no CA do PO CH está representada a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) bem como a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD).

Quanto ao papel dos parceiros, a AG tem promovido uma articulação sistemática com os mesmos nos trabalhos prévios ao lançamento dos concursos, para alinhamento das estratégias e regras a implementar em cada aviso lançado. Também em sede do CA, no qual têm assento a generalidade

desses parceiros, num total de 48 entidades e na qual se aprovam matérias determinantes para a operacionalização do PO (e.g. critérios de seleção das operações; acompanhamento dos resultados da sua execução; aprovação e acompanhamento do Plano de Avaliação e da Estratégia de Comunicação) tem-se vindo a procurar assegurar o seu ativo envolvimento.

Em matéria de implementação do Plano de Avaliação, importa salientar a conclusão no final do ano de 2018 da avaliação de impacto sobre a formação avançada (bolsas de doutoramento e pós-doutoramento), e a recente adjudicação do próximo exercício avaliativo - Contributo do PT2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens, prevista desenvolver-se em 12 meses.

3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

3.1. Apresentação geral da execução

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
1	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade	<p>O eixo 1, que apoia atualmente os Cursos Profissionais e os CEF, foi objeto de reprogramação e a sua dotação total foi reforçada para 2 005 M€ (1 704 M€ FSE) ou seja mais 259 M€ /FSE. Neste eixo foram igualmente apoiados o Ensino Artístico Especializado e os Cursos Vocacionais na PI 10.I, numa primeira fase de implementação do PO. Foram abertos 16 concursos que resultaram em 2 457 candidaturas aprovadas com uma taxa de execução de 60%.</p> <p>Foram apoiados 207 205 participantes (87 815 mulheres e 119 390 homens) dos quais 170 103 nos Cursos Profissionais. Os Indicadores específicos com metas intermédias para 2018 no âmbito do Quadro de Desempenho do PO situam-se nos 106% para o indicador Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação ISCED 3 e 125 % para o indicador Despesa Certificada no eixo 1.</p> <p>Quanto aos indicadores específicos de resultado: o programa regista uma taxa de diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2 de 83% e de 85% de taxa global para alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos de nível ISCED 2. Quanto ao indicador - diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, registou-se uma taxa de conclusão com sucesso de 64%. A fonte oficial destes dados é a DGEEC e os últimos dados consolidados para fins estatísticos reportam-se a 2017.</p> <p>Relativamente aos indicadores comuns de resultado de longo prazo, e conforme reporte obrigatório no relatório de 2018, registam-se 14 577 participantes na PI 10.4 apoiados com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses após a conclusão da sua participação na operação e 787 nessas mesmas condições no âmbito da PI 10.1.</p>
2	Reforço do ensino superior e da formação avançada	<p>Com a reprogramação de 2018 a generalidade das tipologias elegíveis neste eixo transitaram para outros Programas do PT 2020. Por conseguinte, a sua dotação passou de 1 096 M€ (932 M€ FSE) para 614 M€ (522 M€ FSE).</p> <p>Até ao final de 2018 foi aprovado um montante total de 671 M€ (668 M€ FSE), decorrente da aprovação de 86 candidaturas.</p> <p>A taxa de execução situou-se nos 83% e a execução física regista 124 397 participantes (46 362 homens e 78 035 mulheres).</p> <p>O indicador de realização “Estudantes apoiados pela ação social no ensino superior” apresenta uma execução de 117%, face à meta de 100 000 participantes em 2018/2023 tendo-se apoiado 116 526 participantes (73 909 mulheres e 42 617 homens).</p> <p>O indicador de realização “Bolsistas de doutoramento” apoiados apresenta uma execução de 105%,</p>

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<p>com 3 680 bolsiros (2 189 mulheres e 1 491 homens) tendo em conta a meta de 3 500 bolsiros para 2018/2023.</p> <p>O indicador de realização “Estudantes apoiados nos Cursos TeSP apresenta uma execução de 46% face à meta de apoio a 6 500 estudantes até 2023 (2 990 participantes dos quais 194 mulheres e 1 796 homens).</p> <p>No que respeita aos indicadores específicos de resultado “Estudantes apoiados pela ação social no ensino superior que concluíram o grau de ensino” e “Estudantes Certificados nos Cursos TeSP ou que prosseguiram estudos” - verifica-se, respetivamente, uma taxa de 50% (47% homens e 51 % mulheres) e de 82% (81% homens e 83% mulheres), quando a meta de ambos os indicadores para 2023 é de 65%.</p> <p>Relativamente aos ICC de longo prazo, registam-se, seis meses após a participação, 11 532 participantes com emprego (4 090 homens e 7 442 mulheres) e um índice de pessoas com uma melhor situação laboral após 6 meses ter terminado a participação de 57%</p>
3	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade	<p>Com a reprogramação de 2018 a dotação inicial foi aumentada em 216 M€ FSE, sendo atualmente de 719 M€ FSE reforçando assim a prioridade à qualificação de adultos. Neste eixo financiam-se os Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) /Centros Qualifica (CQ); Cursos de Aprendizagem e Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) registando-se 570 candidaturas aprovadas. Destacam-se os EFA e os Cursos de Aprendizagem que mobilizam cerca de 353 M€ (300 M€ FSE) do investimento total aprovado no eixo, enquanto os CQEP/CQ mobilizam cerca de 59 M€ (50 M€ FSE).</p> <p>A taxa de execução situou-se nos 20% e a execução física revela que foram apoiadas 86 572 participações (42 287 homens e 44 285 mulheres) distribuídas por 27 343 participantes nos Cursos de Aprendizagem, (17 382 homens e 9 961 mulheres), 19 981 nos EFA (8 241 homens e 11 740 mulheres) e os restantes nos CQEP/CQ (podendo este número admitir mais do que 1 participação por pessoa).</p> <p>Os Indicadores específicos de realização apresentam uma execução no quadro de performance de 80% no Indicador adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional e de 109% no Indicador pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de nível ISCED 3. Quanto ao indicador específico de resultado Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional apurou-se uma taxa de 61% (64 % mulheres e 57% homens) para uma meta de 60% em 2023. Relativamente aos ICC de longo prazo, registam-se 9 428 participantes apoiados, com emprego nos seis meses depois de terminada a participação na operação (4 636 homens e 4 792 mulheres) e um índice de pessoas com uma melhor situação laboral após 6 meses ter terminado a sua participação de 33%.</p>
4	Qualidade e inovação do sistema de educação	Com a reprogramação em 2018 houve lugar a revisão em baixa da dotação do Eixo 4, que passou de

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
	e formação	<p>176 M€ (150 M€ FSE) para 118 M€ (100 M€ FSE). Este eixo financia ações diversificadas para a promoção da qualidade e da inovação do sistema de educação e formação.</p> <p>Até final de 2018 foi aprovado um montante total de 61 M€ (50 M€ FSE), que originou um total de 107 operações aprovadas, das quais: 6 no âmbito da tipologia Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação, 73 para a formação contínua de docentes e outros agentes de educação e formação, 3 para o reforço dos SPO nas escolas e 25 para ações de inovação social.</p> <p>A taxa de execução financeira do eixo situou-se nos 32%, tendo sido apoiados até esta data 55 072 participações por parte de docentes e outros agentes de educação e formação em ações de formação contínua (45 671 mulheres e 9 401 homens -, quando a meta para 2018 é de 60 000 participantes, registando assim uma execução de 92% - e mais 204 psicólogos a tempo integral passaram a estar ao serviço das escolas das regiões Norte, Centro e Alentejo, para uma meta de + 200 psicólogos, superando assim ligeiramente essa meta.</p> <p>O nível de alcance do indicador específico de resultado “Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes e outros agentes de educação e formação” foi de 98%% para uma meta 2023 de 95%, não havendo diferenças a registar quanto ao género. Quanto ao ICC de longo prazo o índice de pessoas com uma melhor situação laboral após 6 meses ter terminado a sua participação é de 17%.</p>
5	Assistência Técnica	<p>O eixo 5, com uma dotação total de 60 M€ (51 M€ FSE), contou até ao momento com 2 concursos para financiar as despesas inerentes ao apoio logístico e administrativo assegurado pela Secretaria Geral da Educação e da Ciência à AG, bem como as despesas dos OI do POCH decorrentes do exercício das competências de gestão delegadas nos mesmos.</p> <p>As 4 candidaturas aprovadas até à data totalizam 39 M€ (33 M€ FSE). A despesa validada totaliza 14 M€ (12 M€ FSE) e o valor pago 13 M€ FSE, correspondendo a uma taxa de execução de 23% e de pagamento de 25%.</p> <p>Quanto ao indicador específico de resultado relativo à despesa coberta pelas 39 ações de acompanhamento no local concluídas – ou seja, com os respetivos relatórios tratados no SI - até 31.12.2018 (para uma meta de 280 até 2023), estas representam 3% dessa despesa, para uma meta de 6% para 2023, Refira-se, porém, que se encontram em conclusão mais 52 VL (num total de 91 realizadas até esta data), cujos relatórios se encontram em fase de tratamento no SI (14 aliás já tratadas nesta data), com despesa controlada amostrada de 32,7 M€, ascendendo assim a taxa de cobertura a 5%.</p> <p>De referir ainda que foi objeto de adjudicação o contrato que irá assegurar, para os próximos três anos, a realização pela AG de 160 verificações no local para o cumprimento do indicador de realização, como base para o cumprimento do indicador de resultado referido.</p>

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		Em relação ao indicador de realização também deste eixo e que se prende com o n.º de avaliações produzidas, até esta data foi concluída uma, tendo como meta a realização de mais 3 até 2023, em conformidade com o previsto no Plano de Avaliação do PO CH. Note-se ainda que está nesta data em fase final de adjudicação mais uma avaliação e outra em curso.

3.2. Indicadores comuns e indicadores específicos dos programas (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixos prioritários que não a assistência técnica

Eixo prioritário	1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 1 / 10i

ID	Indicador	Categoria de região	Indicador de realizações comum usado como base para a definição das metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018	
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					768,00	492,00	276,00					60,00	23,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					16.935,00	7.540,00	9.395,00					45,00	34,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					17.229,00	8.802,00	8.427,00					0,00	0,00
CR04	pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					1.032,00	655,00	377,00					0,00	0,00
CR05	pessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas					787,00	558,00	229,00					558,00	229,00
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00					0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	2017		2016		2015		2014	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	180,00	155,00	109,00	42,00	143,00	56,00	0,00	0,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	109,00	43,00	41,00	13,00	7.345,00	9.305,00	0,00	0,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	869,00	533,00	2.264,00	1.193,00	5.669,00	6.701,00	0,00	0,00
CR04	pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	173,00	93,00	421,00	263,00	61,00	21,00	0,00	0,00
CR05	pessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realizações utilizado como base para a fixação de metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			2018						
						Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R112	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	80,00 %						0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	
R113	Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos vocacionais de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	85,00 %						0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	

ID	Indicador	Categoria de região	2017						2016							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R112	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	83,40%	82,90%	83,10%	85,50%	85,20%	80,90%		87,00%	86,70%	87,50%	87,20%	87,20%	87,20%	
R113	Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos vocacionais de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	84,80%	85,90%	82,40%	90,30%	90,90%	88,90%		81,90%	83,10%	79,90%	75,70%	76,60%	74,10%	

ID	Indicador	Categoria de região	2015						2014							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R112	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	85,30%	82,40%	89,00%	85,30%	82,40%	89,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
R113	Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos vocacionais de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	85,80%	86,80%	84,10%	85,80%	86,80%	84,10%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

Eixo prioritário	1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 1 / 10i

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas				39.970,00	22.116,00	17.854,00				1.317,00	901,00	416,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas				568,00	310,00	258,00				46,00	19,00	27,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas				39.965,00	22.114,00	17.851,00				1.317,00	901,00	416,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas				39.970,00	22.116,00	17.854,00				1.317,00	901,00	416,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
Total global de participantes						39.970,00						1.317,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	3.221,00	2.214,00	1.007,00	7.959,00	5.340,00	2.619,00	6.514,00	4.139,00	2.375,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	12,00	5,00	7,00	107,00	67,00	40,00	129,00	84,00	45,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	3.221,00	2.214,00	1.007,00	7.956,00	5.340,00	2.616,00	6.512,00	4.137,00	2.375,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	3.221,00	2.214,00	1.007,00	7.959,00	5.340,00	2.619,00	6.514,00	4.139,00	2.375,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
Total global de participantes			3.221,00			7.959,00			6.514,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2014		
			Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	20.959,00	9.522,00	11.437,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	274,00	135,00	139,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00

CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	20.959,00	9.522,00	11.437,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	20.959,00	9.522,00	11.437,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganos)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO18	peças sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego.	Menos desenvolvidas	0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local.	Menos desenvolvidas	0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00		
	Total global de participantes		20.959,00		

Eixo prioritário	1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 1

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O112	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	N.º	44.650,00			35.800,00	19.461,00	16.339,00	0,80			1.213,00	835,00	378,00

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015			2014		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O112	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	3.140,00	2.171,00	969,00	6.139,00	4.187,00	1.952,00	4.044,00	2.587,00	1.457,00	21.264,00	9.681,00	11.583,00

Eixo prioritário	1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes

Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 1 / 10iv

ID	Indicador	Categoria de região	Indicador de realizações comum usado como base para a definição das metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018	
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					24.702,00	13.778,00	10.924,00				23,00	14,00	
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					3.391,00	2.004,00	1.387,00				63,00	52,00	
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					59.495,00	32.326,00	27.169,00				5.753,00	4.916,00	
CR04	pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					29.841,00	17.465,00	12.376,00				2.147,00	1.608,00	
CR05	pessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas					14.577,00	8.692,00	5.885,00				8.692,00	5.885,00	
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	

ID	Indicador	Categoria de região	2017		2016		2015		2014	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	169,00	91,00	6.638,00	5.530,00	6.948,00	5.289,00	0,00	0,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	79,00	94,00	454,00	286,00	1.408,00	955,00	0,00	0,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	9.795,00	8.190,00	1.451,00	997,00	15.327,00	13.066,00	0,00	0,00
CR04	pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	4.685,00	3.351,00	999,00	612,00	9.634,00	6.805,00	0,00	0,00
CR05	pessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes

Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realizações utilizado como base para a fixação de metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			2018						
						Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R143	Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos Cursos Profissionais	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	50,00 %						0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	
R141	Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	70,00 %						0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	

ID	Indicador	Categoria de região	2017						2016									
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens
R143	Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos Cursos Profissionais	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
R141	Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	63,70%	71,50%	58,30%	63,70%	71,50%	58,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

ID	Indicador	Categoria de região	2015						2014									
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens
R143	Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos Cursos Profissionais	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
R141	Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

Eixo prioritário	1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes

Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 1 / 10iv

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas				223.396,00	130.224,00	93.172,00				8.204,00	4.699,00	3.505,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas				1.506,00	911,00	595,00				155,00	97,00	58,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas				223.286,00	130.152,00	93.134,00				8.196,00	4.696,00	3.500,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas				223.395,00	130.223,00	93.172,00				8.204,00	4.699,00	3.505,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganos)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
Total global de participantes						223.396,00						8.204,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	22.358,00	13.217,00	9.141,00	80.100,00	46.751,00	33.349,00	206,00	159,00	47,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	181,00	106,00	75,00	724,00	388,00	336,00	0,00	0,00	0,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	22.356,00	13.217,00	9.139,00	80.077,00	46.734,00	33.343,00	206,00	159,00	47,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	22.357,00	13.216,00	9.141,00	80.100,00	46.751,00	33.349,00	206,00	159,00	47,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganos)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
Total global de participantes			22.358,00			80.100,00			206,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2014		
			Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	112.528,00	65.398,00	47.130,00

CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	446,00	320,00	126,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	112.451,00	65.346,00	47.105,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	112.528,00	65.398,00	47.130,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO18	peças sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas	0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas	0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00		
	Total global de participantes		112.528,00		

Eixo prioritário	1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes

Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 1

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018			
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
O141	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	N.º	300.000,00			169.667,00	98.899,00	70.768,00	0,57				7.632,00	4.354,00	3.278,00

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015			2014		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O141	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	20.889,00	12.310,00	8.579,00	30.816,00	18.158,00	12.658,00	29.353,00	17.249,00	12.104,00	80.977,00	46.828,00	34.149,00

Eixo prioritário	2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada
Prioridade de Investimento	10ii - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 2 / 10ii

ID	Indicador	Categoria de região	Indicador de realizações comum usado como base para a definição das metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018	
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					4.534,00	1.291,00	3.243,00				2,00	6,00	
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					22,00	19,00	3,00				0,00	0,00	
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					263,00	156,00	107,00				2,00	7,00	
CR04	peessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					83,00	48,00	35,00				0,00	0,00	
CR05	peessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					4,00	3,00	1,00				0,00	0,00	
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas					11.532,00	4.090,00	7.442,00				4.090,00	7.442,00	
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					51,00	39,00	12,00				39,00	12,00	
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					14,00	10,00	4,00				10,00	4,00	
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					15,00	10,00	5,00				10,00	5,00	

ID	Indicador	Categoria de região	2017		2016		2015		2014	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	1.213,00	3.174,00	72,00	59,00	4,00	4,00	0,00	0,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	11,00	2,00	5,00	0,00	3,00	1,00	0,00	0,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	127,00	94,00	27,00	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR04	peessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	32,00	26,00	12,00	8,00	4,00	1,00	0,00	0,00
CR05	peessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	3,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada
Prioridade de Investimento	10ii - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realizações utilizado como base para a fixação de metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			2018						
						Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R124	Estudantes Certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5 ou que prosseguiram estudos no ensino superior	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	65,00 %						0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	
R121	Estudantes apoiados pela ação social no ensino superior nos níveis ISCED 5,6 e 7 que concluíram o grau de ensino	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	65,00 %						0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	
R123	Doutoramentos concluídos	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	70,00 %						0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	

ID	Indicador	Categoria de região	2017						2016							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R124	Estudantes Certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5 ou que prosseguiram estudos no ensino superior	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		81,50%	80,50%	83,30%	81,50%	80,50%	83,30%	
R121	Estudantes apoiados pela ação social no ensino superior nos níveis ISCED 5,6 e 7 que concluíram o grau de ensino	Menos desenvolvidas	49,10%	46,50%	50,90%	50,80%	48,40%	52,60%		38,00%	33,40%	40,30%	38,00%	33,40%	40,30%	
R123	Doutoramentos concluídos	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

ID	Indicador	Categoria de região	2015						2014							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R124	Estudantes Certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5 ou que prosseguiram estudos no ensino superior	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
R121	Estudantes apoiados pela ação social no ensino superior nos níveis ISCED 5,6 e 7 que concluíram o grau de ensino	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
R123	Doutoramentos concluídos	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

Eixo prioritário	2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada
Prioridade de Investimento	10ii - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 2 / 10ii

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				133,00	88,00	45,00				0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				55,00	35,00	20,00				0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas				181.282,00	65.153,00	116.129,00				13.965,00	5.407,00	8.558,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas				666,00	270,00	396,00				0,00	0,00	0,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas				330,00	224,00	106,00				0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas				162.041,00	57.401,00	104.640,00				12.176,00	4.687,00	7.489,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas				130,00	63,00	67,00				18,00	7,00	11,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas				112,00	45,00	67,00				0,00	0,00	0,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas				147.579,00	53.696,00	93.883,00				11.311,00	4.440,00	6.871,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas				34.054,00	11.724,00	22.330,00				2.654,00	967,00	1.687,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
Total global de participantes						181.745,00						13.965,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	7,00	7,00	0,00	16,00	12,00	4,00	91,00	57,00	34,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	4,00	4,00	0,00	6,00	5,00	1,00	38,00	20,00	18,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	60.845,00	22.009,00	38.836,00	37.765,00	13.106,00	24.659,00	2.137,00	1.200,00	937,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	8,00	8,00	0,00	126,00	41,00	85,00	524,00	215,00	309,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	18,00	18,00	0,00	46,00	32,00	14,00	235,00	151,00	84,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	53.567,00	19.153,00	34.414,00	35.198,00	12.061,00	23.137,00	2.012,00	1.157,00	855,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	44,00	22,00	22,00	13,00	9,00	4,00	11,00	4,00	7,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	6,00	2,00	4,00	105,00	43,00	62,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	46.896,00	17.073,00	29.823,00	30.108,00	10.478,00	19.630,00	2.026,00	1.195,00	831,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	13.974,00	4.961,00	9.013,00	7.713,00	2.670,00	5.043,00	332,00	170,00	162,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
Total global de participantes			60.870,00			37.827,00			2.463,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2014		
			Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	19,00	12,00	7,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	7,00	6,00	1,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	66.570,00	23.431,00	43.139,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	8,00	6,00	2,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	31,00	23,00	8,00

CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	59.088,00	20.343,00	38.745,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	44,00	21,00	23,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	1,00	0,00	1,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	57.238,00	20.510,00	36.728,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	9.381,00	2.956,00	6.425,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganos)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO18	peças sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego.	Menos desenvolvidas	0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local.	Menos desenvolvidas	0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00		
	Total global de participantes		66.620,00		

Eixo prioritário	2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada
Prioridade de Investimento	10ii - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 2

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O121	Estudantes apoiados pela Ação Social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	Menos desenvolvidas	Nº	100.000,00			116.526,00	42.617,00	73.909,00	1,17			6.866,00	2.764,00	4.102,00
O122	Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5	Menos desenvolvidas	N.º	6.500,00			2.990,00	1.796,00	1.194,00	0,46			0,00	0,00	0,00
O123	Bolseiros de doutoramento apoiados	Menos desenvolvidas	N.º	3.500,00			3.680,00	1.491,00	2.189,00	1,05			170,00	60,00	110,00

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015			2014		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O121	Estudantes apoiados pela Ação Social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	Menos desenvolvidas	17.387,00	6.533,00	10.854,00	25.916,00	9.969,00	15.947,00	0,00	0,00	0,00	66.357,00	23.351,00	43.006,00
O122	Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5	Menos desenvolvidas	99,00	87,00	12,00	707,00	435,00	272,00	2.086,00	1.209,00	877,00	98,00	65,00	33,00
O123	Bolseiros de doutoramento apoiados	Menos desenvolvidas	717,00	283,00	434,00	150,00	71,00	79,00	2.510,00	1.014,00	1.496,00	133,00	63,00	70,00

Eixo prioritário	3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
Prioridade de Investimento	10iii - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 3 / 10iii

ID	Indicador	Categoria de região	Indicador de realizações comum usado como base para a definição das metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018	
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					270,00	177,00	93,00				0,00	0,00	
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					12.959,00	6.105,00	6.854,00				7,00	3,00	
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					7.172,00	3.633,00	3.539,00				0,00	0,00	
CR04	pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					4.468,00	2.771,00	1.697,00				5,00	0,00	
CR05	pessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas					9.428,00	4.636,00	4.792,00				4.636,00	4.792,00	
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					1.746,00	853,00	893,00				853,00	893,00	
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					46,00	17,00	29,00				17,00	29,00	
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					114,00	35,00	79,00				35,00	79,00	

ID	Indicador	Categoria de região	2017		2016		2015		2014	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	94,00	60,00	74,00	30,00	9,00	3,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	112,00	121,00	2.235,00	3.839,00	2.249,00	1.794,00	1.502,00	1.097,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	63,00	588,00	1.225,00	123,00	1.169,00	1.277,00	1.176,00	1.551,00
CR04	pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	1.330,00	785,00	535,00	466,00	528,00	239,00	373,00	207,00
CR05	pessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
Prioridade de Investimento	10iii - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realizações utilizado como base para a fixação de metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			2018						
						Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R131	Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	60,00 %						0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	
R133	Diplomados nos Cursos de Aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	61,00 %						0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	

ID	Indicador	Categoria de região	2017						2016							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R131	Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	Menos desenvolvidas	61,30%	57,60%	63,50%	59,40%	63,30%	52,90%		62,40%	60,30%	63,50%	56,50%	54,50%	57,60%	
R133	Diplomados nos Cursos de Aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

ID	Indicador	Categoria de região	2015						2014							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
R131	Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	Menos desenvolvidas	69,10%	66,10%	71,00%	68,10%	65,00%	70,20%		75,80%	73,40%	77,50%	75,80%	73,40%	77,50%	
R133	Diplomados nos Cursos de Aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

Eixo prioritário	3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
Prioridade de Investimento	10iii - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 3 / 10iii

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				64.090,00	31.498,00	32.592,00				3.455,00	1.061,00	2.394,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				10.488,00	4.023,00	6.465,00				2.112,00	619,00	1.493,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas				4.404,00	2.312,00	2.092,00				648,00	274,00	374,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas				1.992,00	921,00	1.071,00				525,00	221,00	304,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas				32.835,00	15.076,00	17.759,00				8.744,00	3.523,00	5.221,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas				38.480,00	23.120,00	15.360,00				1.193,00	535,00	658,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas				8.081,00	3.757,00	4.324,00				2.045,00	906,00	1.139,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas				4.131,00	1.662,00	2.469,00				771,00	250,00	521,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas				83.447,00	42.629,00	40.818,00				7.751,00	3.296,00	4.455,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas				14.293,00	4.835,00	9.458,00				3.679,00	1.162,00	2.517,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas				2.112,00	498,00	1.614,00				1.025,00	247,00	778,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
Total global de participantes						101.329,00						12.847,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	13.337,00	5.809,00	7.528,00	8.347,00	5.039,00	3.308,00	3.637,00	1.496,00	2.141,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	5.172,00	1.816,00	3.356,00	332,00	158,00	174,00	1.630,00	643,00	987,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	1.531,00	747,00	784,00	479,00	369,00	110,00	1.610,00	820,00	790,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	1.003,00	439,00	564,00	68,00	49,00	19,00	381,00	201,00	180,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	19.497,00	9.160,00	10.337,00	850,00	333,00	517,00	3.314,00	1.674,00	1.640,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	7.610,00	4.153,00	3.457,00	8.287,00	5.176,00	3.111,00	2.864,00	1.411,00	1.453,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	3.899,00	1.869,00	2.030,00	94,00	33,00	61,00	689,00	384,00	305,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	1.518,00	587,00	931,00	45,00	23,00	22,00	444,00	238,00	206,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	24.168,00	11.974,00	12.194,00	9.134,00	5.514,00	3.620,00	6.515,00	3.264,00	3.251,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	8.426,00	2.876,00	5.550,00	449,00	183,00	266,00	1.739,00	614,00	1.125,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	884,00	205,00	679,00	35,00	11,00	24,00	168,00	35,00	133,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
Total global de participantes			34.365,00			9.676,00			8.561,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2014		
			Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	35.314,00	18.093,00	17.221,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	1.242,00	787,00	455,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	136,00	102,00	34,00

CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	15,00	11,00	4,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	430,00	386,00	44,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	18.526,00	11.845,00	6.681,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	1.354,00	565,00	789,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	1.353,00	564,00	789,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	35.879,00	18.581,00	17.298,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganos)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO18	peças sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas	0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas	0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00		
	Total global de participantes		35.880,00		

Eixo prioritário	3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
Prioridade de Investimento	10iii - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 3

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O131	Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	Menos desenvolvidas	N.º	50.000,00			19.981,00	8.241,00	11.740,00	0,40			31,00	19,00	12,00
O133	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação do nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	N.º	57.800,00			27.343,00	17.382,00	9.961,00	0,47			0,00	0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015			2014		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O131	Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	Menos desenvolvidas	540,00	312,00	228,00	2.286,00	1.113,00	1.173,00	6.867,00	2.651,00	4.216,00	10.257,00	4.146,00	6.111,00
O133	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação do nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	3.119,00	1.924,00	1.195,00	8.057,00	5.007,00	3.050,00	5.564,00	3.609,00	1.955,00	10.603,00	6.842,00	3.761,00

Eixo prioritário	4 - Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
Prioridade de Investimento	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - 4 / 10i

ID	Indicador	Categoria de região	Indicador de realizações comum usado como base para a definição das metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018	
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					2,00	0,00	2,00				0,00	0,00	
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR04	peessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR05	peessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					4.007,00	655,00	3.352,00				655,00	3.352,00	
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	

ID	Indicador	Categoria de região	2017		2016		2015		2014	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR04	peessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR05	peessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	4 - Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
Prioridade de Investimento	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realizações utilizado como base para a fixação de metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			2018						
						Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
												Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
R118	Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes e outros agentes de educação e formação	Menos desenvolvidas	Rácio (%)		Rácio	98,00%						97,40 %	97,50%	97,40%	96,20 %	96,10%	96,20%	
R119	Alunos por psicólogo em equivalente a tempo integral	Menos desenvolvidas	Número (Nº)		Número	1.140,00			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ID	Indicador	Categoria de região	2017						2016							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
R118	Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes e outros agentes de educação e formação	Menos desenvolvidas	98,70%	98,70%	98,70%	98,60%	98,60%	98,60%		99,10%	99,00%	99,20%	99,10%	99,00%	99,20%	
R119	Alunos por psicólogo em equivalente a tempo integral	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ID	Indicador	Categoria de região	2015						2014							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
R118	Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes e outros agentes de educação e formação	Menos desenvolvidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
R119	Alunos por psicólogo em equivalente a tempo integral	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Eixo prioritário	4 - Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
Prioridade de Investimento	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 4 / 10i

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas				39.994,00	7.304,00	32.690,00				13.090,00	2.523,00	10.567,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas				56,00	14,00	42,00				18,00	3,00	15,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas				10.470,00	2.167,00	8.303,00				3.737,00	788,00	2.949,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas				383,00	27,00	356,00				189,00	8,00	181,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas				647,00	65,00	582,00				350,00	32,00	318,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas				38.958,00	7.211,00	31.747,00				12.545,00	2.482,00	10.063,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
	Total global de participantes					39.994,00						13.090,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	24.412,00	4.064,00	20.348,00	2.492,00	717,00	1.775,00	0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	38,00	11,00	27,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	5.978,00	1.108,00	4.870,00	755,00	271,00	484,00	0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	194,00	19,00	175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	297,00	33,00	264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	23.921,00	4.012,00	19.909,00	2.492,00	717,00	1.775,00	0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00			0,00			0,00		
	Total global de participantes		24.412,00			2.492,00			0,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2014		
			Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00

CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego	Menos desenvolvidas	0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local	Menos desenvolvidas	0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social)	Menos desenvolvidas	0,00		
	Total global de participantes		0,00		

Eixo prioritário	4 - Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
Prioridade de Investimento	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 4

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O101B	Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação	Menos desenvolvidas	Nº	115.000,00			55.072,00	9.401,00	45.671,00	0,48			22.669,00	3.896,00	18.773,00
O101C	Novos psicólogos em equivalente a tempo integral apoiados	Menos desenvolvidas	Nº	300,00			204,00	0,00	0,00	0,68			204,00	0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015			2014			
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
O101B	Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação	Menos desenvolvidas	29.902,00	4.787,00	25.115,00	2.501,00	718,00	1.783,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
O101C	Novos psicólogos em equivalente a tempo integral apoiados	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixos prioritários para assistência técnica

Eixo prioritário	5 - Assistência Técnica
------------------	-------------------------

Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - 5

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres

ID	Indicador	Categoria de região	2014		
			Total	Homens	Mulheres

Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 5

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
OAT1	Ações de acompanhamento on spot		N.º	280,00			39,00	0,00	0,00	0,14			0,00	0,00	0,00
OAT6	Avaliações produzidas		N.º	4,00			1,00	0,00	0,00	0,25			1,00	0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	2017			2016			2015			2014		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
OAT1	Ações de acompanhamento on spot		7,00	0,00	0,00	22,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OAT6	Avaliações produzidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	5 - Assistência Técnica
Objetivo específico	2.5.2 - Assegurar as condições adequadas ao exercício das atividades associadas à gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização, divulgação e controlo interno do POCH, de forma a garantir um desempenho eficaz e, com a qualidade desejável, o cumprimento dos objetivos definidos para o PO

Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ - 5 / 2.5.2

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realizações utilizado como base para a fixação de metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			2018						
						Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
RAT3	Despesa coberta pelas ações de acompanhamento on spot		Rácio (%)		Rácio	6,00 %						2,83 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	

ID	Indicador	Categoria de região	2017						2016							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
RAT3	Despesa coberta pelas ações de acompanhamento on spot		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
			4,95%	0,00%	0,00%	1,21%	0,00%	0,00%		7,26%	0,00%	0,00%	7,81%	0,00%	0,00%	

ID	Indicador	Categoria de região	2015						2014							
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
RAT3	Despesa coberta pelas ações de acompanhamento on spot		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
			6,31%	0,00%	0,00%	6,31%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

Quadro 5: Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2018 Número total cumulativo	2018 Número de homens cumulativo	2018 Número de mulheres cumulativo	2018 Total anual	2018 Total anual de homens	2018 Total anual de mulheres
1	F	F1	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	998.340.682,00					
1	O	O141	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	169.667,00	98.899,00	70.768,00	7.632,00	4.354,00	3.278,00
2	F	F2	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	453.001.273,00					
2	O	O121	Estudantes apoiados pela Ação Social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	116.526,00	42.617,00	73.909,00	6.866,00	2.764,00	4.102,00
2	O	O123	Bolseiros de doutoramento apoiados	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	3.680,00	1.491,00	2.189,00	170,00	60,00	110,00
3	F	F3	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	153.258.652,00					
3	O	O131	Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	19.981,00	8.241,00	11.740,00	31,00	19,00	12,00
3	O	O133	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação do nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	27.343,00	17.382,00	9.961,00	0,00	0,00	0,00
4	F	F4	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	21.286.261,00					
4	O	O101B	Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	55.072,00	9.401,00	45.671,00	22.669,00	3.896,00	18.773,00
4	O	O101C	Novos psicólogos em equivalente a tempo integral apoiados	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	204,00	0,00	0,00	204,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2017 Número total cumulativo	2016 Número total cumulativo	2015 Número total cumulativo	Observações
1	F	F1	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	587.635.627,00	330.713.181,00	116.447.828,00	
1	O	O141	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	162.035,00	141.146,00	110.330,00	
2	F	F2	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	237.108.057,00	244.992.333,00	96.553.411,00	
2	O	O121	Estudantes apoiados pela Ação Social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	109.660,00	92.273,00	66.357,00	
2	O	O123	Bolseiros de doutoramento apoiados	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	3.510,00	2.793,00	2.643,00	
3	F	F3	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	103.960.244,00	396.080,00	0,00	
3	O	O131	Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	19.950,00	19.410,00	17.124,00	
3	O	O133	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação do nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	27.343,00	24.224,00	16.167,00	
4	F	F4	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	
4	O	O101B	Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	32.403,00	2.501,00	0,00	
4	O	O101C	Novos psicólogos em equivalente a tempo integral apoiados	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2014 Número total cumulativo
1	F	F1	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	0,00
1	O	O141	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	80.977,00
2	F	F2	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	0,00
2	O	O121	Estudantes apoiados pela Ação Social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	66.357,00
2	O	O123	Bolseiros de doutoramento apoiados	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	133,00
3	F	F3	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	0,00
3	O	O131	Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	10.257,00
3	O	O133	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação do nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	10.603,00
4	F	F4	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	0,00
4	O	O101B	Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2014 Número total cumulativo
4	O	O101C	Novos psicólogos em equivalente a tempo integral apoiados	Nº	FSE	Menos desenvolvidas	0,00

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018 total	Objetivo intermédio para 2018 homens	Objetivo intermédio para 2018 mulheres	Objetivo final (2023) total	Objetivo final (2023) homens	Objetivo final (2023) mulheres
1	F	F1	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	800.880.000			1.704.000.000,00		
1	O	O141	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	160.000			300.000,00		
2	F	F2	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	358.494.194,73			522.000.000,00		
2	O	O121	Estudantes apoiados pela Ação Social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	Nº	FSE	Menos desenvolvidas	100.000			100.000,00		
2	O	O123	Bolseiros de doutoramento apoiados	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	3.500			3.500,00		
3	F	F3	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	136.610.000,00			719.000.000,00		
3	O	O131	Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	25.000			50.000,00		
3	O	O133	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação do nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	25.000			57.800,00		
4	F	F4	Despesa Certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	19.000.000,00			100.000.000,00		
4	O	O101B	Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação	Nº	FSE	Menos desenvolvidas	60.000			115.000,00		
4	O	O101C	Novos psicólogos em equivalente a tempo integral apoiados	Nº	FSE	Menos desenvolvidas	200			300,00		

3.4 Dados financeiros (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Quadro 6: Informações financeiras a nível do eixo prioritário e do programa

(como estabelecido no quadro 1 do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 1011/2014 da Comissão [Modelo para a apresentação de dados financeiros])

Eixo prioritário	Fundo	Categoria de região	Base de cálculo	Financiamento total	Taxa de cofinanciamento	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Parte da dotação total coberta com as operações selecionadas	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Parte da dotação total coberta pelas despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários	Número de operações selecionadas	Despesa total elegível incorrida pelos beneficiários e paga até 31/12/2018 e certificada à Comissão
1	FSE	Menos desenvolvidas	Público	2.004.705.883,00	85,00%	2.005.876.498,47	100,06%	2.005.876.498,47	1.207.602.698,15	60,24%	2.457	998.340.682,00
2	FSE	Menos desenvolvidas	Público	614.117.648,00	85,00%	667.981.618,97	108,77%	667.981.618,97	510.557.683,75	83,14%	86	453.001.273,00
3	FSE	Menos desenvolvidas	Público	845.882.353,00	85,00%	412.341.884,55	48,75%	412.341.884,55	171.936.989,66	20,33%	570	153.258.652,00
4	FSE	Menos desenvolvidas	Público	117.647.059,00	85,00%	58.878.894,53	50,05%	58.878.894,53	37.629.564,50	31,99%	107	21.286.261,00
5	FSE	Menos desenvolvidas	Público	59.802.471,00	85,00%	38.759.127,15	64,81%	38.759.127,15	13.960.074,16	23,34%	4	
Total	FSE	Menos desenvolvidas		3.642.155.414,00	85,00%	3.183.838.023,67	87,42%	3.183.838.023,67	1.941.687.010,22	53,31%	3.224	1.625.886.868,00
Total geral				3.642.155.414,00	85,00%	3.183.838.023,67	87,42%	3.183.838.023,67	1.941.687.010,22	53,31%	3.224	1.625.886.868,00

Quadro 7: Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.os 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013),

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT111	1.711.938,71	1.711.938,71	1.177.666,85	6
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT112	3.066.359,07	3.066.359,07	918.798,48	11
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT113	1.864.799,40	1.864.799,40	1.028.432,01	8
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT114	33.587.598,83	33.587.598,83	17.032.534,19	118
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT115	814.818,06	814.818,06	497.037,56	4
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT161	6.493.744,16	6.493.744,16	4.742.297,34	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT162	4.364.450,83	4.364.450,83	2.666.254,26	15
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT165	1.220.701,43	1.220.701,43	842.232,71	10
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	21	PT112	498.083,53	498.083,53	422.977,44	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	21	PT113	391.955,03	391.955,03	263.227,31	4
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	21	PT114	215.020,91	215.020,91	104.084,66	2
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	21	PT165	750.928,17	750.928,17	732.323,14	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	23	PT114	623.074,81	623.074,81	595.137,09	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	23	PT165	105.390,00	105.390,00	93.027,96	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT111	1.578.823,74	1.578.823,74	1.244.272,77	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT112	6.318.503,61	6.318.503,61	4.719.649,03	25
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT113	8.636.923,63	8.636.923,63	5.601.341,60	34
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT114	5.704.002,46	5.704.002,46	3.236.104,04	24
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT115	9.180.014,30	9.180.014,30	4.395.339,71	50
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT116	5.908.171,45	5.908.171,45	4.583.025,52	20
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT117	787.038,49	787.038,49	563.416,92	4
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT118	976.391,53	976.391,53	397.253,20	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT161	3.498.144,04	3.498.144,04	2.428.362,71	17
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT163	2.130.734,38	2.130.734,38	1.322.569,99	12
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT169	1.467.897,84	1.467.897,84	1.033.896,60	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT16A	888.730,29	888.730,29	420.823,96	6
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT16B	1.593.201,84	1.593.201,84	974.030,22	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT16C	67.961,46	67.961,46	65.817,95	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT181	436.732,21	436.732,21	400.939,20	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT182	1.401.784,71	1.401.784,71	783.948,72	8
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT183	1.857.478,58	1.857.478,58	915.749,22	10
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT184	2.283.268,41	2.283.268,41	1.426.918,27	14
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT185	1.291.241,77	1.291.241,77	416.338,26	10
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	21	PT112	415.359,08	415.359,08	297.041,08	2
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	21	PT113	941.654,78	941.654,78	706.265,45	4
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	21	PT114	341.293,03	341.293,03	298.854,48	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	21	PT117	333.921,05	333.921,05	304.759,64	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	21	PT161	305.438,41	305.438,41	300.164,21	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	21	PT168	290.829,69	290.829,69	288.261,00	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	23	PT163	279.473,84	279.473,84	246.975,50	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	23	PT16A	285.300,24	285.300,24	262.820,47	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	23	PT183	139.324,87	139.324,87	129.635,16	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	15	PT111	80.739,59	80.739,59	0,00	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT111	2.298.792,42	2.298.792,42	1.235.136,87	16
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT113	801.868,32	801.868,32	443.267,99	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT115	2.521.464,85	2.521.464,85	1.301.143,28	12
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT116	498.318,78	498.318,78	393.490,91	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT117	1.980.564,31	1.980.564,31	856.398,83	19
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT118	2.584.229,78	2.584.229,78	1.209.299,30	19
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT161	2.114.977,62	2.114.977,62	730.399,47	12
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT162	2.810.702,48	2.810.702,48	1.533.021,78	22
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT163	1.290.881,39	1.290.881,39	561.345,27	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT164	1.493.543,02	1.493.543,02	605.835,76	10
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT165	5.672.396,44	5.672.396,44	2.756.667,53	27
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT166	558.928,37	558.928,37	293.084,69	6
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT167	1.618.573,97	1.618.573,97	806.464,83	11
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT168	314.630,77	314.630,77	134.853,08	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT169	379.064,95	379.064,95	191.184,02	4
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT16A	1.037.724,21	1.037.724,21	367.619,43	6
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT16B	8.137.859,07	8.137.859,07	4.501.089,17	31
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT16C	4.317.875,51	4.317.875,51	2.877.924,93	17

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT181	2.990.930,26	2.990.930,26	912.197,93	17
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT182	1.254.218,33	1.254.218,33	355.698,25	10
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT183	923.673,78	923.673,78	192.188,54	6
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT184	1.146.392,54	1.146.392,54	511.502,76	12
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT185	2.911.508,41	2.911.508,41	1.572.416,57	22
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	21	PT117	160.294,78	160.294,78	131.247,35	2
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	21	PT162	674.381,45	674.381,45	611.305,27	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	21	PT16A	898.923,62	898.923,62	886.399,66	2
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	21	PT16B	482.478,59	482.478,59	407.446,39	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	23	PT16C	742.411,05	742.411,05	724.526,70	2
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	15	PT114	29.335.988,81	29.335.988,81	15.770.368,51	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	18	PT111	1.563.441,80	1.563.441,80	754.821,94	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	18	PT162	1.170.115,37	1.170.115,37	414.725,46	2
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	19	PT111	26.546.957,35	26.546.957,35	19.680.023,82	15
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	19	PT112	44.092.433,59	44.092.433,59	29.447.214,24	28
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	19	PT113	24.230.039,57	24.230.039,57	14.588.130,54	19
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	19	PT114	261.322.019,79	261.322.019,79	156.301.887,00	205
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	19	PT115	6.174.630,63	6.174.630,63	3.833.077,85	13
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	19	PT161	36.897.467,58	36.897.467,58	22.281.802,78	24
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	19	PT162	37.789.628,69	37.789.628,69	23.048.508,37	46
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	19	PT165	11.940.859,81	11.940.859,81	7.851.368,93	12
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	21	PT113	5.518.348,45	5.518.348,45	4.288.924,20	4
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	21	PT114	7.417.578,76	7.417.578,76	5.208.263,26	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	21	PT162	1.614.826,50	1.614.826,50	1.230.717,22	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	01	07		03	23	PT114	1.885.267,41	1.885.267,41	1.766.690,52	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	18	PT117	3.238.196,04	3.238.196,04	2.031.669,94	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	18	PT16B	3.462.131,36	3.462.131,36	1.897.818,79	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	18	PT182	2.080.507,42	2.080.507,42	799.686,17	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT111	15.113.575,80	15.113.575,80	9.676.234,17	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT112	89.181.059,39	89.181.059,39	57.756.106,37	40
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT113	115.740.850,83	115.740.850,83	68.717.501,86	71
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT114	53.073.841,58	53.073.841,58	28.553.881,04	45

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT115	98.267.937,23	98.267.937,23	52.274.052,92	82
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT116	47.321.909,78	47.321.909,78	28.295.701,06	48
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT117	11.910.135,65	11.910.135,65	5.411.221,78	23
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT118	7.485.653,07	7.485.653,07	4.303.551,61	12
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT161	44.732.651,15	44.732.651,15	27.412.829,36	45
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT163	43.401.338,25	43.401.338,25	26.492.099,74	44
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT164	4.288.256,92	4.288.256,92	2.006.287,37	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT168	12.800.629,51	12.800.629,51	8.720.555,34	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT169	11.898.353,65	11.898.353,65	8.197.808,65	15
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT16A	16.436.330,80	16.436.330,80	10.525.830,03	16
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT16B	28.272.125,61	28.272.125,61	17.298.988,07	27
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT16C	3.742.708,54	3.742.708,54	1.929.121,61	6
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT181	8.236.238,00	8.236.238,00	5.265.283,54	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT182	5.753.346,35	5.753.346,35	2.916.214,09	12
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT183	24.742.042,53	24.742.042,53	16.895.676,30	23
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT184	17.992.029,90	17.992.029,90	11.625.433,96	16
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	19	PT185	7.142.533,58	7.142.533,58	4.286.543,70	12
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	21	PT112	1.392.789,08	1.392.789,08	660.036,46	4
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	21	PT113	6.118.388,61	6.118.388,61	4.665.896,26	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	21	PT117	4.327.049,35	4.327.049,35	3.634.045,96	4
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	21	PT169	1.392.085,50	1.392.085,50	1.313.213,88	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	02	07		03	23	PT113	4.489.748,87	4.489.748,87	2.365.636,79	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	15	PT111	1.481.911,78	1.481.911,78	0,00	1
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	17	PT115	1.859.179,65	1.859.179,65	1.363.192,35	3
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT111	41.823.516,36	41.823.516,36	26.817.954,11	29
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT112	501.214,45	501.214,45	270.995,81	2
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT113	10.300.067,45	10.300.067,45	6.516.417,66	10
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT115	24.167.633,36	24.167.633,36	12.812.260,23	34
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT116	3.299.417,60	3.299.417,60	1.521.431,15	4
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT117	28.828.353,42	28.828.353,42	16.367.652,54	45
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT118	41.924.905,03	41.924.905,03	24.079.757,50	53
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT161	34.066.008,65	34.066.008,65	21.549.103,95	27

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT162	40.223.466,06	40.223.466,06	24.112.777,54	49
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT163	29.462.323,19	29.462.323,19	16.164.541,72	27
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT164	38.220.686,51	38.220.686,51	24.368.089,17	34
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT165	61.180.127,56	61.180.127,56	38.353.872,89	65
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT166	8.590.539,41	8.590.539,41	5.101.100,85	21
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT167	15.639.855,81	15.639.855,81	9.321.514,67	18
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT168	12.300.739,89	12.300.739,89	7.464.100,20	20
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT169	4.038.585,15	4.038.585,15	2.811.885,09	7
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT16A	12.816.590,17	12.816.590,17	6.677.379,34	9
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT16B	69.296.873,86	69.296.873,86	41.009.315,06	60
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT16C	53.016.180,95	53.016.180,95	33.922.072,40	54
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT181	14.811.097,67	14.811.097,67	8.846.641,50	24
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT182	6.537.565,18	6.537.565,18	3.667.656,35	10
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT183	5.465.800,45	5.465.800,45	3.435.476,48	19
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT184	23.792.867,96	23.792.867,96	15.622.139,12	36
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	19	PT185	53.392.621,34	53.392.621,34	32.940.781,95	43
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	21	PT16C	8.548.549,55	8.548.549,55	3.132.175,42	5
1	FSE	Menos desenvolvidas	118	01	03	07		03	21	PT182	1.008.920,22	1.008.920,22	973.199,20	1
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	01	07		08	19	PT112	1.136.225,22	1.136.225,22	0,00	2
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	01	07		08	19	PT113	1.776.989,00	1.776.989,00	0,00	1
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	01	07		08	19	PT114	3.234.967,15	3.234.967,15	255.730,68	13
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	01	07		08	19	PT161	180.945,44	180.945,44	0,00	1
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	01	07		08	19	PT162	1.529.096,56	1.529.096,56	830.024,45	2
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	01	07		08	19	PT165	721.864,25	721.864,25	363.361,72	2
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	01	07		08	21	PT161	35.127,57	35.127,57	16.783,70	1
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT112	1.679.295,19	1.679.295,19	404.104,89	1
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT113	112.406,10	112.406,10	15.897,88	1
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT115	1.393.549,32	1.393.549,32	151.854,08	5
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT116	165.897,66	165.897,66	68.673,50	1
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT117	1.030.787,40	1.030.787,40	718.802,47	1
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT118	3.752.992,17	3.752.992,17	379.769,66	2
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT161	5.417.822,52	5.417.822,52	717.835,45	3

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT168	1.751.902,00	1.751.902,00	9.243,95	3
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT169	880.483,19	880.483,19	189.678,88	3
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT16B	9.370.180,87	9.370.180,87	382.318,57	3
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT181	130.131,42	130.131,42	967,71	2
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT182	314.763,77	314.763,77	49.442,12	2
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	02	07		08	19	PT184	884.964,68	884.964,68	-6.222,55	3
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	03	07		08	19	PT111	1.557.185,38	1.557.185,38	436.628,17	3
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	03	07		08	19	PT113	561.203,02	561.203,02	19.082,82	3
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	03	07		08	19	PT16B	1.532.030,01	1.532.030,01	336.084,26	2
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	03	07		08	19	PT16C	1.517.476,05	1.517.476,05	300.007,01	3
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	03	07		08	19	PT185	1.060.782,40	1.060.782,40	-421,19	4
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	07	07		03, 04	17	PT1	16.276.475,67	16.276.475,67	7.929.999,32	3
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	07	07		04	17	PT1	171.076.404,90	171.076.404,90	105.579.267,30	3
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	01	07	07		08	18	PT1	427.134.964,18	427.134.964,18	388.467.592,43	12
2	FSE	Menos desenvolvidas	116	05	01	07		03	16	PT162	11.764.705,88	11.764.705,88	2.941.176,47	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	18	PT111	14.625.668,32	14.625.668,32	13.434.474,34	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	18	PT112	12.593.146,36	12.593.146,36	11.447.377,94	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	18	PT114	18.047.549,12	18.047.549,12	15.423.606,08	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	18	PT115	953.070,16	953.070,16	865.841,88	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	18	PT161	6.237.408,57	6.237.408,57	4.853.103,99	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	19	PT111	1.022.047,89	1.022.047,89	102.740,75	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	19	PT112	980.135,48	980.135,48	60.527,99	7
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	19	PT113	744.223,37	744.223,37	21.963,99	3
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	19	PT114	6.757.980,50	6.757.980,50	523.901,94	32
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	19	PT115	1.617.200,65	1.617.200,65	76.339,71	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	19	PT161	683.259,82	683.259,82	15.929,77	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	19	PT162	2.235.133,03	2.235.133,03	593.230,83	6
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	19	PT165	804.985,17	804.985,17	6.756,97	5
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	21	PT114	252.553,17	252.553,17	50.894,45	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	21	PT161	220.384,27	220.384,27	63.357,56	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	01	07		03	21	PT162	1.986.530,10	1.986.530,10	175.452,73	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	18	PT112	17.782.999,67	17.782.999,67	15.936.915,45	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	18	PT113	7.539.384,41	7.539.384,41	6.331.369,97	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	18	PT116	23.576.157,95	23.576.157,95	0,00	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	18	PT118	4.229.208,80	4.229.208,80	2.984.221,13	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	18	PT161	45.142.302,90	45.142.302,90	13.374.948,58	8
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	18	PT169	1.977.558,18	1.977.558,18	1.514.568,24	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	18	PT182	860.163,11	860.163,11	641.586,27	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	18	PT184	5.013.951,43	5.013.951,43	0,00	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	18	PT185	2.373.249,57	2.373.249,57	1.980.605,36	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT112	800.902,51	800.902,51	183.269,31	5
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT113	1.841.174,81	1.841.174,81	155.455,86	11
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT114	2.641.148,22	2.641.148,22	37.496,41	6
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT115	1.721.857,21	1.721.857,21	209.191,88	10
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT116	16.632.039,36	16.632.039,36	4.999.947,16	7
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT117	872.895,99	872.895,99	12.017,57	6
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT118	245.998,37	245.998,37	23.650,64	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT161	1.020.377,18	1.020.377,18	93.019,46	7
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT163	901.957,79	901.957,79	26.819,60	7
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT169	634.838,45	634.838,45	0,00	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT16A	430.273,16	430.273,16	132.004,68	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT16B	10.277.911,96	10.277.911,96	3.882.772,28	9
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT182	162.188,39	162.188,39	30.847,06	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT183	499.982,27	499.982,27	10.109,06	5
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT184	469.209,70	469.209,70	10.305,88	3
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	19	PT185	432.821,41	432.821,41	0,00	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	21	PT183	108.177,05	108.177,05	49.087,47	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	02	07		03	21	PT184	3.746.904,17	3.746.904,17	0,00	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	16	PT115	245.078,37	245.078,37	76.033,14	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT111	10.094.970,37	10.094.970,37	8.259.656,68	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT115	37.053.569,40	37.053.569,40	5.605.232,55	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT116	3.567.618,87	3.567.618,87	3.142.903,06	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT118	4.980.659,20	4.980.659,20	4.506.063,46	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT161	2.832.446,62	2.832.446,62	2.289.921,31	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT162	2.645.094,71	2.645.094,71	2.281.769,24	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT164	11.510.183,22	11.510.183,22	9.512.175,63	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT165	6.487.539,97	6.487.539,97	5.480.922,37	3
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT166	3.000.546,97	3.000.546,97	2.009.894,08	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT16B	6.538.520,54	6.538.520,54	6.008.097,81	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT181	6.964.934,13	6.964.934,13	4.893.530,98	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT182	2.245.328,21	2.245.328,21	1.874.284,48	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT183	2.784.951,75	2.784.951,75	2.611.828,05	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT184	17.534.969,78	17.534.969,78	2.547.083,71	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	18	PT185	660.334,54	660.334,54	545.022,07	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT111	4.710.191,36	4.710.191,36	3.147.123,06	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT113	68.783,25	68.783,25	162,61	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT115	490.507,75	490.507,75	222.669,76	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT117	327.985,74	327.985,74	205.568,80	3
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT118	1.028.806,99	1.028.806,99	184.601,39	7
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT161	723.791,74	723.791,74	100.551,06	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT162	1.250.364,50	1.250.364,50	0,00	3
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT163	159.970,41	159.970,41	27.307,11	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT164	1.580.927,29	1.580.927,29	104.135,19	8
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT165	585.641,68	585.641,68	63.747,97	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT166	154.312,54	154.312,54	0,00	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT167	28.000,00	28.000,00	0,00	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT168	239.174,39	239.174,39	132.025,11	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT169	323.538,88	323.538,88	0,00	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT16A	196.215,68	196.215,68	0,00	3
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT16B	1.877.818,90	1.877.818,90	71.138,10	11
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT16C	1.109.255,37	1.109.255,37	17.316,53	7
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT181	498.853,48	498.853,48	0,00	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT182	123.237,13	123.237,13	0,00	2
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT183	883.018,75	883.018,75	24.700,14	6
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT184	280.790,26	280.790,26	25.631,94	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	19	PT185	2.620.613,68	2.620.613,68	12.349,24	11

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	20	PT162	162.429,27	162.429,27	30.142,43	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	21	PT111	11.414.084,68	11.414.084,68	0,00	4
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	21	PT162	168.771,23	168.771,23	80.248,12	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	21	PT163	253.474,08	253.474,08	0,00	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	21	PT16B	2.420.768,28	2.420.768,28	0,00	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	03	07		03	21	PT181	708.025,73	708.025,73	0,00	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	07	07		03	15	PT1	252.260,39	252.260,39	0,00	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	07	07		03	16	PT1	115.594,34	115.594,34	0,00	1
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	07	07		03	17	PT1	1.630.787,11	1.630.787,11	657.130,93	7
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	07	07		03	18	PT1	8.341.162,78	8.341.162,78	0,00	48
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	07	07		03	19	PT1	20.633.532,58	20.633.532,58	3.100.169,02	147
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	07	07		03	21	PT1	5.888.017,82	5.888.017,82	1.750.142,29	41
3	FSE	Menos desenvolvidas	117	01	07	07		08	24	PT1	247.519,84	247.519,84	0,00	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		02	14	PT114	279.712,96	279.712,96	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		02	14	PT162	248.355,91	248.355,91	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	18	PT112	526.311,04	526.311,04	227.136,31	3
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT111	99.597,44	99.597,44	11.121,82	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		02	19	PT112	272.525,47	272.525,47	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT112	247.759,67	247.759,67	70.900,82	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT113	65.072,24	65.072,24	65.072,24	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		02	19	PT114	724.491,98	724.491,98	9.083,79	3
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT114	563.914,63	563.914,63	134.217,21	6
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT162	133.761,18	133.761,18	73.392,11	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		08	19	PT165	27.401,29	27.401,29	27.401,29	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		02	21	PT114	392.656,41	392.656,41	31.164,20	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	01	07		02	23	PT114	1.715.102,53	1.715.102,53	51.430,78	3
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		02	17	PT183	50.000,07	50.000,07	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	18	PT1	16.294.849,22	16.294.849,22	13.809.958,42	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	18	PT116	110.700,28	110.700,28	891,52	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	18	PT161	198.182,24	198.182,24	36.205,46	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	18	PT184	37.858,98	37.858,98	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT111	77.287,03	77.287,03	38.139,63	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT112	229.520,65	229.520,65	139.975,52	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT113	474.381,06	474.381,06	265.831,42	4
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT114	241.684,74	241.684,74	164.262,20	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT115	382.163,20	382.163,20	99.291,71	3
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT116	137.497,53	137.497,53	28.333,18	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT117	43.163,38	43.163,38	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT118	75.217,71	75.217,71	46.628,59	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT161	300.255,92	300.255,92	198.328,74	4
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT163	265.132,14	265.132,14	193.044,41	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT168	43.862,12	43.862,12	43.862,12	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT169	77.168,66	77.168,66	56.601,62	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		08	19	PT185	222.658,94	222.658,94	88.906,20	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	02	07		02	21	PT113	140.000,00	140.000,00	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	18	PT1	6.051.652,55	6.051.652,55	4.193.006,39	3
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	18	PT166	53.710,68	53.710,68	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT111	103.069,10	103.069,10	60.118,86	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT115	100.478,78	100.478,78	4.168,92	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT116	201.129,76	201.129,76	138.572,85	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT117	103.927,99	103.927,99	45.779,13	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT118	101.321,73	101.321,73	42.529,01	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT162	94.555,99	94.555,99	28.631,24	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		02	19	PT164	220.966,60	220.966,60	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT164	93.961,90	93.961,90	17.451,17	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT165	172.380,16	172.380,16	148.908,16	3
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT168	36.570,64	36.570,64	36.570,64	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT16A	87.518,71	87.518,71	4.322,16	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT16B	323.444,45	323.444,45	108.116,63	4
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT16C	276.286,09	276.286,09	117.676,28	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		02	19	PT181	58.924,43	58.924,43	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT181	76.204,02	76.204,02	21.565,33	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT182	117.609,62	117.609,62	109.967,38	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT183	133.963,93	133.963,93	81.152,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização							Dados financeiros				
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT184	69.955,99	69.955,99	52.494,46	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		08	19	PT185	109.979,62	109.979,62	26.212,70	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		02	21	PT164	496.129,41	496.129,41	0,00	4
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	03	07		02	23	PT161	83.889,62	83.889,62	0,00	1
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	07	07		08	18	PT1	24.270.548,22	24.270.548,22	16.481.139,88	5
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	07	07		02	19	PT1	155.891,05	155.891,05	0,00	2
4	FSE	Menos desenvolvidas	115	01	07	07		02	21	PT1	586.576,87	586.576,87	0,00	3
5	FSE	Menos desenvolvidas	121	01	07	07		08	18	PT1	38.292.308,44	38.292.308,44	13.863.002,03	3
5	FSE	Menos desenvolvidas	121	01	07	07		08	19	PT1	466.818,71	466.818,71	97.072,13	1

Quadro 8: Utilização de financiamento cruzado

1	2	3	4	5	6
Utilização de financiamento cruzado	Eixo prioritário	Montante previsto do apoio da UE para utilização como financiamento cruzado, com base nas operações selecionadas (EUR)	Percentagem do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (3/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100)	Montante do apoio da UE utilizado como financiamento cruzado, com base nas despesas elegíveis declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Percentagem do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (5/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100)
Custos elegíveis para apoio a título do FEDER, mas apoiados pelo FSE	1	0,00		0,00	
Custos elegíveis para apoio a título do FEDER, mas apoiados pelo FSE	2	0,00		0,00	
Custos elegíveis para apoio a título do FEDER, mas apoiados pelo FSE	3	0,00		0,00	
Custos elegíveis para apoio a título do FEDER, mas apoiados pelo FSE	4	0,00		0,00	
Custos elegíveis para apoio a título do FEDER, mas apoiados pelo FSE	5	0,00		0,00	

Quadro 10: Despesa incorrida fora da União (FSE)

Montante de despesa prevista a incorrer fora da União, no quadro dos objetivos temáticos 8 e 10, com base nas operações selecionadas (EUR)	Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%) (1/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos * 100)	Despesas elegíveis incorridas fora da União, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%) (3/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos * 100)
2.689.385,46	0,07%	2.078.611,35	0,06%

4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

Síntese das conclusões de todas as avaliações do programa que foram disponibilizadas no ano financeiro anterior, com indicação do nome e do período de referência dos relatórios de avaliação utilizados

Para as avaliações disponibilizadas até final de 2018, regista-se que foi apresentado o relatório final da “Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a Formação Avançada” a 6 de dezembro de 2018, avaliação coordenada pelo POCH, a primeira, integrada no Plano de Avaliação do POCH a ser concluída. Abrangeu o período de vigência do QREN (2007-2013) e parte do período de vigência do PT2020 (até junho de 2018).

Conclui que existe um desempenho positivo nos planos da relevância, da eficácia, da eficiência, dos impactos e do VAE. Sem prejuízo disso, a avaliação permite confirmar a persistência de dificuldades de transição entre o ciclo longo que caracterizou a implementação deste tipo de apoios ao longo das últimas décadas e a incorporação das novas prioridades introduzidas pela programação do PT2020, designadamente no que respeita às apostas de aumento do potencial de valorização económica e social do conhecimento produzido (i.e. fomento de uma orientação *market-driven* para estes processos) e de promoção de um maior ajustamento do perfil profissional dos recursos humanos beneficiários dos apoios concedidos às necessidades de mercados de trabalho que se pretendem cada vez mais amplos e diversificados (com claro destaque para os designados mercados de trabalho não académicos). Na perspetiva dos avaliadores, são essas prioridades que deverão merecer especial centralidade nas decisões de afetação futura dos FEEI, tanto no atual período de programação como entre 2021 e 2027. Por seu turno, a nível da política pública mais global, considera-se pertinente assegurar que as mesmas não invalidam a prossecução de outras orientações para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e que, tendencialmente, deverão ter noutros meios, que não os FEEI, a sua fonte de financiamento. Destacam-se as seguintes conclusões:

- i) A canalização de recursos públicos para fomentar a procura de Formação Avançada (FA) em Portugal está inserida numa estratégia nacional de recuperação do atraso científico e tecnológico de Portugal no contexto europeu. A concretização desta Política foi tributária da mobilização de Fundos Comunitários ao longo de sucessivos períodos de programação, contribuindo para o *catching up*;
- ii) O QREN foi eficaz e eficiente no cumprimento dos objetivos específicos, atingindo o resultado mais imediato de expansão da pool de ativos altamente qualificados. No quadro do PT2020, os níveis de execução financeiro e físico apresentam-se elevados;
- iii) Dificuldades da incorporação das prioridades da FA introduzidas pelo PT2020, designadamente no aumento do potencial de valorização económica e social do conhecimento produzido e promoção de um maior ajustamento do perfil profissional dos bolsiros com as necessidades do mercado de trabalho, sobretudo não académico, devendo ser esse o foco do atual período de programação e próximo período de programação (2021-2027).
- iv) Necessidade de maior focalização dos apoios à FA em áreas chave de relevância económica e social, sendo a estratégia RIS3 um referencial rápido para o concretizar. Não deve constituir critério único para a atribuição de apoios à FA, salvaguardando-se o papel que outros recursos de financiamento que não os FEEI, desempenharão no desenvolvimento científico equilibrado;

- v) Os “Programas de Doutoramento FCT” são um modelo mais adequado (face à atribuição do modelo “Bolsas individuais”) para o reforço da cooperação entre Instituições do Ensino Superior, instituições de I&D e empresas, e a excelência científica, podendo ser um complemento ao financiamento a Doutoramentos em Programas Doutorais associados a Unidades de I&D, anunciados na reprogramação;
- vi) A materialização dos apoios traduziu-se maioritariamente em bolsas individuais atribuídas a doutorandos cuja principal motivação para a frequência da FA é a perspetiva de uma carreira de investigação. O desafio da diversificação do padrão de empregabilidade dos doutorados está dependente da capacidade de gerar uma maior interação entre as entidades do SCTN e outras entidades, do desenvolvimento de atividades de investigação e tecnologia, bem como da capacidade de contornar condicionantes que o processo de recrutamento de doutorados/pós-doutorados no mercado não académico.
- vii) O alargamento do financiamento europeu aos PO Regionais, está vinculado à aplicação do princípio de subsidiariedade e ao alinhamento territorial dos instrumentos face às necessidades específicas de cada região. Contudo, levantam-se dúvidas face a condicionalismos de elegibilidade, perante a necessidade reconhecida de fomento das dinâmicas de cooperação entre instituições de ensino e investigação nacionais e internacionais para fortalecer a capacidade no SCTN face às dinâmicas globais internacionais que marcam o desenvolvimento das atividades de investigação e inovação.
- viii) A concentração dos apoios à FA exclusivamente nos POR, a partir do reprogramação do PT2020 em 2018, pode acentuar constrangimentos associados à dispersão dos apoios, nomeadamente o risco de se vir a limitar a cooperação com Instituições localizadas fora das regiões de convergência, bem como induzir constrangimentos financeiros e operacionais sobre ofertas doutorais dinamizadas por instituições pertencentes a mais do que uma região.
- ix) Entre 2008-2016, os Fundos Comunitários representaram cerca de 1/3 do investimento público total destinado a apoiar processos de FA em Portugal (2€ de investimento público nacional por cada 1€ de financiamento comunitário);
- x) Verifica-se um contributo particular dos FEEI nas regiões de convergência, visto que 7 em cada 10 doutorados/pós-doutorados é residente nesses territórios;
- xii) A taxa de conclusão dos doutoramentos de bolseiros apoiados pelo FSE (72,5%) é superior à registada para a generalidade dos doutoramentos (58,3%) (dados dos últimos 7 anos). No entanto, não há evidências que os apoios influenciem os tempos médios de conclusão: entre bolseiros e não bolseiros o tempo médio é sempre inferior a 5 anos (4,8 anos e 4,9 anos respetivamente);
- xiii) Existe um contributo evidente entre a frequência e conclusão de FA e a melhoria da empregabilidade dos bolseiros: a absorção pelo mercado de trabalho é elevada (91% de doutorados/pós-doutorados está a trabalhar ou em pós-doutoramento; 90% no caso dos bolseiros FEEI). Existe forte relação entre competências adquiridas e atividade desempenhada (muitos exercem atividades de docência e/ou investigação).

xiv) A proporção de doutorados/pós-doutorados desempregados (bolseiros FEEI) é mais elevada entre os diplomados mais recentes (últimos 5 anos) e as condições de inserção profissional das mulheres são mais precárias (maior prevalência de desemprego ou contratos de trabalho a termo). O desemprego varia em função da área científica, sendo maior na área das Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanidades. Os doutorados das Ciências Sociais e Humanidades representam 75% do total de doutorados que são trabalhadores independentes

xv) As bolsas são determinantes para viabilizar o acesso, frequência e conclusão da formação (para 83% dos bolseiros)

xvi) A FA permitiu melhorar as condições de empregabilidade e inserção profissional (90% estão empregados ou a fazer pós-doutoramento), embora com níveis elevados de precaridade, designadamente pelo recurso a Bolsas de Pós-Doutoramento em substituição de contratos de trabalho;

xvii) As Bolsas de Doutoramento empresarial (BDE) e em Ambiente Empresarial (BDAE) são instrumentos capazes de fomentar a inserção profissional de doutorados em empresas e potenciar a valorização económica do conhecimento, mas o seu peso é residual no conjunto de bolsas apoiadas (<2% do total). A absorção de doutorados pelas empresas está condicionada pela sua reduzida capacidade para tirar partido da investigação enquanto fator de produtividade, pela falta de reconhecimento da sua mais-valia e pelo défice de interações entre o SCTN e a envolvente externa;

xviii) 77% das BDE atribuídas no QREN concentraram-se na área das ciências da engenharia e tecnologia; 84% dos doutorados desta área, a trabalhar em empresas, são ex-bolseiros. Processos específicos de atribuição deste tipo de bolsas, com critérios de seleção mais ajustados às particularidades da oferta e da procura, são considerados determinantes para aumentar a captação de doutorados nestas áreas.

xix) 73% dos bolseiros tem atividade em entidades do sistema científico e tecnológico e apenas 15% no setor empresarial; para ambos os contextos existe um contributo positivo da integração profissional de (pós) doutorados nas organizações de acolhimento

xx) Verificou-se uma relação de contributo da FA para aumentar a participação de doutorados no mercado de trabalho e aumentar a produção científica reconhecida internacionalmente. Em oposição, não há elementos suficientes para estabelecer uma relação contributiva da FA para o aumento do recurso à propriedade intelectual/industrial, nem para o aumento da capacidade de inovação do tecido empresarial.

xxi) As intervenções apoiadas pelos FEEI no âmbito da política nacional de FA evidenciam valor acrescentado europeu (VAE) tanto ao nível do aumento da participação no mercado de trabalho dos recursos humanos detentores de FA (a política comunitária abrangeu 21,3% do acréscimo do novo emprego destes ativos registado entre 2006 e 2015), como para geração de valor acrescentado pela economia portuguesa (os FEEI representaram 0,1% do valor acrescentado apresentado pela economia portuguesa no ano de 2015).

Atendendo à participação do POCH no Grupo de Acompanhamento do estudo da Avaliação da

Transferência e Valorização do Conhecimento, coordenado pela AD&C, apresenta-se a principal conclusão e na área de atuação do POCH no que respeita às bolsas em ambiente empresarial (BDE). A avaliação conclui que a procura das BDE revelou-se baixa ao longo do período do QREN e não encontrou eco de melhoria no PT 2020. Recomenda redesenhar o instrumento com critérios de mérito que discriminem positivamente as especificidades desta tipologia no concurso geral de bolsas de doutoramento, valorizando os programas de trabalho nos quais esteja evidenciada a articulação com potenciais beneficiários do conhecimento produzido (empresas ou outros). Pondera a abertura de concursos específicos para a atribuição de BDE e refere que as mesmas poderão ter alguma medida associada à contratação, com os dois primeiros anos a beneficiarem de bolsa de investigação e os últimos estarem associados a um contrato de trabalho na empresa.

Nome	Fundo	A partir do mês de	A partir do ano	Até ao mês	Até ao ano	Tipo de avaliação	Objetivo temático	Tópico	Constatações
Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização do conhecimento - Avaliação Baseada na Teoria Entidade responsável: AD&C PO envolvidos: PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PDR Continente Período de abrangência: QREN projetando-se ainda sobre os aspetos da programação do Portugal 2020	FSE	3	2017	12	2018	Impacto	10	Ver informação detalhada nas fichas do ponto 12.1	Ver informação detalhada nas fichas do ponto 12.1
AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA - Avaliação Baseada na Teoria Entidade responsável: POCH PO envolvidos: PO CH, POISE, PO Norte, PO Centro e PO Alentejo (PT2020) Período de abrangência: QREN e PT2020	FSE	9	2017	12	2018	Impacto	10	Ver informação detalhada na ficha do ponto 12.1	Ver informação detalhada na ficha do ponto 12.1

6 QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

a) Questões que afetam o desempenho do programa e medidas adotadas

O desenvolvimento do SI PT2020, da responsabilidade da AD&C em articulação estreita com as Autoridades de Gestão foi consolidado durante o ano de 2018, embora mantendo-se importantes necessidades de manutenção evolutiva, o que justificou a tomada de medidas pelo POCH, em articulação com a AD&C, com a contratação de serviços especializados para esse efeito, para reforço da capacidade de resposta a essas necessidades. Durante 2017 e 2018 foi desenvolvido também em conjunto com as AG os requisitos técnicos dos indicadores de programa e de contratualização para serem implementados no BIFSE que entrou em funcionamento em abril de 2018. Esta ferramenta não foi capitalizada inteiramente pelo POCH na medida em que uma parte substantiva da execução física dos participantes apoiados ficou residente no SIFSE/QREN – OI Virtual, uma vez que a estrutura de dados exigidos neste SI não era compatível com uma migração dos mesmos para o SIFSE/PT2020 e, por isso, a leitura do BIFSE e a exploração dos dados para efeitos de reporte é apenas parcial face ao universo dos participantes apoiados pelo PO. Contudo a AG assegura a um sistema de apuramento da execução física que compila as duas fontes de informação de modo a suportar as obrigações em matéria de reporte, garantindo o regular sistema de monitorização dos indicadores de PO disponibilizado com informação agregada através dos boletins informativos PT2020 e POCH.

B) SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO

A implementação do PO implica o cumprimento de procedimentos muito exigentes de gestão, controlo, monitorização por parte de todos os atores - *AG, beneficiários e Organismos Intermédios*, - conforme consta na *Descrição do Sistema de Gestão e Controlo*, aprovada pelos organismos competentes. Contudo, impõem uma elevada carga administrativo-burocrática, o que se reflete nos tempos de preparação e análise de candidaturas e dos pedidos de pagamento, devido, desde logo, às obrigações mínimas em matéria de verificação administrativa (amostra aleatória mínima de 30 documentos, nas operações em custos reais, mas que podem ser insuficientes para uma adequada cobertura da despesa, mais a verificação da contratação pública, que abrange a generalidade dos nossos beneficiários – mínimo 30 contratos por operação). Atendendo a estas exigências, a AG tem procurado desenvolver regimes mais simplificados de financiamento, no quadro das modalidades previstas na regulamentação em vigor, tendo constituído em 2017 um grupo de trabalho interno para a apresentação de propostas para o desenvolvimento de metodologias em custos simplificados. Nesse âmbito foi possível aprovar a revisão do regime misto - custos reais e custos unitários – a partir de *tabelas normalizadas em custos unitários* para as tipologias cursos profissionais e CEF, implementados por entidades privadas e Turismo de Portugal. Para além destas duas tipologias, outras duas são financiadas ao abrigo de OCS: Cursos de Aprendizagem – regime misto custos reais e custos unitários e os CQEP/Centros Qualifica, ao abrigo de uma taxa fixa de 15%. O impacto da adoção destes regimes em OCS no total das operações aprovadas é significativo, tendo em conta que representam 43% do total de projetos aprovados. Encontra-se também em preparação duas novas metodologias de OCS – Taxa fixa de 15% para a tipologia Formação de Docentes e outros agentes educativos (em fase de apreciação pela CIC Portugal 2020) e Taxa fixa de 40% para os Cursos EFA.

Ressalva-se que os processos de preparação e aprovação destas metodologias são morosos e complexos,

na medida em que existem nalguns domínios de desenho e justificação das mesmas noções pouco claras ou indutoras de diferentes interpretações, podendo essa falta de clareza e entendimento universal das regras e pressupostos a aplicar criar obstáculos à sua adoção atendendo a receios legítimos perante auditorias futuras.

A AG tem ainda desenvolvido esforços, envolvendo todos os atores, para encontrar outras soluções que, sem perda de rigor, promovam uma maior simplificação administrativa, apoiando os mesmos no cumprimento das obrigações em matéria de legalidade da despesa e prestação de toda a informação requerida sobre, designadamente, os destinatários finais das ações que financiamos. Nesse contexto, apresentámos propostas de simplificação administrativa às entidades nacionais competentes, que julgamos terem contribuído de alguma forma para algumas medidas recentemente adotadas nesse sentido, depois do trabalho desenvolvido para o efeito pela AD&C com a IGF.

C) Recursos Humanos e Desempenho da AG

A AG do PO CH foi nomeada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, tendo sido de imediato tomadas medidas para assegurar o seu funcionamento, destacando-se a seleção e transferência de recursos do POPH/QREN para o PO CH em março de 2015, assegurando desse modo, embora em parte, a constituição do seu Secretariado Técnico, através do Despacho n.º 6815/2015, de 18 de junho. O provisionamento da composição máxima de RH (70 pessoas) veio a consolidar-se em 2017 e 2018 após o processo de recrutamento em 2017 com a entrada de 26 novos colaboradores e outros processos de mobilidade e saídas do PO, estando atualmente ao serviço 66 técnicos.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2018, de 15 de maio, para a Regularização Extraordinária de Vínculos Laborais Precários na Administração Pública dos trabalhadores que prestam serviço no âmbito da gestão do Portugal 2020, em estreita articulação com a Secretaria-Geral da Educação e Ciência e AD&C, foram publicitados na Bolsa de Emprego Público os procedimentos concursais para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 58 postos de trabalho, previsto no Mapa de Pessoal para 2018 da AD&C. No âmbito destes concursos foram admitidos 58 funcionários do PO CH, detentores de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, de acordo com n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 34/2018, concluindo-se assim uma etapa importante de regularização dos funcionários deste PO.

Relativamente aos OI, no ano de 2018, o IGeFE submeteu uma candidatura no âmbito da Assistência Técnica, na qual se encontrava previsto o reforço dos recursos humanos (15 postos de trabalho correspondentes ao exercício de funções da carreira de técnico superior) a alocar por este Instituto na prossecução das competências que lhe foram delegadas no âmbito da gestão do PO. Esta previsão veio a consubstanciar-se no Aviso n.º 7848/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 12 de junho, através do qual foi aberto o Procedimento Concurso comum para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto para preenchimento desses 15 postos de trabalho processo entretanto concluído durante o segundo semestre.

b) Queira avaliar se os progressos realizados são suficientes para atingir as metas fixadas, indicando as medidas corretivas eventualmente tomadas ou previstas, se for caso disso.

7. RESUMO PARA O CIDADÃO

Publicação de um resumo para os cidadãos sobre o conteúdo dos relatórios de execução anuais e final, e carregamento, utilizando um ficheiro separado, sob a forma de anexo a esses relatórios.

Pode carregar/encontrar o Resumo para o cidadão em Geral > Documentos na aplicação SFC2014

8. RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I. Identificação do programa e prioridade ou medida ao abrigo das quais é concedido o apoio dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
1. Eixos prioritários ou medidas de apoio ao instrumento financeiro, incluindo fundos de fundos, no âmbito do programa dos FEEI	
1.1. Eixo prioritário de apoio ao instrumento financeiro no âmbito do programa dos FEEI	2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada
2. Designação dos FEEI que apoiam o instrumento financeiro ao abrigo do eixo prioritário ou medida	FSE
3. Objetivo(s) temático(s) referido(s) no artigo 9.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 apoiado pelo instrumento financeiro	10 - Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
3.1. Verbas dos FEEI autorizadas em acordos de financiamento para o objetivo temático individual selecionado no campo 3 (facultativo)	10.000.000,00
4. Outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	
4.1. Número de CCI de todos os outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	
30. Data do fim da avaliação ex ante	6/jan/2016
31. Seleção dos organismos que executam o instrumento financeiro	
31.1. Se o procedimento de seleção ou designação já foi lançado	Sim
II. Descrição do instrumento financeiro e disposições de execução [artigo 46.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
5. Designação do instrumento financeiro	IF-EES2020
6. Endereço oficial/local de atividade do instrumento financeiro (nome do país e cidade)	Portugal / NUTS II: Norte, Centro e Alentejo
7. Modalidades de execução	
7.1. Instrumentos financeiros instituídos a nível da União, geridos, direta ou indiretamente, pela Comissão referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, com apoio de contribuições do programa dos FEEI	
7.1.1. Designação do instrumento financeiro a nível da União	
7.2. Instrumento financeiro estabelecido a nível nacional, regional, transnacional ou transfronteiras, gerido por ou sob a responsabilidade da autoridade de gestão referido no artigo 38.º, n.º 1, alínea b), com o apoio de contribuições dos programas dos FEEI, nos termos do artigo 38.º, n.º 4, alíneas a), b), c) e d), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	Delegação das tarefas de execução por adjudicação direta de um contrato
7.3. Instrumento financeiro que combina uma contribuição financeira da AG com os produtos financeiros do BEI no âmbito do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, em conformidade com o artigo 39.º-A, referido no artigo 38.º, n.º 1,	

alínea c)	
8. Tipo de instrumento financeiro	Fundo específico
8.1. Instrumentos financeiros ou personalizados conformes aos termos e condições normalizados, ou seja, instrumentos imediatamente disponíveis	Personalizado
9. Tipo de produtos fornecidos pelos instrumentos financeiros: créditos, microcréditos, garantias, investimentos em capital próprio ou quase-capital, outros produtos financeiros ou outras formas de apoio combinadas com o instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013.	
9.0.1. Empréstimos (\geq EUR 25,000)	Não
9.0.2. Microempréstimos ($<$ EUR 25 000 e concedidos às microempresas) em conformidade com SEC/2011/1134 final	Não
9.0.3. Garantias	Sim
9.0.4. Capital próprio	Não
9.0.5. Quase-capital	Não
9.0.6. Outros produtos financeiros	Não
9.0.7. Outros apoios combinados com o instrumento financeiro	Não
9.1 Descrição dos outros produtos financeiros	
9.2. Outros apoios combinados com o instrumento financeiro: subvenções, bonificações de juros, contribuições para prémios de garantias, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
10. Estatuto jurídico do instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 6, e o artigo 39.º-A, n.º 5, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [apenas para os instrumentos financeiros referidos no artigo 38.º, n.º 1, alíneas b) e c)]: conta fiduciária aberta em nome do organismo de execução e em benefício da autoridade de gestão ou financiamento separado no seio de uma instituição financeira	Bloco financeiro separado
III. Identificação do organismo de execução do instrumento financeiro e, se for caso disso, do organismo que executa um fundo de fundos, consoante o caso, tal como referido no artigo 38.º, n.º 1, alíneas a), b) e c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [artigo 46.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
11. Organismo de execução do instrumento financeiro	
11.1. Tipo de organismo de execução nos termos do artigo 38.º, n.º 4, e do artigo 39.º-A, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013: entidades legais existentes ou recentemente criadas dedicadas à execução dos instrumentos financeiros; Banco Europeu de Investimento; Fundo Europeu de Investimento; instituição financeira internacional de que um Estado-Membro seja acionista; banco ou instituição de capitais públicos, estabelecidos como entidades jurídicas que exercem atividades financeiras numa base profissional; organismo de direito público ou privado; autoridade de gestão que realize diretamente as ações de execução (apenas para empréstimos ou garantias)	Organismo de direito público ou privado
11.1.1. Nome do organismo que executa o instrumento financeiro	S. P. G. M. - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO S.A.
11.1.2. Endereço oficial/local de atividades (nome do país e da cidade) do organismo de execução do instrumento financeiro	Portugal / Porto
12. Procedimento para seleção de um organismo para execução do instrumento financeiro; outro procedimento	Cooperação interadministrativa
12.1. Descrição dos outros procedimentos de seleção do organismo de execução	

do instrumento financeiro	
13. Data de celebração do acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro	31/out/2018
IV. Montante total das contribuições do programa, por prioridade ou medida, pagas ao instrumento financeiro e custos de gestão incorridos ou taxas de gestão pagas [artigo 46.º, n.º 2, alíneas d) e e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
14. Montante total das contribuições do programa autorizado no âmbito do acordo de financiamento (em EUR)	11.764.705,88
14.1. De entre o qual, contribuições para os FEEI (em EUR)	10.000.000,00
14.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR) (facultativo)	
14.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR) (facultativo)	
14.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR) (facultativo)	10.000.000,00
14.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR) (facultativo)	
14.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR) (facultativo)	
15. Montante total das contribuições do programa pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	2.941.176,47
15.1. De entre o qual, o montante das contribuições dos FEEI (em EUR)	2.500.000,00
15.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR)	
15.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR)	
15.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR)	2.500.000,00
15.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR)	
15.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR)	
15.2. De entre o qual, montante total de cofinanciamento nacional (em EUR)	441.176,47
15.2.1. De entre o qual, montante total dos financiamentos públicos nacionais (em EUR)	441.176,47
15.2.2. De entre o qual, montante total dos financiamentos privados nacionais (em EUR)	
16. Montante total das contribuições pagas ao instrumento financeiro ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) (em EUR)	
17. Montante total dos custos e taxas de gestão pagos com contribuições do programa (em EUR)	
17.1. De entre o qual, a remuneração de base (em EUR)	
17.2. De entre o qual, a remuneração baseada no desempenho (em EUR)	
18. Custos ou taxas de gestão capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevantes apenas para o relatório final) (em EUR)	
19. Bonificações de juros ou contribuições para prémios de garantias capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
20. Montante total das contribuições do programa para prosseguir os investimentos nos destinatários finais, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
21. Contribuições relativas a terrenos e/ou imóveis no instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
V. Montante total do apoio pago aos beneficiários finais ou a bem dos beneficiários finais, ou autorizado no âmbito de contratos de garantia pelo instrumento financeiro para investimentos em beneficiários finais, por programa e prioridade ou medida dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea	

e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
VI. O desempenho do instrumento financeiro, incluindo o progresso no seu estabelecimento e na seleção de organismos que o executam (incluindo o organismo que executa um fundo de fundos) [artigo 46.º, n.º 2, alínea f), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013];	
32. Informações sobre a operacionalidade, ou não, do instrumento financeiro no final do ano de referência	Sim
32.1. Caso o instrumento financeiro já não estivesse operacional no final do ano de referência, data da sua liquidação	
VII: Juros e outras receitas geradas pelo apoio dos FEEI ao instrumento financeiro, os recursos do programa reembolsados ao instrumento financeiro a partir de investimentos, como referido nos artigos 43.º e 44.º, os montantes utilizados para o tratamento diferenciado, como referido no artigo 43.º-A, e o valor dos investimentos em capitais próprios relativamente aos anos anteriores [artigo 46.º, n.º 2, alíneas g) e i), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
35. Juros e outras receitas gerados pelos pagamentos dos FEEI ao instrumento financeiro (em EUR)	
36. Montantes reembolsados ao instrumento financeiro atribuíveis ao apoio dos FEEI no final do ano de referência (em EUR)	
36.1. De entre os quais, reembolsos de capital (em EUR)	
36.2. De entre os quais, receitas e outros ganhos e lucros (em EUR)	
37. Montante dos recursos atribuíveis aos FEEI utilizados em conformidade com os artigos 43.º-A e 44.º	
37.1 De entre o qual, montantes pagos para tratamento diferenciado de investidores que operam de acordo com o princípio da economia de mercado, que prestam a contrapartida ao apoio dos FEEI ao instrumento financeiro ou coinvestem ao nível do beneficiário final (em EUR)	
37.2. De entre o qual, montantes pagos para o reembolso dos custos de gestão incorridos e pagamento das taxas de gestão do instrumento financeiro (em EUR)	
37.3 De entre o qual, montantes para cobertura das perdas no valor nominal da contribuição dos FEEI para o instrumento financeiro resultantes de juros negativos, se tais perdas ocorrerem apesar da gestão de tesouraria ativa por parte dos organismos que executam os instrumentos financeiros (em EUR)	
VIII. Progressos no sentido de alcançar o efeito de alavancagem previsto dos investimentos realizados pelo instrumento financeiro e valor dos investimentos e participações [artigo 46.º, n.º 2, alínea h), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
38. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI geradas pelo instrumento financeiro (em EUR)	
38.1 Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, autorizado no acordo de financiamento assinado com o organismo de execução do instrumento financeiro (em EUR)	1.764.705,88
38.1-A. Contribuições a título do produto financeiro do BEI autorizado no acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro [apenas para os instrumentos referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea c)] (em EUR)	
38.2. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	441.176,47
38.2.1. De entre o qual, contribuições públicas (EUR)	441.176,47
38.2.2. De entre o qual, contribuições privadas (EUR)	
38.2-A. Contribuição a título do produto financeiro do BEI paga ao IF [apenas para os instrumentos referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea c)](em EUR)]	
IX. Contribuição do instrumento financeiro para o cumprimento dos indicadores da prioridade	

ou medida em causa [artigo 46.º, n.º 2, alínea j), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
<i>41. Indicador de resultados (número de código e designação) para o qual contribui o instrumento financeiro</i>	<i>O121 - Estudantes apoiados pela Ação Social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7</i>
41.1. Valor-alvo do indicador de resultados	0,01
41.2. Valor alcançado pelo instrumento financeiro em relação ao valor-alvo do indicador de resultados	0,00

9. FACULTATIVO PARA O RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016, NÃO APLICÁVEL AOS RESTANTES RELATÓRIOS SIMPLIFICADOS: AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE

Quadro 14: Ações realizadas para cumprir as condicionalidades gerais ex ante aplicáveis

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
--------------------------------	-------------------------	------------------	-------	-------------------------	-------------------------	---------------------	---	-------------

Quadro 15: Ações realizadas para cumprir as condicionalidades temáticas ex ante aplicáveis

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
--------------------------------	-------------------------	------------------	-------	-------------------------	-------------------------	---------------------	---	-------------

10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (ARTIGO 101.º, ALÍNEA H), E 111.º, N.º 3, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

10.1. Grandes projetos

Quadro 12: Grandes projetos

Projeto	CCI	Estado do GP	Total dos investimentos	Total dos custos elegíveis	Data prevista de notificação/apresentação do pedido	Data do acordo tácito/aprovação pela Comissão	Data prevista para o início da realização (ano, trimestre)	Data prevista para a conclusão da realização	Eixos prioritários/prioridades de investimento	Estado atual de execução — Progressos financeiros (% das despesas certificadas à Comissão, em comparação com o custo total elegível)	Estado atual de execução — progressos físicos Fase principal de execução do projeto	Principais realizações	Data de assinatura do primeiro contrato de obras	Observações
---------	-----	--------------	-------------------------	----------------------------	---	---	--	--	--	--	---	------------------------	--	-------------

Problemas significativos encontrados na execução de grandes projetos e medidas tomadas para a sua resolução.

--

Alterações eventuais à lista indicativa de grandes projetos do programa operacional.

--

10.2. Planos de ação conjuntos

Progressos alcançados na execução das diferentes fases dos planos de ação conjuntos

--

Quadro 13: Planos de ação conjunta (PAC)

Designação do PAC	CCI	Fase de execução do PAC	Total dos custos elegíveis	Total de apoios públicos	Contribuição do PO para o PAC	Eixo prioritário	Tipo de PAC	Data de apresentação [prevista] à Comissão	Data [prevista] de início da execução	Data [prevista] de conclusão	Principais realizações e resultados	Total das despesas elegíveis certificadas à Comissão	Observações
-------------------	-----	-------------------------	----------------------------	--------------------------	-------------------------------	------------------	-------------	--	---------------------------------------	------------------------------	-------------------------------------	--	-------------

Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para a sua resolução

--

PARTE B RELATÓRIOS A APRESENTAR EM 2017 E 2019 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL [Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.os 3 e 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]

11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 4, E 111.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

11.1. Informações da parte A e realização dos objetivos do programa (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixo prioritário	1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
------------------	---

No Eixo 1, especificamente na Prioridade de Investimento 10. iv está concentrado o maior nível de implementação do PO, fruto da aposta central e reforçada, no quadro da reprogramação aprovada em 2018, com uma dotação indicativa adicional para essa P.I de mais 350 M€ FSE - nos Cursos Profissionais, como via principal do ensino secundário de dupla certificação (escolar e profissional) de jovens.

Até ao final de 2018 foram encerrados 16 concursos que permitiram a apresentação de 3 879 candidaturas, das quais 2 457 foram aprovadas. Em termos de Tipologias de Operação, do total de operações aprovadas, 1 684 são Cursos Profissionais, 493 CEF, 201 Cursos Vocacionais e 79 do Ensino Artístico e Especializado.

Do ponto de vista financeiro é também neste Eixo que se concentra o volume de FSE mais elevado alocado ao PO CH – 1 704 M€ - e que foi objeto, para além disso, do maior incremento financeiro em sede de reprogramação do PO em 2018, como já referido. Refira-se que o montante total de concursos foi de 1 820 M€ FSE e que o FSE aprovado é de 1 704 M€, o que significa que toda a dotação do Fundo para este eixo já se encontra comprometida (100%). Neste quadro, a assunção de novos compromissos será feita assumindo um nível de *overbooking* que estimamos ser acomodável face ao histórico de quebra de execução das operações aprovadas, considerando ainda a aprovação recente da Deliberação n.º 8/2019 da CIC Portugal 2020, estabelecendo Orientações Estratégicas em Matéria de Gestão Orçamental dos Fundos da Política de Coesão.

As taxas de execução e de realização encontravam-se, à data, em 60%, e a taxa de pagamento nos 64% correspondentes a 1 088 M€ FSE pagos a beneficiários.

No âmbito do Eixo 1, a estratégia, adotada na reprogramação, de reforçar a dotação afeta ao ensino profissional e em contrapartida descontinuar os cursos vocacionais, substituídos pelos CEF, procurou ajustar o financiamento àquilo que tem sido o comportamento e os resultados do investimento no combate ao abandono escolar precoce, que baixou de 17,4% em 2014 para 11,8% em 2018, evolução muito positiva mas que exige ainda um esforço para atingir a meta dos 10%. O reforço deste Eixo releva também para a meta nacional de se atingir 55% da população estudante no ensino secundário (ISCED 3) a frequentar ofertas de dupla certificação, com vista também a melhorar a produção de qualificações necessárias ao desenvolvimento do tecido económico.

O reforço na dotação deste eixo, aprovado com a reprogramação de 2018, teve natural impacto na redefinição das metas físicas previstas no Quadro de Desempenho do PO CH – jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 - que era de 106 000 e por essa razão foi reforçada para 160 000.

No final de 2018 havia registo de 169 667 participantes apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, pelo que a meta prevista após reprogramação foi ultrapassada.

No que se refere ao indicador jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2, a meta de 44 650 para 2023 não sofreu alteração, não obstante a dotação indicativa das Tipologias de Operação que alimentam este indicador ter sido reduzida, já que se optou por descontinuar o financiamento ao Ensino Artístico Especializado e aos Cursos Vocacionais, (cujo apoio se mantém apenas até ao fecho das operações aprovadas) e retomar o apoio aos CEF, única tipologia a alimentar este indicador a partir de 2017. Sendo que até ao final de 2018 foram abrangidas 11 275 participantes nessas ofertas, sublinhando-se que não estão ainda contabilizadas nesse valor grande parte dos alunos que iniciaram CEF no ano letivo 2018/2019, atendendo a que aprovação da parte das candidaturas ocorreu já este ano e depois, naturalmente, no ano letivo 2019/2020.

No que concerne à despesa certificada para o Eixo 1, considerando o reforço financeiro proposto, procedeu-se também ao correspondente ajustamento, ou seja, um aumento das metas contratualizadas para 2018 e 2023. Estas foram alvo das seguintes variações: de 1 445 M€ para 1 704 M€ em 2023 e de 722 M€ para 801 € em 2018.

Relativamente a indicadores de resultado, os mesmos foram igualmente revisitados em sede de reprogramação, nomeadamente para identificar eventuais medidas corretivas detetadas nos pontos de partida e no cálculo dos valores de referência que serviram de base à definição das metas.

Relativamente à meta para o ISCED 2 – Diplomados nas Ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2, optou-se pela sua manutenção, à semelhança do que sucedeu para o indicador de realização, por se ter considerado que os dados apurados sobre a taxa de conclusão das ofertas formativas em causa estão em linha com o valor de referência que traçou a meta de 80%. No final de 2017, a taxa de Diplomados nas Ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso escolar era de 83%. Note-se que do ponto de vista metodológico é a DGEEC a fonte oficial destes dados os quais remontam a 2017, os últimos consolidados, uma vez que dizem respeito à conclusão dos cursos no tempo previsto para esse efeito e que se considerou ser até ao final do ano civil respetivo em que concluiu a componente curricular dos cursos.

No que se refere ao outro indicador de resultado de nível ISCED 2 – Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos vocacionais de nível ISCED 2, a sua designação foi alterada em sede de reprogramação para Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos de nível ISCED 2. Esta alteração de designação visou acomodar a mudança ocorrida ao nível das Tipologias de Operação que o alimentam e que resultou também na revisão do seu valor de referência que havia sido calculada apenas para os Cursos Vocacionais, oferta formativa recente à data da programação, pelo que o cálculo desse valor abrangeu um universo muito pouco representativo e a taxa de transição foi sobrestimada. Por outro lado, importa considerar que este indicador passou também entretanto a ser alimentado pelos CEF e que segundo os dados apurados, apresentavam taxas de transição inferiores – na ordem dos 78 % nos anos 2013/2014 e 2014/2015 – quando comparadas com as taxas de transição dos Cursos Vocacionais para esse mesmo período, de 86 %. Face ao exposto, a meta para o indicador em análise foi revista em baixa, passando de 95% para 85%.

No que se refere à meta do ISCED 3 - Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 – o

valor global apurado para dados consolidados em 2017 foi de 64 % face a uma meta que se manteve inalterada de 70% traçada para 2023.

No que a indicadores específicos de resultado diz respeito, importa ainda referir que em sede de reprogramação se procedeu à criação de um indicador no Eixo 1 relativo à Empregabilidade ou prosseguimento de Estudos nos seis meses seguintes à conclusão do curso, a aplicar ao universo dos estudantes que forma apoiados pelo PO CH durante um ciclo completo de estudos (3 anos). Do ponto de vista estratégico, este ajustamento teve em conta o facto de que os Cursos Profissionais permitem por um lado o acesso ao ensino superior, concorrendo assim também para o objetivo de alcançar os 40% de população entre os 30 e os 40 anos com o ensino superior ou equivalente. Por outro lado, a promoção da empregabilidade em conjunto com o prosseguimento de estudos promove também a redução do número de jovens NEET no país. Atendendo à metodologia de cálculo deste indicador e da sua dependência do apuramento do indicador Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, só existirão condições para o reportar futuramente. Assim, cabe-nos informar que o indicador de *Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos Cursos Profissionais* será reportado em relatórios subsequentes de execução do POCH

No que respeita aos indicadores comuns de longo prazo, refira-se que no final de 2018 (situação acumulada), do total de participantes apoiados no Eixo 1 que terminaram a sua participação nas operações aprovadas registam-se 14 577 (5 885 mulheres e 8 692 homens) participantes na PI 10.iv apoiados, com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses após a conclusão da sua participação na operação e 787 (229 mulheres e 558 homens) nessas mesmas condições no âmbito da PI 10.i.

Tal como estabelecido nos anexos do Regulamento do FSE, os dados recolhidos para os indicadores de resultado a longo prazo podem basear-se ou no universo de participantes ou numa amostra representativa. A AG, em consonância com outros PO do PT2020, optou inquirir o universo dos participantes elegíveis, tendo-se estabelecido considerar como última data de participação (data de corte) 30 de maio de 2018. Este procedimento metodológico foi transversal a todos os Eixos.

Eixo prioritário	2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada
------------------	---

Em sede de reprogramação, o Eixo 2 foi objeto de revisão em baixa. Na sequência da concentração de apoios e redefinição de fronteiras de elegibilidades entre PO's, as tipologias Bolsas Individuais e Programas de Doutoramento e Cursos Técnicos Superiores profissionais (TeSP) foram colocadas em *phasing out* e, não obstante a execução até ao final das operações, não haverá lugar a novas aprovações.

Paralelamente, a necessidade de concentração das medidas FSE vocacionadas para apoiar grupos vulneráveis no Objetivo Temático 9 – promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação – vertente de intervenção que se encontra no enquadramento estratégico do PO ISE, implicou que a tipologia das Bolsas de Ensino Superior para Alunos Carenciados deixassem de ser elegíveis ao PO CH tendo passado a ser elegíveis naquele PO.

Em sede de reprogramação a única tipologia de operação que se manteve neste eixo foi o Instrumento Financeiro uma vez que abrange a generalidade dos estudantes do ensino superior. Em resultado desta

alteração estrutural e estratégica, a dotação do Eixo foi objeto de revisão em baixa, passando de 1 096 M€ (932 M€ FSE) para 614 M€ (522M€).

Até ao final de 2018 foram encerrados 10 concursos que permitiram a apresentação de 89 candidaturas, das quais 86 foram aprovadas. Em termos de Tipologias de Operação, do total de Operações aprovadas, 67 são TeSP, 12 Bolsas de Ensino Superior, 6 Bolsas de Doutoramento e 1 no âmbito do Instrumento Financeiro.

Refira-se que os períodos de candidatura abertos puseram a concurso um total de 608 M€ FSE e um total de aprovações de 568 M€/FSE o que significa que a dotação do Fundo para este eixo já se encontra toda comprometida e até ultrapassada em 0.9 pp, valor que será perfeitamente acomodável em função de quebras de execução que previsivelmente ainda existirão no âmbito das operações não encerradas neste eixo. Verifica-se uma taxa de execução de 83% e uma taxa de realização de 76% com um rácio de pagamentos de 85% correspondente a cerca de 445 M€ do FSE. Note-se que, para estes valores, contribuiu, também, a candidatura do IF, aprovada em 10 M€ de FSE, sendo a Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua (SPGM) o organismo responsável pela sua execução.

Quanto aos indicadores específicos de realização, foram apoiados 124 392 participantes (dos quais 46 359 homens e 78 033 mulheres). Para o indicador do Quadro de Desempenho – Estudantes apoiados pelo ação Social no Ensino Superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7 – atingiram-se 116 526 participantes (73 909 mulheres e 42 617 homens), face a uma meta de 100 000 para 2018/2023. A meta do Quadro de Desempenho foi assim ultrapassada com um rácio de 117%.

No que se refere ao indicador de realização Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5, a meta de 2023 foi revista de 23 000 para 6 500 e no final de 2018 a execução situou-se nos 2 990 participantes apoiados (1 194 mulheres e 1 796 homens). O nível de registo de execução física não reflete ainda a extensão das operações em execução, atendendo que uma parte substancial das entidades beneficiárias desta tipologia de operação (Cursos TeSP) não tem submetido pedidos de pagamento/reembolso e respetiva declaração de execução física no ritmo esperado, atendendo também a dificuldades de SI. A menor execução da tipologia prendeu-se, adicionalmente, com a tardia disponibilização das funcionalidades do sistema que permitia a submissão da execução e com a estabilização dos dados a serem recolhidos pelas entidades beneficiárias. Estas são partilhadas com outros PO e têm comunicado dificuldades em responder às solicitações transversais.

Foram realizadas visitas de acompanhamento presenciais (ultimo trimestre de 2018), no sentido de promover a submissão de reembolsos, por forma a alavancar a baixa taxa de execução registada.

A alteração na meta física teve naturalmente em conta a passagem da tipologia dos Cursos TeSP para os PO Regionais, pelo que a meta procura abranger os participantes nas operações PO CH cujos compromissos haviam sido já assumidos em data anterior à da reprogramação.

Relativamente aos Bolseiros de Doutoramento apoiados, a execução ultrapassou os 100% face à meta de 3 500 para 2018 e para 2023, com 3 680 bolseiros (2 189 mulheres e 1 491 homens). Refira-se que a meta para 2023 era inicialmente 4 300 e a de 2018 era 3 000. A redefinição das metas teve também em conta a descontinuidade destas tipologias no PO CH e a sua passagem para os PO Regionais do Norte, Centro e

Alentejo sem esquecer o seu financiamento até ao final dos respetivos ciclos e a previsão de entradas de participantes ainda durante esse período.

A meta relativa à Despesa Certificada no Eixo 2 foi também revista em baixa, face aos ajustamentos estratégicos ocorridos, e passou a representar 69% da dotação reprogramada neste Eixo, isto é, 358 M€, por oposição aos anteriores 50%. A meta atual é superior ao limiar definido para o cumprimento da regra N+2 (sem incluir a reserva de desempenho), quer face à dotação inicial quer face à dotação revista. No contexto do Quadro de Desempenho, o indicador financeiro - Despesa Certificada – apresenta uma taxa de execução de 126%.

Relativamente aos indicadores específicos de resultado, houve também lugar a alguns ajustamentos estratégicos, quer para acomodar as alterações estruturais ao nível das elegibilidades, quer para ajustar cálculos de partida.

Assim, a taxa de Doutoramentos concluídos, cuja meta para 2023 era de 75% foi revista em baixa para 70%. Esta revisão deveu-se ao facto de se ter apurado um novo valor de referência, a partir das taxas de conclusão dos Doutoramentos para uma série de anos no intervalo temporal de doutoramentos iniciados em 2005 até 2010, tendo-se concluído uma taxa global de 63%. Com base nesse valor, considerou-se justificável a revisão em baixa da meta programada.

À data do presente relatório, este indicador específico de resultado não é passível de ser apurado atendendo o pressuposto de cálculo, considerando que os bolseiros de doutoramento que tenham iniciado o percurso formativo em 2014 poderão registar as primeiras conclusões 5 anos após esse início, sendo exetável o seu reporte a partir de 2020.

No entanto, os resultados recentes disponibilizados pela Avaliação Contributo dos FEEI para a Formação Avançada, conforme sistematizados no ponto 4 deste relatório, revelam que taxa de conclusão dos doutoramentos de bolseiros apoiados pelo FSE (72,5%) (dados trabalhados com base no universo dos bolseiros apoiados durante o anterior período de programação) é superior à registada para a generalidade dos doutoramentos (58,3%) (dados dos últimos 7 anos).

Já no caso do indicador Estudantes Apoiados pela ação social no Ensino Superior de nível ISCED 5, 6 e 7, que concluíram o grau de ensino, concluiu-se em sede de reprogramação, e refeitos que foram os cálculos que serviram de base à *baseline*, que o valor de referência foi sobrestimado e que em função disso era também necessária a revisão da meta para 2023.

Foram detetados dois desajustamentos no cálculo de partida: por um lado, o universo de estudantes ao longo da duração da licenciatura considerado nos cálculos e, por outro lado, o ter-se assumido que a % de alunos que concluem a licenciatura é próxima dos 100% quando na verdade é próxima da que se observa também nos alunos não bolseiros. Assim, o valor de referência revisto passou de 84% para 58% revisão que teve de ser naturalmente acompanhada pela revisão da meta, de 85% para 65%, a par com as outras razões estruturais já aqui referidas.

Até final de 2017 este indicador regista uma taxa de conclusão de 50%. A diferença que se regista entre a

meta e o valor apurado resulta do facto de se estar a contabilizar apenas as conclusões dos bolsеiros que completaram um ciclo de licenciatura em 3 anos atendendo ao período temporal de análise sujeito ao pressuposto de que para este indicador só devem relevar participantes que iniciaram o ciclo letivo a partir de 2014.

Não tendo sido temporalmente possível consolidar este resultado com as conclusões dos bolsеiros que terminam licenciaturas teóricas de 3 em 4 anos, nem com as conclusões dos bolsеiros que terminam licenciaturas com ciclos teóricos de 4 anos, admite-se ainda assim que meta revista possa estar mais uma vez sobrestimada, pelo que se admite ser necessário proceder novamente a uma revisão em baixa.

Quanto ao indicador Estudantes Certificados nos Cursos TeSP (ISCED 5) foi acrescentada à designação e consequente operacionalização do mesmo a possibilidade de se assumir aqueles que “prosseguem estudos. Atendendo que uma parte significativa dos estudantes que ingressam nos cursos TESP transitam para cursos de ensino superior, sem concluírem o ciclo de estudos inicial, concorrendo por isso para o objetivo de 40% de diplomados no ensino superior.

No final de 2018 o resultado registado para este indicador era de 82% (81% homens e 83% mulheres), para uma meta, após reprogramação, de 65%. O valor significativamente superior à meta deve-se ao facto de se registar de ano para ano um aumento substancial das taxas de sucesso quanto à conclusão desta modalidade, embora estejamos a apurar uma fatia relativamente pequena de estudantes conforme identificado no quadro 5.

Este indicador de resultado sofreu revisão da *baseline*, atendendo a que os valores de referência utilizados para a programação foram os CET já que não existia histórico desta tipologia no momento da programação. Assim, em sede de reprogramação, procedeu-se ao apuramento dos primeiros diplomados nos cursos TeSP, somados aos que prosseguiram estudos e em face do resultado obtido o valor de referência bem como a meta foram fixados em 59% e 65%, respetivamente.

Relativamente aos ICC de longo prazo, 11 532 Participantes tinha emprego. Destes 4 090 são homens e 7 442 são mulheres. Por outro lado, o índice de pessoas que melhorou a sua situação profissional seis meses após a operação é de 57%. O apuramento deste último ICC teve por base um inquérito a uma amostra representativa a partir do universo considerado ou seja aqueles que à data de entrada da operação se encontravam na situação face ao emprego “ativo” e cuja data de fim de participação se verificou até 30 de maio de 2018. Este procedimento foi transversal ao apuramento deste indicador na PI. 10.1, 10.ii e 10.iii. considerando os participantes elegíveis.

Eixo prioritário	3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
------------------	--

O eixo 3 do Programa concentra 3 tipologias de operação que se destinam a apoiar modalidades e respostas de política pública com o objetivo de promover a qualificação da população adulta através dos CQEP/CQ, Cursos de Educação e Formação de Adultos e Cursos de Aprendizagem. De modo transversal estas tipologias têm encontrando algumas dificuldades. As funcionalidades de execução física apenas foram disponibilizadas em Balcão 2020, em Agosto de 2018 e ainda com a ocorrência de algumas incidências impeditivas. Este atraso impactou diretamente na celeridade com que os principais

beneficiários (IEFP e seus centros em 100% dos casos na TO 3.2 e na TO 3.3 em aproximadamente 50%) puderam apresentar a execução física e financeira. No caso do IEFP a execução das ações é efetiva e real não estando ainda vertida no B2020. Para além disso as entidades beneficiárias, por serem partilhadas com outros Programas Operacionais, têm comunicado dificuldades em responder todas as solicitações. Na fase atual, e sem prejuízo de outras situações pontuais que ainda surgem em matéria de sistema de informação, as dificuldades nesse reporte tem estado concentradas em alguns beneficiários chave desta TO, com particular destaque para o Instituto de Emprego e Formação Profissional, uma vez que:

- é um beneficiário único no âmbito dos cursos de aprendizagem, nos termos da legislação aplicável;
- nos EFA tem também um peso superior a 50% nas operações aprovadas e em curso, sendo as remanescentes dinamizadas ou por escolas da rede sob tutela do Ministério da Educação, ou pelos parceiros sociais, no contexto das 8 candidaturas integradas de formação aprovadas aos mesmos no âmbito desta tipologia;
- e nos CQEP/CQ assume também um relevante protagonismo (1/4) uma vez que a generalidade dos seus centros de formação profissional de gestão direta, bem como os de gestão participada, integram essa rede.

Contudo, de referir que atendendo às competências deste organismo na execução das políticas ativas de emprego no território continental, a execução nesta área está assegurada, embora não tendo ainda sido possível traduzir a mesma em sede de reporte ao Programa financiador, atendendo nomeadamente à necessidade de concentrar os seus esforços nesse domínio na apresentação de despesa a outros PO do Portugal 2020 (POISE e PO Regionais) de que é beneficiário e que necessitavam desse reporte para o cumprimento de metas dos respetivos quadros de desempenho.

No caso dos EFA deve-se ainda sublinhar as dificuldades que o processo de análise do último concurso teve e que atrasou a decisão do mesmo, o que depois se traduziu em constrangimentos para alguns beneficiários iniciarem as suas ações em devido tempo (caso de algumas CIF dinamizadas pelos parceiros sociais), ou no reporte da execução das mesmas (caso das operações de escolas sob tutela do Ministério da Educação).

Com uma dotação reforçada no âmbito da reprogramação, em 216 M€ FSE a somar aos 503 M€ da programação, resultantes num total de 719 M€ FSE, o Eixo 3 atingiu no final de 2018, uma taxa de compromisso de 49%, fruto de 570 candidaturas aprovadas: 411 Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEPs) e Centros Qualifica, 110 Cursos de Educação e Formação de Adultos e 49 Cursos de Aprendizagem.

Do ponto de vista financeiro foi colocado a concurso um total de 480 M€ FSE, que corresponde a 67% da dotação de Fundo para o Eixo 3.

Como resultados das dificuldades acima identificadas, a taxa de execução situa-se em 20% e a taxa de realização, de 42%, com um rácio de pagamento (de 25% correspondente a 179 M € FSE).

No que se refere aos progressos alcançados na realização dos objetivos do programa, importa lembrar que este Eixo tem dois indicadores que concorrem para o Quadro de Desempenho, a saber, Adultos apoiados em Cursos de Formação com certificação escolar e/ou profissional e Pessoas apoiadas nos Cursos de

Aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3, com valores alvo para 2018 de 25 000 em ambos os casos.

Se no caso dos adultos apoiados em cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3 a meta após reprogramação foi ultrapassada no final de 2018, com 27 343 pessoas apoiadas (9 961 mulheres e 17 382 homens), no caso dos adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional, o valor situou-se nos 19 981 participantes (11 740 mulheres e 8 241 homens), valor que deverá aumentar quando forem registados no sistema de informação todos os participantes ainda não incluídos, por constrangimentos na apresentação dos pedidos de pagamento/reembolso por parte das entidades beneficiárias, pelas razões já referidas. Este indicador é alimentado pela tipologia dos Cursos EFA, que no final 2018 contavam com 110 operações aprovadas, e com um investimento total de cerca de 141 M € FSE aprovado e 68 M€ FSE de despesa validada - ou seja cerca de 48% de taxa de realização o que significa que o rácio irá aumentar assim que as entidades submeterem mais reembolsos e houver lugar a pagamentos.

Ainda a respeito destes indicadores específicos de realização do Eixo 3 refira-se que no caso do indicador Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional a alteração substancial na meta para 2023, de 30 000 para 50 000, teve em consideração o reforço financeiro em sede de reprogramação na dotação indicativa da respetiva TO, não obstante uma revisão, também em alta, do custo unitário para os EFA, que se deveu ao aumento das bolsas para a frequência da formação por desempregados ou pessoas em risco de desemprego, cujo limite passou, em regra, de 25% para 50% do Indexante de Apoios Sociais, bem como aos apoios majorados que a partir de 2018 tiveram em conta participantes de regiões afetadas pelos incêndios.

Já no que concerne ao indicador Pessoas apoiadas nos Cursos de Aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3, a ligeira quebra da meta para 2018 foi compensada com a revisão em alta da meta para 2023. O custo unitário da tipologia de cursos em causa foi recalculado e sofreu um aumento significativo de cerca de 2 400€ para 3 000€, facto que teria impossibilitado o alcance da meta anteriormente prevista. Considerando no entanto os efeitos esperados do reforço financeiro na tipologia de operação, a meta para 2023 foi revista em alta de 45 600 para 57 800.

No que se refere à Despesa Certificada para o Eixo 3, a mesma foi revista em baixa para 2018 e em alta para 2023. Pois não eram esperados reflexos imediatos fruto do reforço financeiro do Eixo, pelo que a meta para 2018 foi revista para 19% da dotação programada, cifrada em cerca de 137 M€ tendo-se verificado uma execução de 112% no indicador financeiro – despesa certificada.

Relativamente à revisão deste indicador importa ainda referir que a implementação de duas das três Tipologias de Operação inseridas neste Eixo veio a revelar-se diferente do esperado. Por um lado, a regra que apenas permite a certificação da despesa após a conclusão dos ciclos formativos no caso dos cursos de aprendizagem e por outro lado as alterações profundas que ocorreram na configuração da política pública que rege os CQEPs e os Centros Qualifica, que se refletiu na implementação da tipologia de operação que o financia, com consequências no ritmo de execução da Tipologia. Acresce que neste Eixo estava prevista na programação uma Tipologia entretanto não mobilizada, o Ensino Recorrente e que foi eliminada no contexto da reprogramação aprovada em 2018.

Como já enunciado, o reforço do Eixo 3 em sede de reprogramação procurou alinhar o investimento com

as prioridades da política pública que pretende dar maior enfoque à qualificação dos adultos com baixas qualificações (inferiores ao ensino secundário) e nessa medida a prioridade ao desenvolvimento e aprofundamento de um dos instrumentos de política pública refletidos no Programa Qualifica, tais como os Centros Qualifica com um papel chave como porta de (re)entrada dos adultos no sistema de educação e formação. No seu conjunto, os CQEP e os Centros Qualifica (CQ) apoiaram até ao final de 2018 - 39 248 participantes (22 584 mulheres e 16 664 homens). Embora esta tipologia de operação não alimente diretamente nenhum indicador específico, a sua importância surge no panorama nacional diretamente ligada à necessidade de maximizar o apoio dos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) para o reforço do alinhamento estratégico de combate às fragilidades estruturais de qualificação de adultos, identificadas por diversas vezes como um dos entraves ao desenvolvimento económico e social do país.

No respeitante a indicadores específicos de resultado do Eixo 3 o indicador dos Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional registou uma taxa global de 61% (64% do género feminino e 57% do género masculino). Estes números referem-se a valores de 2017 visto serem os últimos dados consolidados pela DGEEC, fonte oficial das estatísticas da educação e organismo responsável pelo seu apuramento. Até à data a informação relativa ao indicador diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de ISCED 3 não assume relevância estatística atendendo os pressupostos de cálculo e por isso opta-se por não ser reportado. A este respeito importa salientar que o indicador de resultado em questão só considera os estudantes cuja participação se insere, na sua totalidade (3 anos), dentro do período de programação o que só se verifica nos cursos iniciados em 2015. Por esse motivo, tendo em conta a sua duração de 3 anos e a possibilidade de serem concluídos até ao final do ano civil, não nos foi possível apurar resultados em 2018. No relatório anual de 2019 tal já será possível.

No que concerne aos indicadores comuns de resultado de longo prazo, o número de pessoas que obteve emprego, 6 meses após a sua participação na operação, foi 9 428 (4 336 homens e 4 792 mulheres). A este respeito, contudo, interessa salientar um aspeto importante e que remete para o peso dos estados não concluídos tem nestes números. Na verdade, cerca de 40% dos participantes nas ações desenvolvidas no âmbito deste Eixo encontravam-se ainda em formação nas referidas ações ou em situação de prosseguimento de estudos, pelo que não poderiam contribuir para o indicador de empregabilidade. No caso do indicador referente à melhoria da situação laboral seis meses após a participação, verifica-se que 33% dos participantes melhorou a sua situação (35% homens e 31% no caso das mulheres).

Eixo prioritário

4 - Qualidade e inovação do sistema de educação e formação

Face à programação inicial, o Eixo 4 sofreu também algumas alterações, em sede de reprogramação de PO, sendo que à semelhança do Eixo 2 a sua dotação indicativa foi objeto de revisão em baixa, com uma redução de 50 M€ FSE, dada a dinâmica de implementação das ações previstas neste eixo e a necessidade de reforço dos Eixos 1 e 3, considerando que a dotação global do PO manteve-se inalterada. Assim, a dotação do Eixo passou a ser de 117 647 € (100 000€ FSE).

Não obstante este ajustamento estratégico, a reprogramação não perdeu o foco na aposta em medidas de intervenção preventivas ou precoces na promoção do sucesso escolar, no quadro, designadamente, do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) ou da generalização do sistema de certificação e qualidade do ensino profissional e de educação e formação (EQAVET). Estas duas medidas reforçam, aliás, o alinhamento do PO CH com a conjuntura nacional e as metas da Europa 2020 para a

área da qualificação.

Manteve-se, assim, neste Eixo uma dotação suficiente para medidas que visam alavancar as condições de eficácia e eficiência dos apoios concedidos noutros Eixos do PO CH, como a formação contínua de docentes e outros agentes do sistema educativo, bem como o reforço da rede de Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), medidas que são tidas como primordiais na prossecução de um dos principais objetivos do PO, a saber, a redução do abandono escolar precoce, tendo em conta a importância da contínua atualização de competências dos docentes/formadores e o papel da rede de SPO, quer na prevenção de fenómenos de insucesso e conseqüentemente de abandono escolar, quer para uma melhor orientação vocacional, área onde estão identificados défices a nível nacional.

Outros ajustamentos estratégicos foram efetuados neste Eixo em sede de reprogramação, como a eliminação da Tipologia Autonomia das Escolas e a junção numa só ação de toda a formação de docentes e outros agentes de educação e formação, tendo em vista permitir uma implementação mais global e eficaz e tendo em consideração a necessidade de concentrar mais os apoios neste Eixo, dada a redução da sua dotação.

Até ao final de 2018 foram encerrados neste Eixo 8 concursos que permitiram a aprovação de 107 candidaturas. Em termos de Tipologias de Operação, do total de operações aprovadas, 73 são de Formação de Docentes e outros Agentes de Educação e Formação, 25 de Ações de Inovação Social, geridas pelo OI - EMPIS, 6 no âmbito da Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para a promoção do sucesso escolar, com particular destaque para as três que financiaram o PNPSE, e as restantes 3 são para projetos em parceria focados, por exemplo, no apoio ao processo de flexibilização curricular em curso nas nossas escolas, bem como no apoio ao Plano Nacional de Leitura) e 3 para o reforço da rede de SPO, com a integração de mais 204 psicólogos em equivalente a tempo integral. As Tipologias de operação do eixo 4 estão associadas a projetos de financiamento que assumem características inovadoras e consideravelmente diferentes do padrão de Tipologias de Operação neste domínio temático. Por essa razão, e de uma forma global, as mesmas foram implementadas mais tardiamente porque exigiram, conforme já justificado, trabalho mais complexo de preparação de concursos e articulação com vários stakeholders. Por essa razão, em 2018 e já em 2019, se verificou a abertura de concursos pela primeira vez nalgumas tipologias de operação. Adicionalmente, e de forma similar a outros eixos verificaram-se atrasos na disponibilização de funcionalidades para reporte de execução física e financeira para algumas TO. Tais dificuldades impactaram diretamente na celeridade da submissão de pedidos de reembolso pelas entidades beneficiárias. Para colmatar tais dificuldades têm vindo a ser realizadas, desde 2018, diversas reuniões com os principais promotores destas TO no sentido de fomentar a submissão da execução e esclarecer dúvidas. Em 2019 foram abertos diversos concursos por forma a alavancar a execução. Para além disso, foi aprovada a metodologia taxa fixa para a tipologia formação de docentes e outros agentes de formação aprovada pela CIC em 3/6/2019. Por último, de sublinhar que o nível de execução registado no REA 2018 permitiu o cumprimento do quadro de desempenho estabelecido para este eixo. Do ponto de vista financeiro foi colocado a concurso um total de cerca de 71M € /FSE, que corresponde a 71% da dotação de Fundo para o Eixo 4. A taxa de execução é de 32% e a taxa de realização, que representa o peso da despesa validada face ao financiamento aprovado de 64%, com um rácio de pagamentos (pagamentos aos beneficiários/programação financeira) de 32% correspondentes a 32M € /FSE. O nível de compromisso neste Eixo situa-se nos 50%.

Ao nível dos indicadores e em linha com o que sucedeu noutros Eixos, também no Eixo 4 houve

alterações das metas para acompanhar as alterações de estratégia invocadas.

No que se refere aos indicadores específicos de realização, o Indicador Docentes apoiados nas ações acreditadas dirigidas á formação contínua em didática específicas passou a designar-se Participantes apoiados em ações de formação de docentes e outros agentes de educação e formação porque pretendeu abranger não só docentes, cuja formação relevante não se cinge às didáticas específicas e porque se considera que a alavancagem da qualidade e do sucesso escolar não deve ser promovida apenas pelos docentes mas por todos os agentes educativos. O indicador pretende assim abranger formadores, psicólogos, tutores de formação em contexto de trabalho, pela sua reconhecida importância na elevação da qualidade da formação ministrada.

Dado que se procedeu a um alargamento do universo de abrangidos, procedeu-se de igual forma ao aumento das metas quer para 2023 (51 000 para 115 000) e para 2018 (34 000 para 60 000). No final de 2018 o valor registado foi de 55 072 (45 671 mulheres e 9 401 homens), ou seja com uma taxa de execução de 92%.

Já no que se refere ao Indicador Novos Psicólogos em equivalente a tempo integral apoiados, a meta manteve-se nos 200 para 2018 e 300 para 2023 e foram ultrapassadas no final do ano com 204 psicólogos a tempo integral apoiados, conforme já referido. A alteração da designação do indicador teve em conta o facto de terem deixado de existir técnicos de psicologia, no regime legal em vigor.

No que concerne ao indicador da despesa certificada, considerando a reprogramação financeira proposta para o Eixo 4 e tendo em conta a existência de tipologias com reduzido (ou nenhum) histórico de execução, a proposta de meta para 2018 é revista para 19% da dotação programada no Eixo, assumindo como fundamento principal o facto da maioria das tipologias entretanto implementadas serem inovadoras no contexto do financiamento comunitário e terem sido implementadas numa fase mais tardia, considerando as necessidades adicionais em matéria de preparação de concursos, formulários e parametrização do SI para os acomodar. O indicador financeiro atinge no âmbito do Quadro de Desempenho uma taxa de execução de 112%.

Relativamente a indicadores específicos de resultado “Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes e outros agentes de educação e formação” (cuja designação anterior era Docentes que concluíram formação contínua em didáticas específicas e cuja alteração ocorreu pelas razões acima descritas), o nível de alcance foi de 97%, para uma meta em 2023 de 95%.

No que respeita ao indicador Alunos por psicólogo em equivalente a tempo integral, não se registou alteração de metas em sede de reprogramação, considerando a evolução estimada dos alunos ao longo do período de programação. Assim, a meta para 2023 é de 1 140 alunos apoiados por psicólogo e equivalente a tempo integral.

Note-se que não estão ainda disponíveis dados sobre este indicador, atendendo a que a entidade beneficiária que foi apoiada para o reforço da rede de Psicólogos nas escolas não tinha ainda apresentado pedido de pagamento de saldo de forma a apurar-se o respetivo indicador. No próximo Relatório de Execução Anual de 2019 estaremos em condições de apresentar esta informação.

Por fim, o Indicador Comum Comunitário de resultado de longo prazo, em particular o que diz respeito à melhoria da situação laboral seis meses após a operação, apura-se que 17 % dos participantes ativos em ações deste eixo melhoraram a sua situação profissional (17% homens e 18% mulheres).

Eixo prioritário

5 - Assistência Técnica

Como já anteriormente referido, ao Eixo da Assistência Técnica, foi alocada uma dotação total de 59 802 M€ (50 832 M€ FSE) após reprogramação. Este nível de financiamento significa que houve uma redução de 15 M€ face à programação inicial. Com efeito, em sede de reprogramação considerou-se por um lado a dinâmica de implementação do Eixo, até àquela data e por outro lado o facto de uma das ações tipo prevista na programação inicial, relacionada com o desenvolvimento de um sistema de indicadores para o ensino superior não ter avançado até ao momento da reprogramação. Caso este ainda venha a ter lugar, poderá ser financiado pela via do Eixo 4.

Até ao final de 2018 foi encerrado neste Eixo, 1 concurso, dos 2 que foram abertos e que permitiu a aprovação das 4 candidaturas apresentadas, duas para suportar todas despesas necessárias para assegurar as funções de gestão controlo, comunicação e avaliação que cabem diretamente à AG do PO CH, através do seu Secretariado-Técnico e duas para apoio ao exercício das competências delegadas nesse contexto a dois dos OI deste PO – o IGeFE e a ANQEP Este apoio é, assim, fundamental para assegurar melhores condições de eficácia e eficiência na implementação do POCH, inserindo-se ainda nesse contexto as diversas ações que visam reforçar a capacitação institucional dos nossos beneficiários e outros parceiros, incluindo os parceiros sociais e associações representativas desses beneficiários.

A taxa de execução é de 23% e a taxa de realização, que representa o peso da despesa validada face ao financiamento aprovado de 36%, com um rácio de pagamentos (pagamentos aos beneficiários/programação financeira) de 25% correspondentes a 12 521 M€ do FSE. O nível de compromisso neste Eixo situa-se nos 65%. A justificação para uma baixa execução do Eixo Prioritário 5, e consequente baixa taxa de pagamento, deve-se sobretudo aos seguintes fatores: i) este eixo financia, basicamente, o exercício de competências da AG e seus OI, sendo que a plena constituição das mesmas ocorreu mais tarde do que o inicialmente previsto, mesmo no que respeita aos custos associados ao seu funcionamento, tendo por exemplo em consideração que o ST do PO foi constituído em 2015 e a estrutura prevista para o mesmo, nomeadamente em termos de número limite de recursos humanos afetos a essa estrutura foi globalmente atingida já no final do primeiro semestre de 2017; ii) a implementação de algumas ações previstas no contexto do exercício dessas competências, e que dependem em boa medida de processos de aquisições de serviços, bem como do ritmo de implementação do PO, designadamente em matéria de comunicação e avaliação, avançaram mais tarde do que o inicialmente programado; iii) a constituição de OI e a sua candidatura no âmbito deste eixo para suportar os custos decorrentes do exercício dessas competências, ocorreu no final de 2017, no caso do IGeFE e, em 2018, no caso da ANQEP, pelo que essas operações só tiveram reflexos em matéria de execução a partir dessa data.

Adicionalmente, cumpre esclarecer que no sentido de ultrapassar estes constrangimentos e acelerar a execução dos projetos em curso, têm vindo a ser promovidas medidas no sentido de: i) planear e preparar com maior antecedência os processos aquisitivos de elevado montante, para que se consigam cumprir atempadamente todos os requisitos burocráticos e legislativos necessários; ii) reforçar a intervenção das AG e OI em domínios chave do exercício das suas competências, em função dos recursos ainda

disponíveis, nomeadamente em matéria de ações de capacitação, monitorização, avaliação, comunicação e gestão e controlo sobre as operações apoiados no âmbito do PO CH.

O eixo 5 apresenta como indicadores de realização, o Número de Ações de Acompanhamento no local e o Número de Avaliações produzidas. Em sede de reprogramação, ambos os indicadores de realização sofreram alterações. Relativamente ao Número de Ações de Acompanhamento no local, a meta para 2023 foi revista de 900 para 280. Esta alteração teve em conta o número esperado de candidaturas a serem aprovadas até ao final do período de programação (até 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas 3224 operações no PO CH).

Até final de 2018 foi executada 14% da meta contratualizada até 2023, sendo que foi já objeto de adjudicação o contrato que irá assegurar, para os próximos três anos, a realização pela AG de 160 verificações no local para cumprimento do indicador.

No que concerne ao indicador Número de Avaliações produzidas, considerando que o plano de avaliação do PO CH inclui a realização de 4 avaliações temáticas e que o mesmo se encontra já estabilizado, a decisão foi de ajustar para 4 a meta para 2023, que sofreu assim um aumento de 50%. Refira-se até ao final de 2018 foi concluída uma avaliação – “Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a Formação Avançada”, cujo resumo já se apresentou no ponto 4 deste relatório.

Acresce ainda referir que está neste momento em fase final de adjudicação a avaliação sobre o contributo dos FEEI para a promoção do sucesso escolar, redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens, bem como a iniciar-se a avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior, de natureza contrafactual, realizada pelo CRIE – *Centre for Research on Impact Evaluation*. Por outro lado, estamos ainda a concluir a preparação das especificações técnicas para o lançamento da quarta avaliação prevista no plano respetivo aprovado pelo CA durante este ano (início do segundo semestre), sobre o contributo do Portugal 2020 para a qualificação dos adultos, pelo que essa meta de realização será alcançada ou mesmo superada, tendo em conta ainda a possibilidade prevista nesse plano de atualizarmos mais no final do PO alguns desses exercícios de avaliação.

Relativamente ao indicador de resultado - Despesa coberta pelas ações de acompanhamento no local – a meta para 2023 manteve-se em 6% e o valor de referência também não sofreu alteração. Considerando as ações de acompanhamento no local, realizadas até ao momento (39, cujos relatórios se encontram em fase de tratamento no SI, com despesa controlada amostrada de 21,00 M€, ascendendo assim a taxa de cobertura a 5%) e as previstas até ao final do período de programação, não se considerou necessário proceder à alteração.

Em termos de execução, estas ações traduziram-se na verificação equivalente a 57,06 M€, referente a 53 relatórios inseridos no SI até final de 2018, face a um total de despesa certificada de 1 637,57 M€, correspondente a uma taxa de cobertura de 3,5%, relativa apenas a VL tratadas no SI.

11.2. Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspectiva do género nos programas operacionais e

nas operações (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea e), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Portugal tem desenvolvido um programa de políticas públicas na área da não discriminação e da igualdade de género que tem beneficiado do apoio dos fundos europeus. Tratam-se de princípios horizontais e transversais aplicados na programação, implementação, monitorização e avaliação, destacando-se as seguintes ações de carácter transversal:

- i) Incorporação desses princípios no mérito de avaliação das candidaturas ao PO - um dos critérios de seleção passa pela verificação da existência de instrumentos nas entidades beneficiárias para assegurar a aplicação desses princípios
- ii) Medidas de discriminação positiva em matéria de igualdade de género - no caso de indisponibilidade financeira no âmbito da dotação disponível nos concursos, são ponderadas para efeitos de desempate entre candidaturas a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas/idênticas funções na entidade candidata, nos termos do n.º3 do Art.º 17.º do Decreto-Lei n.º159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação. Até à data este fator não foi mobilizado.
- iii) Medidas de descriminação positiva em matéria de igualdade de oportunidades no financiamento das operações, em conformidade com as regras nacionais aplicáveis às tipologias formativas que financiamos - p.e., nos cursos profissionais financiados através do regime misto a presença de alunos abrangidos por medida de integração em turma reduzida, como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão, permite também que só haja lugar à redução do valor do subsídio por turma quando esta tem um número inferior a 14 alunos (normalmente são 22)
- iv) Possibilidade de financiar operações específicas na área da Igualdade de Género e da Igualdade de Oportunidades, nos termos previstos na alínea c) do n.º 8 do artigo 30.º do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação
- v) Incorporação no seu CA de um representante da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e um de ONG promotora dos direitos das pessoas com deficiências e incapacidades, ambos com direito de voto
- vi) Implementação de processos de monitorização de indicadores desagregados por género

A estratégia de comunicação do PO assenta também nestes princípios, promovendo:

- i) A necessidade de acesso a informação a pessoas com necessidades especiais, nomeadamente pessoas com deficiência, na preparação e concretização de materiais de comunicação e de eventos, integrando neste contexto um campo de recolha de informação sobre essas necessidades nos formulários de inscrição dos eventos e disponibilizando apoio específico por parte da sua organização

ii) A escolha de locais para a realização de eventos com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida

iii) A adoção de uma linguagem escrita e visual que permite distinguir a informação referente a mulheres e a homens, nos documentos produzidos, editados e distribuídos

iv) A não discriminação com base na raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, na produção de informação e conteúdos

Não obstante o respeito pelos princípios acima referidos, o reporte de indicadores referentes a grupos desfavorecidos, em particular os ICC CO16 e CO17 não é passível de ser realizado, pois a AG não dispõe de autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados para recolher dados sensíveis.

11.3. Desenvolvimento sustentável (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Os apoios à formação e qualificação de jovens e adultos, protagonizados pelo Programa admitem formação e componentes de formação de carácter transversal cada vez mais sensíveis à integração do tema do desenvolvimento sustentável nas estruturas curriculares ou modulares dos cursos, na medida em que estas intervenções além de concorrerem para o combate ao abandono escolar precoce e para o aumento das qualificações da população adulta, são determinantes para desenvolver um maior ajuste das ofertas às necessidades do mercado de trabalho e à economia digital, à economia azul e à economia verde, contribuindo para uma economia mais sustentável e com menores emissões de carbono.

Num contexto do desenvolvimento sustentável muitos setores tendem a utilizar novos produtos e processos, apostando em tecnologias mais limpas e mais eficientes, obrigando a uma maior qualificação e especialização dos trabalhadores, o que implica necessariamente investimento em formação e qualificação profissional. Por esta via, os apoios do POCH contribuem para responder à necessidade de qualificar o capital humano face aos desafios do crescimento verde, uma vez que os requisitos técnicos da eficiência energética, da produção de energias renováveis, da adaptação às alterações climáticas, da eficiência no uso dos recursos (água, minerais, biodiversidade) traduzem-se em crescentes necessidades de formação profissional face às evoluções nesses domínios, onde tendem a surgir novas oportunidades de empregabilidade.

No contexto do desenvolvimento sustentável e da economia circular aplica-se ainda o tema secundário do FSE: “Apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono e eficiente em termos de recursos”, relativamente ao qual o POCH reporta sempre que uma operação contribui para este tema secundário.

No ponto seguinte apresenta-se uma explanação exaustiva desse contributo do PO, que reflete principalmente o apoio à qualificação de pessoal ao nível da seguintes áreas:

- i) Promoção de energias renováveis.
- ii) Eficiência energética e energias renováveis nas empresas
- iii) Eficiência energética e energias renováveis nas infraestruturas públicas e na habitação
- iv) Sistemas de distribuição inteligentes em baixa e media tensão
- v) Estratégias de baixa emissão de carbono, nomeadamente, nas zonas urbanas incluindo a mobilidade urbana sustentável.

11.4. Informações sobre o apoio utilizado para os objetivos relativos às alterações climáticas (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixo prioritário	Montante do apoio que se destina ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas (EUR)	Parcela da dotação total para o programa operacional (%)
Total	0,00	0,00%

O apoio do POCH consagrado aos objetivos relativos às alterações climáticas pressupõe uma metodologia de apuramento que se cruza com o contributo do PO para o Tema Secundário I. Para este contributo concorrem os Eixos 1, 2 e 3 do PO CH.

Do ponto de vista metodológico foram selecionadas duas categorias de operações: as operações formativas e as bolsas (bolsas ensino superior e bolsas de formação avançada)

Verificaram-se os cursos cujas áreas de formação (CNAEF e FRASCATI) estão contidas na listagem predefinida como relevante para a matéria das alterações climáticas – listagem essa definida no âmbito da rede de Monitorização e Avaliação do PT2020.

A metodologia consistiu em verificar a proporção de participantes/volume de formação/bolsas que nas operações com áreas de formação selecionadas como concorrendo para o tema secundário 1, efetivamente frequentam ou frequentaram um desses cursos e a partir dessa mesma proporção, calcular o valor com o qual o PO contribui para a questão das alterações climáticas.

O Eixo 1 alimenta o objetivo da promoção do sucesso educativo e do combate ao abandono escolar através da promoção da formação profissional, melhorando as capacidades de empregabilidade esperada. As ações apoiadas procuram responder a perfis de formação diferenciados em linha com economia digital, a economia azul, o turismo e a economia circular, mobilizando os fundos para atingir os objetivos das alterações climáticas. Este Eixo tem aprovado um montante total de 2 005 M€ (1 705 M € FSE) e cerca de 17 % desse valor foi já investido no tema das alterações climáticas, o que corresponde a cerca de 332 M€

(282 M€ FSE). Refira-se que foram consideradas para o apuramento operações dos Cursos Vocacionais, Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos Profissionais.

No que se refere ao Eixo 2, foram analisadas quer as ações formativas – TeSP, quer as Bolsas de Ensino Superior e Formação Avançada. No que se refere às ações formativas, os cursos TeSP contribuíram já com 4M € (4 M€ do FSE), o que corresponde a 0,81% do valor total aprovado para o Eixo. Relativamente às Bolsas, os valores investidos rondam os 54 M € (46 M € do FSE), que correspondem a 8,74% da dotação do Eixo. No total, o Eixo 2 contribuiu com um montante que ascende a 59 M € (50 M€ do FSE), isto é 9,5% do valor do Eixo. De acordo com os objetivos traçados para este Eixo, deve ser promovida uma cultura de iniciativa e diversificação de saídas profissionais dos doutorados, em domínios alinhados com as prioridades definidas, nomeadamente a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos, a energia, a economia azul, a economia circular, a saúde e as ciências da vida.

O Eixo 3, que apoia essencialmente a formação de adultos, tem, como objetivo transversal, a promoção da adaptação às alterações climáticas pelo que foram também analisadas as ações formativas apoiadas, designadamente os Cursos de Aprendizagem e os Cursos de Educação e Formação de Adultos. Conclui-se que para uma dotação total aprovada no Eixo de 846 M € (dos quais 719 € são do FSE), 7% apoiou ações de formação que contribuem para este objetivo, o que corresponde a um financiamento de 60 M € (51 M € do FSE).

11.5. Contributo dos parceiros para a execução do programa

A AG tem procurado aprofundar o envolvimento dos parceiros na implementação do PO, quer na lógica da governação multinível, quer na lógica da colaboração institucional e capacitação dos mesmos, através de diferentes tipos de ações. A governação multinível foi promovida envolvendo os mais relevantes *stakeholders* nas principais decisões sobre o PO, em particular pela no Comité de Acompanhamento, com direito de voto e nos grupos de acompanhamento das avaliações que integram o Plano de Avaliação do POCH.

A governação multinível também se operacionaliza através da Rede para a Educação e Qualificação, coordenada pelo PO e em cuja sede se discutem e ponderam soluções comuns no âmbito do Domínio do Capital Humano. Esta Rede é constituída pelos PO Regionais, o PO ISE, a ANQEP e a AD&C (esta enquanto membro observador), sendo que sempre que a agenda de trabalhos o justifica, são convidados a estar presentes outros organismos relevantes. Esta articulação tem-se revelado positiva ao permitir o alinhamento dos vários atores nas questões estratégicas e definição conjunta de soluções.

No que se refere à colaboração institucional na execução do PO, a AG tem procurado assegurar o envolvimento dos parceiros, de forma ativa e construtiva, no lançamento dos concursos para apresentação de candidaturas e no acompanhamento das operações, aprovadas, através designadamente das suas associações representativas. A colaboração institucional passa ainda pelo envolvimento dos mesmos nas ações de comunicação que dinamizamos ou em que participamos.

No que se refere ao vetor da capacitação, o PO CH tem feito uma aposta relevante nessa matéria, prevendo no Eixo 5 uma dotação indicativa de 1,5 milhões de €/FSE para esse efeito em sede de reprogramação aprovada em 2018. Essas ações tem passado, designadamente, pelo apoio a mostras,

seminários, *workshops* e outro tipo de eventos, e por ações nas quais a AG promove a divulgação junto dos beneficiários promovendo a sua capacitação para reforço da gestão e controlo das operações apoiadas (e.g. em matéria de contratação pública).

Relativamente aos parceiros sociais, o apoio à capacitação dos que têm assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) e dos parceiros da economia social, membros do Conselho Nacional para a Economia Social, com recurso ao FSE, é assegurado exclusivamente pelo PO ISE, até para evitar riscos de duplo financiamento, dessas atividades, por outros PO cofinanciados pelo FSE.

No último concurso para Cursos EFA, os Parceiros Sociais com assento na CPCS puderam-se constituir como um dos beneficiários do mesmo, tendo para o efeito sido aprovadas 8 candidaturas integradas de formação (CIF), nos termos do previsto no artigo 5.º do regulamento anexo à Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação. Nesse contexto, os parceiros sociais passaram a assegurar o apoio técnico pedagógico às entidades suas associadas envolvidas no desenvolvimento dessas CIF, bem como o acompanhamento factual, técnico pedagógico e contabilístico das operações que a integram, de forma a garantir a concretização dos resultados. Para esse efeito usufruem de um apoio financeiro que não pode exceder 10% do valor aprovado em candidatura, ajustado à execução em saldo final.

Uma última nota em relação à participação nos GA das Avaliações. Consideramos que estes são amplamente participados por entidades de referência sendo nosso entendimento não se revelar ajustado a participação de mais elementos, nomeadamente da COM.

12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A) E B), PRIMEIRO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

12.1. Progressos realizados na execução do plano de avaliação e seguimento dado aos resultados das avaliações

A avaliação no PT2020 encontra o seu referencial de orientação e planeamento no Plano Global de Avaliação (PGA PT2020) e nos Planos de Avaliação dos PO, em linha com as disposições do Regulamento Comunitário e da Legislação Nacional.

O PGA PT2020 e os Planos de Avaliação dos PO são sujeitos a uma revisão anual para garantir a adaptação ao ritmo de implementação dos Programas e a necessidades emergentes. Este processo de revisão é articulado, de acordo com o modelo de governação do PT2020, no seio da Rede de Monitorização e Avaliação (RM&A), participada pelas Autoridades de Gestão dos PO, pela Comissão de Coordenação Nacional para o FEADER, pela Comissão de Coordenação do FEAMP e pela AD&C, que a coordena. A versão estabilizada da revisão do PGA PT2020 e os Planos de Avaliação é submetida à apreciação e aprovação da Comissão Ministerial de Coordenação do Portugal 2020 e dos Comités de Acompanhamento dos PO, respetivamente.

Nesse âmbito, no final de 2018 foram introduzidas alterações ao PGA PT2020 (cuja versão revista foi aprovada por deliberação da CIC em 28 de dezembro de 2018) e ao Plano de Avaliação do PO, submetida a consulta escrita ao respetivo CA já em 2019. As alterações efetuadas traduzem a revisão da calendarização das avaliações previstas (que consistiu sobretudo no adiamento de algumas avaliações, justificada pelo ajustamento necessário do calendário destas ao ritmo registado na implementação das intervenções do PT2020).

Na versão revista do PGA PT2020 está previsto a realização de 44 avaliações, incluindo avaliações temáticas, de Programa, territoriais e globais. Da parte do POCH está prevista a realização de 5 avaliações, uma das quais já se encontra concluída.

Em 2018 realizaram-se três reuniões da RM&A. No que à avaliação diz respeito, a agenda dessas reuniões foi preenchida pela discussão do ponto de situação da implementação do PGA PT2020/Planos de Avaliação dos PO, pela realização do balanço dessa implementação, pela reflexão sobre a preparação das avaliações intercalares dos PO e pela revisão do PGA PT2020.

O quadro metodológico que se tem tentado desenvolver em todas as avaliações, quer ao nível dos métodos de avaliação, quer no papel da reconstrução e consensualização da teoria de mudança, tem implicado uma maior qualidade do processo avaliativo, e por outro lado tem trazido uma maior exigência no investimento realizado pelas equipas de avaliação e pelas entidades contratantes (que se reflete no aumento das necessidades de informação e na duração da execução das avaliações).

Eis o ponto de situação da implementação do PGA PT2020 no final de 2018:

- 4 avaliações concluídas em 2018 (*Transferência do conhecimento, Desempenho das empresas, Formação avançada e a Avaliação de processo IEJ* às quais se acresce as quatro avaliações *ex ante* dos Instrumentos financeiros realizadas em 2015). Sendo que uma delas é da responsabilidade do POCH

(Formação Avançada) e noutra o programa participou no Grupo de Acompanhamento (Transferência do Conhecimento) responsável pela aprovação de todos os produtos ao longo do ciclo da avaliação.

- 9 avaliações em curso: RIS3, Custos Simplificados, Abordagem Territorial (acompanhadas pelo Programa ao nível do grupo de Acompanhamento), Promoção do sucesso educativo e empregabilidade dos jovens, Diplomados do ensino superior (coordenadas pelo Programa), Sistemas de incentivos, Impacto IEJ, e Medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono. A estas acresce a avaliação da Modernização e capacitação da Administração Pública, cujo concurso foi já lançado em 2019.

Relativamente à divulgação e ao *follow-up* foram realizadas duas iniciativas:

- A realização de 2 seminários (em 2019) de divulgação das conclusões das avaliações concluídas: i) Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento e a avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas, em Lisboa, 23 de janeiro de 2019; a Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada (Aveiro, 13 de fevereiro de 2019).
- O início do processo de *follow-up* de acordo com o previsto no documento complementar ao PGA PT2020 – Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do PT2020 (*follow-up*), nomeadamente a sistematização das conclusões e recomendações das avaliações concluídas, pela AD&C, para efeitos de encaminhamento para a entidade responsável pela avaliação e/ou para outras entidades responsáveis pela implementação das recomendações.

O Plano de Avaliação do POCH (cuja última revisão foi aprovada pelo CA a 26 abril 2019) apresenta um orçamento global de 2,5M€, incluindo 1,3M€ para avaliações coordenadas pelo POCH, 1M€ para acompanhamento de outras avaliações e uma dotação de 100.000€ para capacitação e comunicação de resultados das avaliações.

No final de 2018 o estudo de avaliação sobre o contributo dos FEEI para a Formação Avançada cujo processo de implementação foi coordenado pelo POCH, encontrava-se na sua fase final de conclusão, que entretanto ocorreu em 13 de fevereiro de 2019, com a apresentação pública dos seus resultados finais. Adicionalmente, refira-se ainda os seguintes aspetos em relação à implementação do Plano de Avaliação do PO: i) no dia 23 de outubro de 2018 foi lançado, em DR, o Concurso Público relativo à Avaliação sobre o contributo dos FEEI para a promoção do sucesso educativo, redução do abandono escolar precoce e empregabilidade dos jovens, também coordenado por este PO, cujo prazo para a submissão das propostas decorreu até ao dia 7 de dezembro de 2018; ii) está numa fase inicial a avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do Ensino Superior; iii) está na fase de preparação as especificações técnicas da avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Qualificação e Empregabilidade dos Adultos, para lançamento em breve do respetivo concurso público.

Finalmente, ao longo de 2018 a AG participou ativamente em GA das seguintes avaliações, coordenados por outras entidades:

- i) Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização do

conhecimento;

- ii) Avaliação do processo de constituição das RIS 3: rede e primeiros resultados;
- iii) Avaliação da aplicação dos custos simplificados;
- iv) Avaliação dos processos de convergência e coesão territorial e efeito de medidas de discriminação territorial.

Em relação ao tópico dos GA, estes são amplamente participados por entidades de referência sendo nosso entendimento não se revelar ajustado o envolvimento da COM ou mais entidades, não diretamente relacionadas com a política.

O calendário das avaliações inscrito no Plano de Avaliação do POCH foi alvo de reajustamento em função do ritmo de implementação das intervenções objeto de avaliação ou por questões estratégicas.

Em seguida apresenta-se uma ficha sobre cada uma das referidas avaliações coordenadas pelo POCH.

Estatuto	Nome	Fundo	Ano de conclusão da avaliação	Tipo de avaliação	Objetivo temático	Tópico	Constatações (em caso de execução já concluída)	Acompanhamento (em caso de execução já concluída)
Previsto	Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens - Avaliação Baseada na Teoria e Avaliação Contrafactual Entidade responsável: POCH PO envolvidos: PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa e PO Algarve, PO Açores e PO Madeira Período de abrangência: PT2020	FSE	2020	Impacto	10	O objetivo geral desta avaliação é o de identificar em que medida as intervenções do PT 2020 têm contribuído para aumentar o sucesso educativo e, por essa via, reduzir o nível de abandono escolar, em direção à meta inscrita no PNR, bem como potenciar a empregabilidade dos jovens apoiados, face às metas definidas nesta área e tendo em consideração que as diferentes modalidades formativas apoiadas pelos fundos são, em regra, de dupla certificação (escolar e profissional).		
Previsto	Avaliação da aplicação dos custos simplificados Entidade responsável: AD&C PO envolvidos: PO QREN: PO PH, PO Madeira-FSE, PO Açores-FSE PO PT2020: PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira	FSE	2019	Processo	10	Os objetivos desta avaliação são produzir aprendizagens relativamente aos resultados e à forma de implementação das Opções de Custos Simplificados (OCS) no âmbito do QREN/PT2020 e transportá-las para o processo de implementação a decorrer no PT2020, à luz do novo enquadramento legal e da prática em curso.		

Previsto	Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e empregabilidade dos adultos - Entidade responsável: POCH PO envolvidos: PO CI, PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira Período de abrangência: PT2020	FSE	2020	Impacto	10	<p>Avaliar qual o impacto das intervenções apoiadas nos resultados esperados no que se refere ao aumento das qualificações dos adultos, tendo em conta as expetativas e necessidades de qualificação da população adulta nos diferentes territórios.</p> <p>Avaliar qual o impacto da qualificação de adultos no reforço da empregabilidade da população apoiada e aferir o impacto dos apoios à formação profissional na criação de melhores condições de competitividade das empresas.</p>		
Previsto	Contributo dos FEEI para os objetivos do PO por eixo prioritário (avaliação intercalar) – POCH Entidade responsável: POCH PO envolvidos: POCH Período de abrangência: PT2020	FSE	2021	Impacto	10	<p>Avaliar o contributo do PO CH para ir ao encontro dos objetivos e metas previstas de realização e, sobretudo, de resultados para 2023, tendo em conta o caminho percorrido (2015 e 2018) para alcançar as metas intermédias fixadas para 2018 no âmbito do quadro de desempenho do PO e de modo a se introduzirem os ajustes necessários ao cumprimento ou superação dessas metas, assegurando elevados níveis de eficiência,</p>		

						relevância e sustentabilidade dos resultados pretendidos.		
Executado	Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização do conhecimento - Avaliação Baseada na Teoria Entidade responsável: AD&C PO envolvidos: PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PDR Continente Período de abrangência: QREN projetando-se ainda sobre os aspetos da programação do Portugal 2020	FSE	2018	Impacto	10	Identificar e explicitar o impacto dos Fundos Estruturais e de Investimento (FEEI), em particular do QREN, na promoção da transferência e valorização do conhecimento (TVC), descrevendo os mecanismos causais de produção desses impactos e explicitando os processos de mudança.	Os fundos estruturais ajudaram a reforçar as dinâmicas transferência e valorização de conhecimento no país ao longo de todo o ciclo de inovação e contribuíram efetivamente para o desenvolvimento e consolidação dos sistemas regionais e nacional de inovação, reforçando as redes relacionais entre os seus atores. No que concerne às Bolsas de Doutoramento Empresarial (BDE), no contexto do POCH, a avaliação conclui que a procura das BDE revelou-se baixa ao longo do período do QREN e não encontrou eco de melhoria no PT 2020 e recomenda redesenhar o instrumento com critérios de mérito que discriminem positivamente as especificidades desta tipologia de bolsas no	Relativamente à divulgação e ao follow-up foram realizadas duas iniciativas: I) A realização de dois seminários (em 2019) de divulgação das conclusões das avaliações concluídas: - Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento e Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas (Lisboa, 23 de janeiro de 2019) - Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada (Aveiro, 13 de fevereiro de 2019) II) O início do processo de follow-up de acordo com o previsto no documento complementar ao PGA PT2020

						<p>concurso geral de bolsas de doutoramento, valorizando positivamente os programas de trabalho nos quais esteja evidenciada a articulação com potenciais beneficiários do conhecimento produzido, empresas ou outras organizações. Coloca ainda para ponderação a abertura de concursos específicos para a atribuição de BDE. Por outro lado, refere que a realização de BDE poderá ter alguma medida associada à contratação, com os dois primeiros anos a beneficiarem de bolsa de investigação e os últimos estarem associados a um contrato de trabalho na empresa.</p>	<p>– Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (follow-up), nomeadamente a sistematização das conclusões e recomendações das avaliações concluídas, pela AD&C, para efeitos de encaminhamento para a entidade responsável pela avaliação e/ou para outras entidades responsáveis pela implementação das recomendações.</p>
Previsto	<p>Avaliação da implementação da estratégia nacional e regional de investigação para uma especialização inteligente (RIS3): Rede, realizações e resultados esperados Entidade responsável: AD&C PO envolvidos: PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR do Continente, PDR Açores, PDR Madeira, PO MAR Período de abrangência:</p>	FSE	2019	Processo	10	<p>i) Avaliar se a integração das ENEI/EREI no processo de implementação do PT2020 está a alcançar os objetivos esperados ou a criar condições para os alcançar.</p> <p>ii) Avaliar a adequação da</p>	

	PT2020					<p>arquitetura e dinâmica de construção permanente das ENEI/EREI.</p> <p>iii) Avaliar o processo de implementação, a adequação e a eficácia do modelo de governação.</p> <p>iv) Explicitar a forma como é expectável que as intervenções associadas à RIS3 produzam os efeitos esperados.</p>		
Previsto	<p>Avaliação da operacionalização da abordagem territorial do Portugal 2020 no contexto da convergência e coesão territorial</p> <p>Entidade responsável: AD&C PO envolvidos: PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR. PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa e PO Algarve</p> <p>Período de abrangência: Portugal 2020</p> <p>Avaliar a adequação da abordagem territorial do Portugal 2020, considerando o contributo da configuração e da implementação das políticas/instrumentos de programação que a operacionalizam nos quatro domínios tem</p>	FSE	2019	Processo	10	<p>Avaliar a adequação da abordagem territorial do Portugal 2020, considerando o contributo da configuração e da implementação das políticas/instrumentos de programação que a operacionalizam nos quatro domínios temáticos, para o alcance dos resultados e impactos esperados na redução das assimetrias regionais e consequente reforço da convergência económica e da coesão territorial.</p>		
Previsto	<p>Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do Ensino Superior. - Avaliação Baseada na Teoria</p> <p>Entidade responsável:</p>	FSE	2020	Impacto	10	<p>Apurar o impacto dos apoios ao ensino superior, designadamente das bolsas</p>		

	POCH e Centre for Research on Impact Evaluation (CRIE). PO envolvidos: PO CH e POISE (POPH) Período de abrangência: 2012/2013 (QREN) e PT 2020 (até 2018)					de ensino superior para alunos carenciados, no acesso e conclusão dos estudos e respetiva performance ao longo dos mesmos.		
Executado	Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a formação avançada - Avaliação Baseada na Teoria Entidade responsável: POCH PO envolvidos: PO CH, POISE, PO Norte, PO Centro e PO Alentejo (PT2020) Período de abrangência: QREN e PT2020	FSE	2018	Impacto	10	<p>i) Avaliar a eficácia e impacto do apoio do FSE à FA;</p> <p>ii) Explicar os efeitos observados a partir das intervenções apoiadas no QREN/PT2020 e compreender em que medida o caminho no PT2020 é o mais adequado para potenciar os impactos.</p> <p>ii) A Avaliação é orientada por critérios de relevância, eficácia, eficiência, impacto e VAE das intervenções apoiadas através do Programa Operacional Potencial Humano [POPH/QREN] e PT2020 (através do POCH e dos PO Regionais NORTE2020, CENTRO2020 e ALENTEJO2020).</p>	<p>A análise das realizações e dos resultados permitiu concluir que existe um desempenho positivo nos planos da relevância, da eficácia, da eficiência, dos impactos e do VAE. Sem prejuízo disso, a avaliação permite confirmar a persistência de dificuldades de transição entre o ciclo longo que caracterizou a implementação deste tipo de apoios ao longo das últimas décadas e a incorporação das novas prioridades introduzidas pela programação do PT2020, designadamente no que respeita às apostas de aumento do potencial de valorização económica e social do conhecimento produzido (i.e. fomento de uma orientação <i>market-driven</i> para estes processos) e de</p>	<p>No seguimento da avaliação, realizaram-se três ações de follow-up:</p> <p>I) Apresentação das conclusões e recomendações do Estudo de Avaliação num Seminário na Universidade de Aveiro, que se realizou no dia 13 de fevereiro 2019 e que contou com a intervenção do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Manuel Heitor, bem como de outros relevantes <i>stakeholders</i> na área da formação avançada: Reitor da Universidade de Aveiro, Presidente da Associação de Bolseiros de Investigação Científica, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Faculdade de Engenharia/Universidade do Porto.</p> <p>II) Apresentação do Estudo de Avaliação na reunião da Rede de Avaliação do FSE, realizado em 6 de junho 2019, em Dublin, a</p>

						<p>promoção de um maior ajustamento do perfil profissional dos recursos humanos beneficiários dos apoios concedidos às necessidades de mercados de trabalho que se pretendem cada vez mais amplos e diversificados (com claro destaque para os designados mercados de trabalho não académicos). Na perspetiva dos avaliadores, são essas prioridades que deverão merecer especial centralidade nas decisões de afetação futura dos FEEI, tanto no atual período de programação como, previsivelmente, entre 2021 e 2027. Por seu turno, a nível da política pública mais global, considera-se pertinente assegurar que as mesmas não invalidam a prossecução de outras orientações igualmente pertinentes para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e que, tendencialmente, deverão ter noutros</p>	<p>convite da AD&C, que contou com a presença da COM e de autoridades de gestão e coordenação dos FEEI.</p> <p>III) O início do processo de follow-up de acordo com o previsto no documento complementar ao PGA PT2020 – Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (follow-up), nomeadamente a sistematização das conclusões e recomendações das avaliações concluídas, pela AD&C, para efeitos de encaminhamento para a entidade responsável pela avaliação e/ou para outras entidades responsáveis pela implementação das recomendações.</p> <p>O relatório final, sumário executivo e infografia encontram-se disponíveis no <i>website</i> do POCH para efeitos de disseminação e potencial exploração de resultados.</p>
--	--	--	--	--	--	---	--

							meios que não os FEEI a sua principal fonte de financiamento.	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

12.2. Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação

Em 2018 o PO CH concluiu a 2ª fase da sua Estratégia de Comunicação – Divulgação – que decorreu entre janeiro de 2017 e dezembro do referido ano.

Nesse período foram implementadas diversas iniciativas com o objetivo de dar a conhecer aos beneficiários (entidades formadoras), beneficiários finais (formandos) e público em geral a implementação do Programa, através da divulgação dos resultados obtidos desde o início do Portugal 2020. Para tal, foi realizada uma comunicação alicerçada numa forte identidade com o objetivo de promover a visibilidade e a eficácia do apoio dos Fundos Europeus no âmbito da educação/formação, bem como o rigor do trabalho desenvolvido.

Assim, e tendo sempre como alicerce principal os meios de comunicação de PO CH - *website* e redes sociais –, o Programa organizou e participou em inúmeras iniciativas, eventos e campanhas de comunicação, com o envolvimento de diferentes parceiros que trabalham diretamente com a temática da formação e qualificação, para além dos beneficiários, contribuindo para uma relevante notoriedade do Programa, do FSE e do papel da União Europeia no apoio aos seus Estados-Membros e, especialmente, aos seus cidadãos.

A comunicação digital tem vindo a ser uma grande aposta do Programa. Assim, o *website* do PO continua a ser o veículo de comunicação mais abrangente, com a publicação de notícias, eventos, reportagens, vídeos/ *storytelling* e imagens apelativas, procurando gerar assim uma comunicação integrada, criativa, simples e de proximidade com o cidadão.

Em 2018 foram produzidas 144 notícias – em português e em inglês - que num só ano geraram 78 mil utilizadores únicos, 124 mil sessões e 232 mil visualizações de páginas. Foram também divulgadas quatro *Newsletters* com o nº de subscritores a ultrapassar, no final de 2018, os 5200.

Ainda em termos de comunicação digital produziu e divulgou o Boletim trimestral PO CH – quatro edições publicadas em 2018 - onde se deu a conhecer as realizações, os resultados e histórias de beneficiários finais do Programa, num formato apelativo e com conteúdos de fácil acesso para todo o tipo de público. Produziu-se ainda o Quiz – *Sabias que?* dirigido a jovens e adultos, com perguntas relacionadas com os Fundos da União Europeia, o FSE e o PO CH. O quiz está disponível em versão para *Android* e *Iphone*;

Visando a melhoria constante nas ações e instrumentos de comunicação que mobiliza, o PO CH abriu a sua página no Instagram em fevereiro de 2018 e passados 10 meses tinha mais de 3400 seguidores. O público mais jovem (15-25 anos) aderiu de forma mais intensa a esta rede social e tem uma interação regular com as fotos e mensagens partilhadas. No *facebook* o ano 2018 encerrou com 5358 seguidores, tendo o *Linkedin* 582 seguidores e 281 o Twitter. O canal *Youtube* do Programa terminou o ano com 35 subscritores.

Com o objetivo de dar a conhecer exemplos de boas práticas e histórias de sucesso de entidades beneficiárias e, em particular, dos beneficiários finais, o PO produziu e divulgou 28 vídeos, dos quais 22 integrados na campanha de comunicação “A Minha História: União Europeia, Portugal e Capital

Humano”, realizada na Feira Qualifica e Futurália de 2018.

Os restantes seis vídeos foram produzidos na nova iniciativa de comunicação “Roteiro Capital Humano”, um projeto que tem como principal finalidade conhecer e dar a conhecer as pessoas e os projetos que com o apoio do Fundo Social Europeu promovem mais e melhores qualificações, procurando visitar em regra todos os meses uma entidade beneficiária pública e outra privada, e procurando abranger a diversidade de entidades que apoiamos e os diferentes territórios.

Todas estas entrevistas, numa vertente de comunicação *storytelling*, dão voz a alguns dos participantes que com o apoio FSE elevaram as suas qualificações, prosseguiram estudos para o ensino superior ou entraram no mercado de trabalho. Este conjunto de vídeos foi divulgado no canal *Youtube* do PO CH, no portal e nas redes sociais do Programa, sendo que 12 dos 28 vídeos estão legendados em inglês.

Para além dos vídeos, foi sempre produzida uma versão escrita, em formato reportagem, com texto em linguagem acessível e fotos. Este formato foi igualmente partilhado nas redes sociais, mas também na área reservada do portal para o Comité de Acompanhamento do Programa e para divulgação interna junto de toda a equipa.

Procurando promover o aumento da notoriedade dos Fundos Europeus e da sua aplicação no âmbito do PO CH, e num interação mais direta com os nossos diferentes públicos, participámos com dois *stands* próprios nas Feiras “Futurália” e “Qualifica” em 2018, envolvendo vários parceiros do domínio do capital humano (ANQEP, DGEstE, FCT, DGES, ANESPO, IEFP, PO Regionais e representação permanente da Comissão Europeia em Portugal), para além de mais de 50 beneficiários que tiveram oportunidade de mostrar, *in loco*, os seus projetos mais emblemáticos. Estas duas maiores feiras de orientação vocacional do país contaram no seu conjunto com a presença de mais de 125 mil visitantes.

Para divulgar a presença nas Feiras, mas sobretudo de apresentar os resultados já alcançados, desenvolveu-se no portal, redes sociais, num jornal de cariz nacional e em três jornais regionais, uma campanha de comunicação que resultou na divulgação do Programa junto de mais de 1 milhão de pessoas.

No âmbito da Rede de Comunicação do Portugal 2020, o Programa participou na campanha de divulgação *Sabia que...?*, o que passou designadamente por divulgar em cinco milhões de pacotes de açúcar os resultados dos apoios da União Europeia em Portugal. Esta campanha ganhou em 2018, o 2º lugar do Prémio *Cohesion Policy Communication Awards*;

Participou ativamente na campanha a “Europa na região” edição 2018 onde dinamizou três iniciativas realizadas durante o mês de maio, incluindo nesse contexto a comemoração do dia da Europa. Essas iniciativas envolveram entidades beneficiárias e destinatários finais do Programa. Promoveu ainda o seu evento anual em dezembro de 2018, envolvendo mais de uma centena de participantes. No total, em 2018, foram sete eventos organizados que contabilizam no total mais de 130 mil participantes e 13 mil materiais de *merchandising* distribuídos.

Em cinco desses eventos aplicou-se um inquérito de satisfação aos participantes nos mesmos. Em média, um resultado global sempre acima de 4 pontos, numa escala de 0 a 5.

No âmbito da Rede de Comunicação PT2020 foi elaborado o Estudo de Opinião sobre a Notoriedade do Portugal 2020.

Por último foi membro ativo nas três reuniões da Rede de Comunicação do Portugal 2020 e em duas reuniões da Rede de Comunicação da Comissão Europeia – INFORM/INIO.

**13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE (ARTIGO 50.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)
(PODEM SER INCLUÍDAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016 - VER PONTO 9 SUPRA - OBRIGATÓRIAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2017)
OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR**

14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS (ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A), B), C), D), G) E H), SEGUNDO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

14.1. Progressos realizados na execução da abordagem integrada ao desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, investimentos territoriais integrados, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento local de base comunitária, ao abrigo do programa operacional

14.2. Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do Estado-Membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos.

Ao longo da implementação do PO foi desencadeado um conjunto diverso de ações que visam, de forma direta e indireta, a capacitação da AG, seus OI e dos seus beneficiários. Essas ações são transversais a diferentes domínios de atuação levados a cabo por diferentes unidades do secretariado técnico do programa.

Com vista ao reforço da capacitação dos beneficiários no trabalho conjunto a desenvolver com o PO, realizaram-se diversas sessões de esclarecimento, seja em momento prévio ao lançamento dos respetivos concursos, seja em sede de execução das operações. Essas sessões realizaram-se no âmbito dos seguintes concursos: Cursos TeSP; Cursos Profissionais, CEF, Cursos Educação e Formação de Adultos e Formação contínua de docentes, bem como sobre o Novo Código de Procedimento Administrativo. Nestas sessões estiveram presentes mais de mil participantes, realizadas em regra nas diferentes regiões elegíveis aos apoios do PO.

Ainda no âmbito deste ponto destacamos o trabalho realizado pelo serviço Call Center, o qual foi implementado a partir de novembro de 2017 e que veio reforçar a dinâmica de proximidade com entidades beneficiárias e agilizar os procedimentos de gestão dos projetos. A este respeito destacamos que no período temporal de novembro de 2017 a dezembro de 2018 foram recebidas 13 052 chamadas, sendo que 98% foram atendidas, num tempo médio de espera de 9 segundos. Bem como a recente publicação *on line* de Guia com orientações relativas a pedidos de pagamento.

Devido à fulcral importância de uma correta submissão da execução financeira e física dos projetos aprovados, o novo projeto de comunicação Roteiro Capital Humano tem também espaço para que nas visitas às entidades beneficiárias os responsáveis destas tenham uma sessão de esclarecimento a explicar e reforçar a capacitação dos beneficiários para essa submissão seja feita sem erros.

No plano da capacitação da AG, o Secretariado Técnico do PO, pode incluir um máximo de 70 elementos, sem contar com a sua Comissão Diretiva, estando nesta data ocupados 66 postos de trabalho. Estes encontram-se distribuídos por 6 Unidades Orgânicas, sendo que 49% dos RH exercem funções nas duas Unidades de Gestão de Projetos. Os 26 colaboradores integrados no ano de 2017, por via do recrutamento com recurso a procedimento concursal externo, permitiram o reforço e estabilidade do número de colaboradores no ano de 2018, estabilidade essa ainda que será reforçada já em 2019, com o PREVPAP aplicável aos trabalhadores ao serviço da gestão dos fundos e que tinham contratos em funções públicas a termo resolutivo incerto, nalguns casos há vários anos ou mesmo décadas.

Em 2018 as ações de formação ministradas totalizaram 5.155 horas de formação, distribuindo-se por 51 ações (9 internas) que envolveram 73 trabalhadores. Face ao ano anterior regista-se um aumento de 41%

no total de horas de formação realizadas.

Tendo em conta o reforçar dos mecanismos de simplificação, com impacto positivo quer para a AG, quer os beneficiários, esta tem vindo a procurar adotar mais metodologias em OCS. Como suporte ao processo de definição das respetivas metodologias foi constituído um Grupo de Trabalho interno para revisão das já aprovadas e estudo/proposta de novas metodologias, nomeadamente no âmbito da Formação contínua de docentes e outros agentes da educação e formação, com base numa taxa fixa de 15% calculada sobre custos elegíveis diretos com recursos humanos, para financiamento dos restantes custos indiretos elegíveis.

14.3. Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais.

Em 2018 ocorreram 3 reuniões internacionais da rede transnacional do FSE “Learning and Skills” (Rede L&S). A primeira em Zagreb/Croácia em 13 e 14 de março de 2018, em que Portugal se fez representar pelo seu Organismo Intermédio ANQEP, enquanto organismo público responsável pela política pública da aprendizagem ao longo da Vida e com ações na área da iniciativa portuguesa para as competências digitais – o INCoDe 2030. Na 8ª reunião da Rede de Learning and Skills, decorrida em Madrid, em 14 e 15 de junho de 2018, o POCH e a ANQEP não puderam participar por incompatibilidade das respetivas agendas de trabalho. A 27 e 28 de novembro de 2018, o AG do POCH acolheu em Portugal a 9ª reunião da Rede L&S, que contou com cerca de 20 participantes, incluindo uma representante da COM. Nesta última reunião alguns EM tiveram possibilidade de apresentar as suas estratégias nacionais na área das competências digitais, tendo Portugal, através da ANQEP, apresentado a iniciativa INCoDe 2030. Foi proporcionado aos membros da Rede uma visita a um Centro Qualifica da Câmara Municipal de Lisboa especializado em Literacia Digital. Foram também criados dois grupos de trabalho com os membros da Rede para apresentar exemplos de projetos de referência na área das competências digitais que pudessem ser replicados noutros países e apoiados pelo FSE, para alimentar uma futura publicação de projetos. Portugal deu nota de alguns projetos, sobretudo de inovação social, relacionados com as competências digitais, que foram apresentados pelas próprias entidades beneficiárias no segundo dia de trabalhos. A ANQEP apresentou ainda o sistema nacional de qualificações e instrumentos de apoio à qualificação e aprendizagem ao longo da vida em Portugal, que suscitou o particular interesse de alguns EM, estando em ponderação a criação de uma reunião específica com alguns EM para troca de boas práticas. No decurso dos trabalhos o POCH apresentou o ponto de situação da educação e da formação de jovens e adultos em Portugal à data da reprogramação, bem como dados de monitorização e avaliação, designadamente em matéria de número de pessoas e projetos aprovados nos jovens e adultos e o nível de cumprimento das metas dos indicadores, com principal destaque para o eixo 3, bem como resultados de estudos de avaliações realizadas no passado sobre o abandono escolar e o investimento na educação e formação. No segundo dia do evento foram apresentados projetos de inovação social cofinanciados pelo FSE, por via do OI EMPIS, dedicados à área das competências digitais, enquanto área de trabalho da Rede L&S.

Em 2018 o POCH lançou no âmbito do Eixo 4 tipologia 4.7, um Aviso de Abertura de Concurso de Cooperação Transnacional para financiamento de operações que versem, entre outras, na área de atuação da Rede Learning and Skills. Neste contexto, no final do ano, foi submetida uma candidatura em parceria entre o IEFP e uma entidade belga.

Entre os dias 12 e 15 de novembro de 2018 o POCH participou num módulo de formação do Programa Operacional do Capital Humano Romeno (POCU), organizado em parceria com Banco Mundial cujo escritório na Roménia tem vindo a auxiliar a implementação dos fundos comunitários naquele país, ao abrigo de um Memorando de Acordo assinado entre o Governo Romeno, a Comissão Europeia e o Grupo Banco Mundial e através da Assistência Técnica do Ministério dos Fundos Comunitários local.

14.4. Se apropriado, a contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas;

Em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 1303/2013, artigo 27.º, n.º 3, «Conteúdo dos programas», artigo 96.º, n.º 3, alínea e), «Conteúdo, adoção e alteração dos programas operacionais do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego», artigo 111.º, n.º 3, artigo 111.º, n.º 4, alínea d), «Relatórios de execução do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego», e o anexo I, secção 7.3, «Contribuição dos programas principais para estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas», o presente programa contribui para estratégias macrorregionais e/ou para as estratégias relativas às bacias marítimas:

As operações aprovadas pelo PO CH que contribuem para a Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico estão alinhadas com a aplicação do Quadro de Referência do ITI Mar. O Investimento Territorial Integrado (ITI Mar), previsto no modelo de governação dos FEEI, tem como objetivo assegurar a articulação entre a aplicação dos FEEI e as políticas públicas no mar. Não existindo qualquer dotação financeira associada, o financiamento das operações é efetuado através da implementação dos programas operacionais: PO Mar 2020 e AG dos PO temáticos (incluindo PO CH), PO regionais do continente, das regiões autónomas dos Açores e da Madeira e do PO Transnacional Espaço Atlântico (PO EA).

Até final de 2018 o POCH teve 17 operações aprovadas que contribuem para esta Estratégia (6 operações são formativas e 11 são bolsas), com um total de 4.498 alunos/formandos/bolseiros, que representam um contributo financeiro do POCH no montante total de 59 M€ (50 M€/FSE)

As operações consideradas para este efeito resultam da seguinte metodologia de apuramento - seleção de entidades beneficiárias exclusivamente dedicadas ao “Mar”(e.g. For-Mar) e/ou cursos/bolsas especificamente na área do mar (no caso dos cursos/bolsas especificamente na área do Mar o apuramento efetuado é feito a partir do elenco dos cursos identificados no anexo G3 do Quadro de Referência do ITI Mar).

No caso das bolsas, o apuramento é efetuado com base no elenco de áreas científicas alinhadas com o domínio 4.3 "Economia do mar" da Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI), identificados no anexo G2 do referencial metodológico em apreço.

Eis a caracterização das 6 operações formativas com contributo dirigido para a Estratégia Marítima.

- Cursos Profissionais - 4 operações com 375 formandos nos cursos de “Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático”, que representam um contributo de 2 M€;

- Cursos de Educação e Formação de Adultos - 1 operação com 16 participantes no curso de “Técnico/a de Aquicultura”, que representam um contributo de 76 mil €;

- CQEP – 1 operação, de um Centro FOR-MAR (CAE exclusivamente Mar) com 285 participantes, com um contributo de 50 mil €

No caso das tipologias formativas a estimativa do custo total elegível tem em conta o volume de formação das operações, calculado de acordo com a seguinte fórmula: |(total de formandos dos cursos “mar” * custo

total elegível aprovado nas operações) /N.º total de formandos apoiados nas operações).

Eis a caracterização das 11 operações de bolsas Mar:

- Bolsas de Formação Avançada - 5 operações mar, com 2.639 bolseiros, que representam um contributo mar de 53 M € e taxa de apoio de 29%.

- Bolsas do Ensino Superior para alunos carenciados - 6 operações mar, com 1183 bolseiros, que representam um contributo mar de 2 M € e uma taxa de apoio de 1%.

Face ao exposto, do conjunto das tipologias formativas, os cursos profissionais são a tipologia de operação do POCH com maior componente mar. No caso das tipologias de bolsas a formação avançada é aquela que tem maior peso.

- Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico (EUSBSR)
- Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUSDR)
- Estratégia da UE para a Região Adriática e Jónica (EUSAIR)
- Estratégia da UE para a Região dos Alpes (EUSALP)
- Estratégia Marítima na Região Atlântica (ATLSBS)

Prioridades e objetivos para os quais o programa é relevante:

	Prioridade	Objetivo
<input type="checkbox"/>	1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação
<input checked="" type="checkbox"/>	1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica
<input type="checkbox"/>	1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica
<input type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.1 - Melhorar a segurança marítima
<input type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras
<input type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.3 - Gerir os recursos marinhos de forma sustentável
<input type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis
<input type="checkbox"/>	3 - Melhorar a acessibilidade e a conectividade	3.1 - Promover a cooperação entre portos
<input type="checkbox"/>	4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica
<input type="checkbox"/>	4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico

Ações ou mecanismos utilizados para ligar melhor o programa à ATLSBS

A. Os coordenadores da Estratégia Marítima na Região Atlântica (principalmente coordenadores nacionais, coordenadores ou membros de áreas prioritárias e/ou coordenadores ou membros dos objetivos) participam no comité de acompanhamento do programa?

Sim Não

B. Nos critérios de seleção, foram atribuídos pontos suplementares a medidas específicas de apoio à ATLSBS?

Sim Não

C. O programa investiu fundos da UE na ATLSBS?

Sim Não

Montante aproximado ou exato em EUR investido na ATLSBS:

FEDER	
FC	
FSE	50.041.001,95
FEADER	
FEAMP	
quaisquer outros fundos	
nome de «quaisquer outros fundos»	

D. Resultados obtidos em relação à ATLSBS (n.d. para 2016)

O POCH identifica os seguintes projetos. Projeto 1 Entidade promotora: Academia José Moreira da Silva - Cooperativa de Estudos de Economia Social, Crl Título do Projeto: Cursos Profissionais - Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático Custo total aprovado: 580.899,23€ Estimativa do Fundo Investido nos Cursos "Mar": 164.423,25€ Região: Norte Projeto 2 Entidade promotora: CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR (FOR-MAR) Título do Projeto: Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) Custo total aprovado: 50.126,48€ Estimativa do Fundo Investido nos Cursos "Mar": 42.607,51€ Região: Norte

14.5. Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, se for caso disso

O Acordo de Parceria assume a inovação social enquanto área de aposta transversal dos FEEI, com ligação ao sistema de investigação e inovação nacional, estimulando o aparecimento de soluções inovadoras que, numa lógica complementar às respostas tradicionais, permitam dar novas respostas a problemas sociais prementes na área social, na educação, na saúde, na justiça, entre outros.

Em 2018 encerraram os dois Avisos de Inovação Social da tipologia 4.6 do POCH que tinham aberto em 2017, designadamente de Parcerias para o Impacto e Títulos de Impacto Social, sendo ambos os concursos direcionados para o financiamento a projetos inovadores no âmbito do setor da educação. No que respeita ao Aviso dos Títulos de Impacto Social foram apresentadas 15 candidaturas, num montante de 5,2 M€ financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE) para uma dotação de 5 M€. Em final de 2018 existiam 7 operações com proposta de indeferimento ou arquivamento e 8 operações em condições de ser aprovadas, com 1,9M€ solicitados e 1,2M€ aprovados.

No que respeita ao Aviso das Parcerias para o Impacto foram apresentadas 26 candidaturas, num montante de 11,1 M€ financiados pelo solicitado, para uma dotação de 3 M€. Em final de 2018 existiam sete operações indeferidas e 19 operações em condições de ser aprovadas ou já aprovadas, com 6,2M€ aprovados. Uma vez que o montante de financiamento público excedeu a dotação prevista para o Aviso, a EMPIS propôs à AG um valor para aprovação superior, com o compromisso de não abrir mais concursos para a mesma, tendo a AG colocado esta matéria à consideração da coordenação da CIC especializada, uma vez que altera a dotação indicativa do aviso, que aprovou a proposta apresentada. Nas Parcerias para o Impacto foram já pagos adiantamentos relativos a 16 operações, dos anos de 2017 e 2018, no valor de 200 000€. Não se encontra ainda submetido nenhum Pedido de Reembolso.

De referir ainda que a gestão destas ações no âmbito da inovação social encontra-se delegada na EMPIS como organismo intermédio do PO CH.

Não foram ainda efetuados pagamentos no âmbito dos Títulos de Impacto Social, dado a tipologia não prever adiantamentos, e os primeiros resultados se encontrarem previstos ocorrer no final do ano letivo 2018-2019.

O POCH convidou a EMPIS a participar na 9ª reunião da Rede Learning and Skills, que se realizou em Portugal em novembro de 2018. No segundo dia da reunião foi promovida uma apresentação de projetos de inovação social cofinanciados pelo FSE relacionados com competências digitais, uma vez que as competências digitais são uma área temática da Rede L&S.

14.6. Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados.

O PO CH não financia, em regra, medidas especificamente dirigidas às necessidades específicas dos territórios mais afetados pela pobreza ou para grupos-alvo em risco mais elevado nesse domínio, de discriminação ou de exclusão social. Sem prejuízo disso, e como também já afluído no ponto 11.2. do presente relatório, na prossecução do princípio horizontal da igualdade de oportunidades e não discriminação tem integrado ações ou disposições que procuram ter em conta ou mesmo discriminar

positivamente intervenções financiadas que abrangem grupos mais vulneráveis no contexto do acesso ou da sua plena integração no sistema de educação, no respeito pelos objetivos de uma verdadeira educação inclusiva, nos termos do estabelecido nomeadamente pelo Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

Acresce ainda que algumas disposições que têm orientado a implementação do PO CH tem tido em conta as necessidades dos territórios menos desenvolvidos das regiões elegíveis ao programa e que estão em regra concentrados em zonas de baixa densidade, sem prejuízo de se reconhecer a existência de bolsas ou territórios específicos em risco de pobreza em zonas de elevada densidade elegíveis neste PO, designadamente na área metropolitana do Porto. Por exemplo, os avisos de abertura de candidaturas preveem sempre que as operações que decorrem em territórios de baixa densidade tem uma maior tolerância em relação ao nível a partir do qual o não cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de realização e resultados das respetivas operações dá lugar a uma redução do financiamento atribuído, até ao limite de 10% da despesa total elegível. Outro exemplo de discriminação positiva dos territórios prende-se com o reforço dos apoios sociais aos formandos que realizam as suas ações no âmbito dos EFA em territórios afetados pelos fogos florestais de 2017.

Por fim, de referir que em relação pessoas aos participantes que se encontravam no início da sua participação em situação de Desemprego de Longa Duração, a intervenção do POCH pode verificar-se, no contexto dos apoios disponibilizados no Eixo 3 (e com incidência marcada na Tipologia Cursos de Educação e Formação de Adultos) na qual foram apoiadas 10 488 pessoas (4 023 homens e 6 465 mulheres) que se encontravam em situação de desemprego de longa duração conforme o ICC de realização regista (ICC CO02) Se nos debruçarmos sobre o número de pessoas que participou em ações de Educação e Formação de Adultos até à data – 19 981 participantes – constatamos, então, que cerca de 52% das pessoas apoiadas se encontrava em situação de desfavorecimento à entrada (manifesta pelo desemprego de longa duração), o que revela a especial importância desta intervenção proporcionada pelo Programa Operacional no combate a esta realidade.

**PARTE C RELATÓRIO APRESENTADO EM 2019 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL
(artigo 50.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)**

**15. INFORMAÇÃO FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA
(ARTIGOS 21.º, N.º 2, E 22.º, N.º 7, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)**

16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR)

Informações sobre o contributo do programa para a realização da estratégia da União a favor de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e respetiva avaliação.

O Programa Operacional do Capital Humano (POCH) é um dos programas operacionais do Portugal 2020 que contribui para a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial.

O “Capital Humano” assume uma importância estratégica para Portugal, pois o retorno sobre o investimento na educação e qualificação das pessoas permite corrigir desequilíbrios estruturais que ainda persistem comparativamente com outros Estados Membros da UE, ao nível das desigualdades sociais e económicas, em termos de indicadores de produtividade, escolarização e especialização competitiva da economia. Portugal tem melhorado os resultados e aumentado a qualidade e a eficiência do seu sistema educativo e de formação, acelerando a convergência com a média europeia, contudo a persistência de baixas qualificações constitui-se como um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais exigentes, nos vários setores económicos. O reconhecimento desta realidade está evidenciado nos compromissos assumidos por Portugal no seu Programa Nacional de Reformas (PNR), ao assumir integralmente as metas traçadas na Estratégia Europa 2020 (EE2020), nomeadamente as que preveem a redução da taxa de abandono precoce de educação e formação para 10% até 2020 na população entre os 18 e os 24 anos e o aumento para 40% de diplomados de ensino superior na população entre os 30 e os 34 anos. O PO CH é assim, também, um dos instrumentos do Portugal 2020 ao serviço da trajetória do PNR, um programa que define medidas estratégicas de implementação de uma agenda de crescimento e desenvolvimento económico e social para Portugal no horizonte 2020, baseada em seis pilares, contribuindo o POCH para o pilar da qualificação dos portugueses.

No contexto da qualificação dos portugueses o PO CH permitiu dar continuidade às políticas nacionais de apoio à formação inicial – sem prejuízo de ajustamentos que visaram melhorar a sua eficácia e eficiência – designadamente no âmbito do ensino profissional (dupla certificação), bem como de formação e aprendizagem ao longo da vida, em particular nesta última vertente através do Programa QUALIFICA, o Programa do Governo para a formação de adultos.

Como revelado nos dados do eixo 1 do POCH, entre 2014 e 2018 o PO CH apoiou cerca de 200 mil jovens em cursos profissionais e outras ofertas apoiadas no âmbito do eixo 1, sendo os CP a modalidade mais relevante, enquanto via eficaz de promoção do sucesso escolar, pelo impacto positivo na redução do abandono escolar precoce, no aumento das taxas de transição e conclusão e no reforço da sua empregabilidade. Por exemplo, os estudos de avaliação contrafactual realizados sobre esses cursos demonstram, que a taxa de conclusão dos cursos profissionais é superior em média em cerca de 20 p.p. em relação aos cursos científico-humanísticos. Da mesma forma, em relação aos alunos do ensino secundário que optaram por não prosseguir estudos, a proporção dos que se encontram a trabalhar, ao fim do tempo normal de conclusão, é superior para os que frequentaram um Curso Profissional (53,3%), face a 28,5% dos alunos que frequentaram o ensino científico-humanístico, sendo também mais favorável em termos contratuais (e.g. maior peso dos vínculos laborais sem termo – 29,1% nos CP e 26,3% na via regular), bem como na proporção dos que trabalham a tempo inteiro.

Os dados do eixo 3 do REA revelam, desde o início da programação, que o POCH apoiou mais de 86 mil pessoas em ofertas que visam o aumento da qualificação da população adulta, no âmbito da atividade dos Centros Qualifica, dos Cursos EFA e dos Cursos de Aprendizagem, sendo que ainda uma boa parte da execução física dos projetos apoiados no âmbito dessas tipologias ainda não foi apresentada à AG, pelas razões anteriormente explanadas. Este apoio à participação de adultos em atividades de aprendizagem ao

longo da vida em Portugal permite dotar os alunos de ferramentas adequadas para acompanharem as necessidades do mercado de trabalho, com vista à promoção da empregabilidade e à promoção de uma sociedade mais inclusiva e qualificada (apesar do progresso das últimas décadas, o défice estrutural das qualificações em Portugal mantém-se relativamente elevado face à média da UE, com apenas 49,8% da população adulta dos 25 aos 64 anos residente em Portugal a ter alcançado pelo menos o ensino secundário, quando a média europeia se situa nos 77,5%). Neste domínio podemos afirmar que o apoio do PO CH à qualificação da população adulta é estratégico no sentido de se atingir as metas nacionais do PNR e europeias, designadamente garantir que 50% da população ativa tenha, pelo menos, o ensino secundário e 15% da população adulta tenha frequentado atividades de aprendizagem ao longo da vida no último ano.

Adicionalmente o PO CH, através do seu eixo 2, contribui para os objetivos europeus e nacional de se atingir 40% da população entre os 30 e os 34 anos com nível de ensino superior ou equivalente (em 2018 Portugal está a 5 p.p. de atingir essa meta), através do apoio à frequência deste nível de ensino, em particular através do financiamento de bolsas para estudantes e apoio aos cursos TeSP. Em 2018 o POCH lançou os instrumentos financeiros para alunos do ensino superior, enquanto reforço para o alargamento do acesso e contínua democratização do ensino superior e que são relevante num contexto de crescimento inclusivo. Paralelamente, o apoio do POCH a bolseiros de formação avançada foi um contributo para a estratégia de afirmar Portugal como um país de conhecimento e de ciência, que valoriza a atividade científica e um crescimento inteligente.

Por sua vez, através dos concursos do eixo 4 do POCH foi possível contribuir para o crescimento da performance dos alunos e o incremento da qualidade da prestação da educação e da formação, seja por via do apoio do PO ao Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar, seja por via da Formação contínua de Docentes e de outros Avisos no âmbito deste eixo designadamente para a inovação social e o alinhamento das escolas que ministram cursos profissionais com o EQAVET. Recorda-se a este respeito que o eixo assume uma particular relevância estratégica porque permite apoiar medidas de carácter preventivo ou precoce, alavancando os resultados dos outros eixos estratégicos do PO.

No âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, que abrangeu 800 agrupamentos de escolas, efetivou-se a atribuição de recursos humanos adicionais (docentes e técnicos às escolas), tendo-se ainda articulado esse apoio com os que concedemos no âmbito da formação contínua de docentes para suporte à concretização dos planos de ação das escolas apresentados ao abrigo desse Programa e aprovados pela sua Estrutura de Missão.

Em suma, entre 2014 e 2018 o POCH apoiou mais de 470 mil pessoas através dos seus eixos 1, 2, 3 e 4. Este número demonstra o relevante contributo do POCH para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, uma vez que a educação e a qualificação é um elemento estrutural para o incremento da produtividade e a melhoria da competitividade da economia, para a promoção de uma sociedade mais sustentável ambientalmente, bem como para a promoção da coesão social. O investimento no capital Humano é, assim, uma pedra basilar do triângulo que se pretende virtuoso do crescimento inteligente, inclusivo e sustentável. De facto, as intervenções do POCH são determinantes para desenvolver um maior ajuste das ofertas às necessidades do mercado de trabalho e ao maior enfoque nas áreas de bens e serviços transacionáveis, incluindo a economia digital, a economia azul e a economia circular, contribuindo para uma economia mais sustentável e com menores emissões de carbono.

Numa perspetiva de desenvolvimento sustentável os apoios do PO CH contribuem para preparar os recursos humanos para os desafios associados à economia verde e à transição para um modelo de baixo carbono. De facto, os requisitos de qualificação para muitos dos novos empregos serão superiores aos atuais, obrigando a uma maior qualificação e especialização dos trabalhadores, o que implica

necessariamente investimento em formação e qualificação profissional. Os requisitos técnicos da eficiência energética, da produção de energias renováveis, da adaptação às alterações climáticas, da eficiência no uso dos recursos (água, minerais, biodiversidade) traduzem-se em crescentes necessidades de formação profissional face às evoluções nesses domínios, onde tendem a surgir novas oportunidades de empregabilidade. É neste contexto que aparece o contributo do PO CH para o clima, a que respeita o ponto 11.4 do relatório.

Por sua vez ao nível da promoção da economia azul, o capital humano de suporte assenta no financiamento da formação e qualificação no âmbito das atividades ligadas ao mar,

Para concluir, a educação e qualificação são essenciais para a redução das desigualdades, nomeadamente pelo potencial na interrupção dos ciclos de pobreza e na sua transmissão intergeracional, verificando-se uma relação entre as desigualdades escolares e as desigualdades de rendimento, educacionais e culturais. Neste contexto, pode-se afirmar que a política nacional pública para a educação e formação contribui para o aumento dos níveis de escolaridades e a redução do défice de qualificações, para o decréscimo das desigualdades sociais e para a possibilidade de percursos de mobilidade social ascendente. O POCH tem sido um instrumento fundamental de apoio à qualificação dos portugueses, financiando intervenções que vão desde a promoção do sucesso escolar, à melhoria da qualidade do sistema educativo, a qualificação dos jovens e adultos e um melhor ajustamento entre a formação/educação e as necessidades do mercado de trabalho.

17. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS — QUADRO DE DESEMPENHO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

Se a avaliação dos progressos realizados no que diz respeito aos objetivos intermédios e às metas estabelecidos no quadro de desempenho demonstrar que alguns desses objetivos e metas não foram atingidos, os Estados-Membros devem referir as razões desse insucesso no relatório de 2019 (para os objetivos intermédios) e no relatório de execução final (para as metas).

A aferição intercalar do Quadro de Desempenho (QD) tem lugar no presente Relatório de Execução Anual e tem por base os dados de execução física e financeira que contribuem para os objetivos intermédios definidos, apresentada ao longo dos restantes pontos do relatório. A orientação para resultados subjacente ao quadro conceptual de aplicação FEEI assenta, entre outros vetores, na avaliação do desempenho dos PO à luz de um quadro de desempenho previamente estabelecido, o qual estabelece objetivos intermédios que devem ser atingidos até ao final de 2018 de forma a assegurar que os progressos realizados vão ao encontro do planeado e antecipar eventuais problemas na implementação dos PO, tendo em vista as suas metas finais.

No sentido do cumprimento dessas metas, todos os indicadores incluídos no QD devem atingir, pelo menos, 85% do valor do objetivo intermédio no final de 2018 ou, pelo menos, 85% do valor da meta até ao final de 2023. Se o QD incluir três ou mais indicadores, os objetivos intermédios ou as metas de uma prioridade podem ser considerados cumpridos se todos os indicadores, exceto um, tiverem atingido 85% do valor do seu objetivo intermédio, no final de 2018, ou 85% do valor da sua meta até ao final de 2023. O indicador que não atinja 85% do valor do objetivo intermédio ou da meta não deve apresentar um resultado inferior a 75% do objetivo intermédio ou da meta previstos.

Analisando o Quadro de Desempenho do POCH, por eixo, podemos destacar o seguinte:

- Para o Eixo 1 tanto o indicador físico (Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação do ISCED 3) como o indicador financeiro referente a despesa certificada, ultrapassaram a meta proposta para 2018 (indicador físico apoiadas 169 667 pessoas, face às 160 000 previstas; no indicador financeiro foi certificado um montante de 998 340 682 €, em relação aos 800 880 000 € propostos). Este nível de desempenho explica-se pela forte e acrescida prioridade política atribuída ao investimento no ensino profissional como via a privilegiar (mais) na conclusão do ensino secundário e de dupla certificação pelos nossos jovens (tendo em vista a meta de pelo menos 55% dos alunos desse nível de ensino estarem numa via desse tipo), considerando o contributo reconhecido dessa via para a promoção do sucesso escolar e redução do abandono escolar precoce, bem como para o reforço da sua empregabilidade.
- No que diz respeito ao Eixo 2 ambos os indicadores físicos (Estudantes apoiados com bolsas de ação social de ISCED 5, 6 e 7 e Bolseiros de doutoramento) ultrapassaram as metas propostas (116 526 estudantes apoiados face aos 100 000 propostos e 3 685 bolseiros apoiados face aos 3 500 propostos. Em termos da despesa certificada, também para este indicador a meta para 2018 foi cumprida, na medida em que em relação ao objetivo de 358 494 195 €, o mesmo foi ultrapassado tendo sido certificados 453 001 273€ de despesa.

Para este nível de desempenho contribui, por um lado, o reconhecimento acrescido do papel das bolsas de ação social no ensino superior, bem como do alargamento da oferta de cursos TeSP, para a prossecução da ambiciosa meta dos alunos entre os 30-34 anos com o ensino superior ou equivalente. Por outro lado, o reconhecimento de que, apesar dos francos progressos do país no aumento da sua população com formação avançada, a continuação do investimento nesse domínio é de grande relevância para a afirmação

de um Portugal mais inovador, com um crescimento cada vez mais assente na ciência e tecnologia.

- O Quadro de Performance no Eixo 3 apresenta dois indicadores superados face às metas contratualizadas - despesa certificada de 153 258 652€ para uma meta de 136 610 000) e “Pessoas apoiadas nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3” (25 000 propostos e 27 343 apoiados). Por outro lado, no que diz respeito ao indicador “Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional”, apesar de não ter sido alcançada a meta proposta (25 000) o número de pessoas alcançadas (19 981) representa 80% da meta, o que segundo a regra acima descrita permite estar em conformidade com o cumprimento do Quadro de Desempenho neste eixo, pelo facto de ser o único indicador neste eixo que se encontra abaixo dos 85%, mas acima dos 75%. Tendo em conta ser a única tipologia cujo objetivo não atingiu pelo menos 85% da meta estabelecida e em complemento do já referido sobre este eixo no ponto 11.1. esta situação é explicada pelas vicissitudes vividas na implementação deste eixo do Programa. De facto, constatamos que existiu um atraso substancial por parte designadamente do principal beneficiário desta tipologia na submissão de pedidos de pagamento, condicionando, consequentemente a disponibilização da execução física que releva para este indicador, a que acresce ainda as dificuldades dos restantes beneficiários da mesma – escolas da redes sob tutela do Ministério da Educação e parceiros sociais – para iniciarem em devido tempo as ações e/ou submeterem igualmente a despesa nos *timings* desejáveis.

Apesar dos esforços exercidos quer pela AG na sensibilização destes beneficiários no sentido da submissão de pedidos de pagamento, a realidade é que os mesmos não permitiram atingir o nível desejado, embora, como referido, tivéssemos ficado bastante perto desse objetivo.

- No Eixo 4 constata-se a superação de duas metas contratualizadas no Quadro de Desempenho. O indicador “Novos psicólogos em equivalente a tempo integral, apoiados” superou a meta de 200 profissionais, tendo-se alcançado 204 psicólogos a tempo integral. No caso do indicador financeiro, certificou-se 21 286 261 €, o que ultrapassa a meta definida de 19 000 000€, sendo de assinalar o esforço de recuperação para este efeito, atendendo ao início mais tardio da implementação da generalidade das suas tipologias, designadamente por questões relacionadas com a disponibilização das funcionalidades necessárias para o efeito em sede de sistema de informação, atendendo à prioridade inicialmente dada às que se prendiam com as tipologias dos outros eixos do PO com maior peso financeiro e sistémico nas políticas públicas de educação e formação e considerando ainda o carácter inovador nos fundos de boa parte das tipologias que integram este eixo.

Para o indicador “Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação” foi proposta uma meta de 60 000 pessoas, tendo-se apoiado 55 072, o que corresponde a 92%, acima do objetivo dos 85%. Este nível de desempenho, positivo, embora ainda assim abaixo da meta fixada, explica-se sobretudo por algumas dificuldades na implementação inicial desta tipologia, num primeiro momento em sede de estabilização do sistema de informação e depois de resposta dos seus beneficiários às exigências em matéria de apresentação dos pedidos de pagamento, em particular em matéria de reporte da execução física, atendendo nomeadamente ao elevado volume de participantes apoiados.